

# A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO 53º	Rio de Janeiro, GB — Set/Out 1967	Número 616
------------	-----------------------------------	---------------

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio

## PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil ..... NCr\$ 2,50  
(Desconto em folha autorizada, mensal: NCr\$ 0,50.)

(As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do assinante.)

Exterior ..... NCr\$ 10,00  
(Registro e via aérea comportam acréscimos.)

Número avulso:

Mês ..... NCr\$ 0,50  
Atrasado ..... NCr\$ 0,70

## ENDEREÇO

Ministério do Exército  
Ala Marcílio Dias

Caixa Postal: 17 (DO MEX)  
ZC — 55

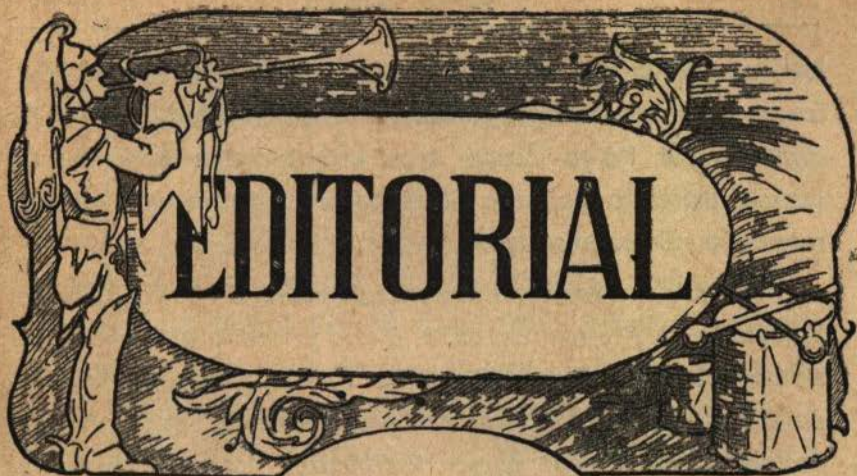
Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB  
Brasil

## SUMÁRIO

	Págs.
Editorial .....	3
A Formação Universitária e a Liderança da Comunidade — Prof Miguel Calmon ....	7
Transportes no Brasil — Maj Ary Canguçu de Mesquita .....	15
O Plano Nacional de Viagem — DNER .....	35
Centenário da Segunda Batalha de Tuiuti — Maj Darino de Castro Rebelo .....	37
Global: A nova estratégia de Segurança Mundial — CF Dalmo Honaiser .....	49
O Banco Mundial e as Nações Unidas — Lewis Perinban .....	55
Quanto paga cada cidadão por sua segurança — "The Military Balance 1966/67" .....	63
O Índio na Amazônia — Maj P. Marcos ....	65
Caparaó — CDRPE .....	71
Histórias da Política e da Guerra — Ten-Cel Serzedelo Coelho (Ex Português) .....	89
Heróis Anônimos — Gen José Campos de Aragão .....	103
Efemérides da Artilharia — Gen H. Borges Fortes .....	105
A Problemática do Magistério do Exército — Prof José Denizard Macedo de Alcântara .....	117
Erros que deram a Rommel as suas vitórias — Liddell Hart .....	129
Evolução do Serviço de Veterinária do Exército — Maj Antônio Augusto Pires da Rocha .....	139
Artilharia Aeromóvel — Cap D. G. Harmon (Trad. do Cap Newton Elnor Padão) ..	153
Um Extrato das Memórias de Liddell Hart — Cel T. N. Dupuy (Trad. do Ten-Cel Hugo Sucupira) .....	159
Processo de Emancipação Política do Uruguai — Maj Hélio Costa .....	167
Uma curiosa relíquia infantil — Maj Reginaldo Moreira de Miranda .....	173





*Impossível será medir tudo que a Nação deve à sua Aeronáutica e, em particular, à FÔRÇA AÉREA BRASILEIRA. Esta, com seus 26 anos de existência, constitui efetivo patrimônio e orgulho nacionais.*

*Os caminhos percorridos pela aeronáutica militar, desde o célebre balão que, a 27 de junho de 1867, subiu aos ares na Guerra do Paraguai, não foram fáceis. Aí estão a balizá-los a abnegação de seus pioneiros, o sacerdócio de seus mártires e a grandeza de seus heróis. Estes homens, em que pêsse o anonimato de seus feitos perdidos no tempo, são como estrélas guias a assinalar o árduo percurso por um ideal mais caro que a própria vida.*

*Vale aqui recordar seus pioneiros.*

*Em primeiro lugar, inscreve-se o Tenente Juventino da Fonseca, falecido a 20 de maio de 1908. Oficial da Arma de Cavalaria, especializou-se em "navegação aérea" na França, onde efetuou vôos e participou de competições com pleno êxito. Cabia-lhe a missão de organizar, no Brasil, um parque de aerostação, primeiro passo da aviação brasileira. Foi, en-*



tretanto, vitimado em sua única ascensão, realizada no Reaelengo, presente o Ministro da Guerra, Marechal Hermes da Fonseca. "A Fôrça Aérea Brasileira deve-lhe homenagem, como o primeiro de longa fila dos que partiram para as suas missões e não regressaram".

Destaca-se, depois, o Tenente Ricardo Kirk, do Exército, brevetado na França, em 1912. Foi o primeiro aviador a participar de operações militares no Brasil. Tombou na Campanha do Contestado, quando, pela primeira vez, a aviação, dando ainda os seus passos incipientes, foi empregada em campanha. Era o melhor piloto de sua época e tinha inabalável fé no futuro da Aviação.

Nestes dois bravos, em suas figuras carismáticas, estão representados todos os que, no decurso da trajetória descrita pela Fôrça Aérea, deram, generosamente, na paz ou na guerra, suas vidas pelo ideal da aviação militar brasileira.

Cumpre lembrar, a seguir, Santos Dumont, batalhador também por uma aviação militar. "(...) falou mais alto que minha timidez, o meu patriotismo revoltado (...): dêem asas ao Exército e à Marinha Nacional", escrevia em 1917.

Logo, como precursor da indústria aeronáutica brasileira vem o Capitão do Exército Marcos Villela Júnior, que, entre 1917 e 18, construiu os primeiros aviões nacionais.

Finalmente, é oportuno citar uma carta do Tenente do Exército Mario Barbedo. Ela ilustra o estado de espírito dos pioneiros da aviação militar brasileira. Acidentado, no Campo dos Afansos, em 1919, parálitico até a morte nove anos depois, assim dizia ao Deputado que propunha sua promoção a Capitão:

"Não tenho expressões para agradecer-lhe tão grande bondade, mas sou levado, por questões de princípio, a



*pedir ao meu ilustre camarada a retirada de seu projeto. A promoção a um posto imediato, por lei do Congresso Nacional e independente de vaga, deve ser justo prêmio a quem se tenha notabilizado por algum feito de heroísmo, ou de alto interesse para o Brasil. O meu caso não é esse. O que fiz? Escolhi a aviação como carreira, aceitando, depois de obter em nossa Escola de Aviação Naval o diploma de piloto, o encargo de ir aperfeiçoar-me na França. Como me cumpria, apesar de sério acidente, lá conquistei em Étampes o "brevet" militar, indo a Avord, onde fiz o curso de aperfeiçoamento.*

*De regresso ao Brasil fui comissionado para, com a Missão Francesa, formar o núcleo de instrutores da Escola do Campo dos Afonsos.*

*Treinando diariamente, para estar em forma e poder com segurança instruir a primeira turma de candidatos pilotos, sofri um terrível desastre em 12 de maio do corrente ano.*

*Desde então, paralisado, preso ao leito do Hospital Central do Exército, luto entre a vida e a morte. E, no meio de minhas cogitações sobre o futuro da Aviação no Brasil, sobre a necessidade de cuidarmos de incrementá-la, custem os sacrifícios que custarem, eu me lembro não existir ainda, entre nós, legislação protetora dos aviadores, como o há em todos os países do mundo."*

*Graças a esse espírito de abnegação de seus pioneiros, que se transmitiu através das gerações, e que ainda hoje perdura vibrante e indivisível, pôde a FÓRÇA AÉREA BRASILEIRA adquirir seus foros de maioridade e projetar-se incontestemente na realidade de nossos dias. Foi esse espírito que levou*



*à intrepidez do Correio Aéreo Nacional, de tão grandes e assinalados serviços, e ao destemor do 1º Grupo de Caça, de lendários feitos na Campanha da Itália. É esse mesmo espírito que leva seus pilotos, na atualidade, a construir Barreira do Inferno, penetrando na área dos mísseis, e a aspirar, para sua Fôrça Aérea, os melhores e mais avançados materiais.*

*Seus bravos pilotos gizaram, nos céus do Brasil e do mundo, as mais belas epopéias, e de tal forma o fizeram — e continuam a fazê-lo — que é impossível separar o destino da Pátria do destino de sua Aviação.*

*É por isso que, a 23 de outubro, quando se comemora o Dia do Aviador, a Nação inteira, reconhecida e orgulhosa, volta-se para a sua Fôrça Aérea, contemplando os céus, a ver que novas façanhas realizam êsses bravos pilotos que se destacam entre os melhores e os mais arrojados do mundo, e que diàriamente percorrem, de Norte a Sul e de Leste a Oeste, as vastidões nacionais, a levar as sementes do Brasil de amanhã.*

*Por tudo isso, a A DEFESA NACIONAL sente-se honrada em prestar aqui esta singela homenagem àqueles que, com denôdo e determinação, conduzem a Bandeira do Brasil cada vez mais alto, e contribuem, de modo definitivo, para a segurança e o desenvolvimento nacionais.*





# A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA E A LIDERANÇA DA COMUNIDADE

Professor MIGUEL CALMON  
Reitor da Universidade da Bahia

*(Da palestra pronunciada no Centro de  
Preparação de Oficiais da Reserva em  
18 de fevereiro de 1966 no Curso de  
formação de Líderes Democráticos.)*

Entendo, meus caros jovens, que a Universidade não é uma entidade alienada e desligada da realidade, sobretudo nas regiões em desenvolvimento. Ela não se isola na pura especulação nem se marginaliza na criação de um mandarinato intelectual. Ela se afirma na liderança da comunidade, porque é um órgão que participa ativamente de toda a vida social, buscando criar homens responsáveis, que tenham as condições necessárias para dirigir a nação. Julgo importante afirmar e tenho afirmado sempre, em caráter de pregação que quer ser convencimento, que a Universidade é sinônimo de liberdade. E liberdade não é uma dádiva. É uma conquista, e uma opção do homem contemporâneo entre as falsas lideranças — que acenam para o homem comum com o mito da liberdade absoluta — e a liderança democrática — que sabe que não se pode manter “uma obediência que comporta pelo menos tantos riscos como a rebelião” —, mas sabe também que só Deus é o absoluto. E porque assim é informada, procuro evitar que “um único homem possa sangrar toda uma geração” esclarecendo, a todos nós, homens presentes desta época em parturição, que a liberdade absoluta gera, por mais paradoxal que pareça, a servidão. Aquela servidão que os marxistas tão cavilosamente emprestam os ouropéis de uma falsa liberdade e que **Simone Weil** caustica com tão grande profundidade no seu livro **Opressão e Liberdade**, quando, sem perplexidades mas com surpresa, constata: — “que muitos homens se possam submeter a um único, no temor de ser por ele mortos, é já surpreendente; mas que lhe permaneçam submetidos, a ponto de morrer sob as suas ordens, como compreendê-lo?” E é esta submissão passiva que distingue a liderança massificante dos homicidas da liberdade, da autêntica liderança democrática dos defensores da pessoa humana sujeita de inalienáveis direitos.



Daí por que procuro, a todo instante, evidenciar a todos os que nela vivem que o dever principal do universitário é ser um líder autêntico na sua comunidade, cidadão consciente de suas responsabilidades, ciente dos seus deveres, obediente aos princípios indiscutíveis da dignidade, intransigente defensor da harmonia social, sabedor de que a disciplina é um meio e não um fim e que é base indispensável do desenvolvimento da pessoa humana e que esta disciplina é, não uma disciplina conseguida por subordinação, mas a consentida disciplina por coordenação onde cada um tenha a definida noção de que o seu direito termina quando começa o direito do próximo.

Cuido transmitir a todos os que fazem a Universidade — estudantes, professores e funcionários — não só a minha experiência de professor —, e já são decorridos quase trinta anos de atividade magisterial —, mas toda a minha experiência adquirida no constante estudo, na constante prática do exercício cotidiano da direção, seja da empresa privada ou da coisa pública, visando fazer o melhor possível, através um trabalho que se baseia no valor que dou à equipe, aos princípios científicos da organização e da administração sem fâtuas vaidades nem falácias levianas, para criar, na Universidade, a sadia mentalidade de responsável pela comunidade, porque é na Universidade que se forma a elite dirigente de uma nação.

Para bem evidenciar a importância e a responsabilidade delegada às Universidades na formação da juventude, atente-se para o fato de que, em países que já atingiram uma maturação desenvolvimentista, com estruturas já cristalizadas, cujo progresso é uma constante espiral, o papel dos graduados em nível superior é, pura e simplesmente, o de aumentar as fileiras dos técnicos responsáveis pela continuidade daquele status, sua função é a de constante superação, é, por assim dizer, a expertização da elite. Em nosso caso, porém, que somos um país em desenvolvimento, avulta a importância da tarefa confiada ao profissional que deixa a Universidade. A ele não cabe, simplesmente, aumentar o número de técnicos que impulsiona algo já feito, já estratificado mas, em muitos casos, é o trabalho pioneiro, a decolagem para um nível mais alto de desenvolvimento. Ao universitário brasileiro caberá, em sua atividade profissional, criar, moldar, começar, e isto é tarefa de gigantes. Temos, ainda, uma estrutura nascente, cabe-nos fazê-la crescer.

E é prova incontestável do que afirmo a evidência dos dados estatísticos que comparam a situação educacional do Brasil e da Argentina, por exemplo. Enquanto este país tinha dois milhões e oitocentos mil alunos no curso primário, em 1960, o Brasil possuía seis milhões e quatrocentos mil alunos. Considerada a diferença de população entre as duas nações, há um razoável equilíbrio nesta faixa de ensino. Passando ao nível médio, possuía a Argentina, naquele



ano, seiscentos mil alunos enquanto o Brasil contava apenas com um milhão e cem mil estudantes no curso secundário. Como vêm, aí a diferença é menor. No ensino superior — que mais de perto nos diz respeito — enquanto na Argentina havia cento e sessenta e cinco mil matriculados, o Brasil contava com apenas noventa e um mil alunos. É evidente, então, que a Universidade brasileira não está formando técnicos à medida das necessidades da comunidade. Consequência imediata desta distorção é a angústia resultante da insuficiência de pessoal especializado. Assim, todos e quaisquer esforços para reparar e sobrepujar esta carência devem ser envidados com a máxima presteza. Um país só se sentirá forte e seguro na medida em que contar com uma elite dirigente, em quantidade e qualidade correspondente aos reclamos de suas aspirações de desenvolvimento, de sua determinação de progresso e de sua afirmação no consenso universal.

Intento, de todos os modos, mostrar a todos que uma liderança autêntica não é aquela liderança primária dos carismáticos mais a forjada no preparo científico, na cultura estruturada, no saber sedimentado que visa em *ultima ratio* o bem comum. Diligencio em fixar a clara noção de que o líder não é o que manda mas o que comanda; o que soma e não o que anula; o que estimula e não o que inocula desânimos; o que distingue e não o que confunde; o que fecha a cara à bajulação e o que admite críticas e ponderações; o humilde e não o infalível; o forte e não o constrangedor, certo de que, como afirmou o Marechal Liautey, “os fortes são suaves”; o que procura ser impessoal e não o que cede a pressões de grupos; o que se arrima nos jovens mas que não despreza a prudência dos velhos; o que conduz homens conscientes e não o guia de passivo rebanho; o que empolga e não o fomentador de desesperanças; o de fria lucidez e de espontânea persuasão e não o de arrebatamentos passionais e de imposições prescritas; o que procura qualidade e não se domina pela quantidade; o que afirma o que quer, para ganhar o consenso de todos e não o que fica às cegas para seguir o rumo dos acontecimentos; o que não se importa de, às vezes, ficar sozinho, para depois ganhar unanimidade e não o que, timidamente, segue impulsos passionais de aclamações preparadas para, amanhã, amargar a solidão dos sozinhos.

Esforço-me por mudar uma mentalidade, que se anquilosou no *dolce far niente* da modorra das posições encasteladas, para criar uma consciência de liderança na comunidade, através de uma constante atividade que se exercita, não só na pura formação profissional mas, também, na prestação de serviços à comunidade.

Pretendo, numa pregação inflexível, criar no universitário uma consciência de líder. Luto para que todos aqueles que na Universidade ingressam não vão até ela procurando, tão-somente, o simples



canudo de doutor que assegurará o N. U. na carreira burocrática mas que tenham o firme propósito e a clara consciência de que são homens privilegiados neste Brasil em desenvolvimento, que tendo oportunidade de estudar numa Universidade, procurem ter a melhor formação para a comunidade dar o melhor de si, na consecução do bem comum.

Cogito de trazer sempre presente que o universitário é um líder e porque líder é, não pode aviltar a sua dignidade na facilidade da cola, nem amolentar o seu caráter na meia formação do estudar para passar, nem tampouco achar que o bom dirigente é aquele que permite que sua autoridade seja diminuída nas atitudes falsamente democráticas dos que, em verdade, corrompem, diluem, desagregam o poder da autoridade nos conchavos, nos cochichos e nos contubérnios dos favores indevidos para conseguir apoios ilegítimos.

Todos devem ter sempre presente que "a igualdade insultante, as palmadinhas na barriga" a camaradagem barata de que fala o Capitão Morel no seu trabalho *Esprit de finesse et de commandement na Revue d'Infanterie* é, em si mesma, o maior desrespeito à pessoa humana merecedora de todo o acatamento, deferência e aprêço, portadora que é da dignidade inalienável de criatura feita à imagem e semelhança de Deus.

E quando, nas minhas cogitações, aconselho ao estudante, a não desmoralizar a si mesmo colando ou estudando sofrivelmente quero externar algumas reflexões sobre o dever do estudante, sua responsabilidade, seus encargos e seus direitos como líder incontestado que é na comunidade.

Afirmo que o primeiro dever, o dever primacial do estudante é estudar. E quando digo estudar não desejo nem penso que o estudante seja um mero leitor de apostilas, um debruçado permanente sobre compêndios ou um memorizador apassivado de noções textuais. Não, isto nunca. Quando digo — estudar — digo — participar. Participar das modernas conquistas do saber, participar da vida da comunidade estudando as suas deficiências, descobrindo as suas mazelas, lutando por um futuro melhor, respeitando as leis, reagindo contra as ignomínias, resistindo à solicitação das facilidades para, amanhã, poder ser o líder democrático, o líder autêntico, tendo sempre presente as palavras de Peguy "não há funções nem seres inferiores, inferior é cumprir mal a sua missão".

Considero que, sendo a liderança uma condição adquirida, que não é dom exclusivamente natural nem imposição circunstancial, deve o universitário, ao longo de sua formação, aprimorar dons, alicerçar conhecimentos, estruturar posições, essencializar conceitos, na procura constante de horizontes novos que são aqueles que impulsionam o homem para as definitivas conquistas que se apóiam na



verdade, se amparam na cultura, se esteiam na dignidade, se fundamentam na liberdade, se escoram no saber e se finalizam, ou melhor dito, se realizam quando conseguido o bem comum.

Sim. Conseguir o bem comum é a razão última da liderança democrática, sua razão e sua finalidade. E para que esta meta seja alcançada, o líder democrático (que é um conceito antinômico de ditador), que deseja cumprir sem desvios nem contrafações a sua missão, deve estar sempre lembrado da noção de que **"o líder não é mais que o mandatário do bem comum"** e que sabe sem medos, receios nem titubeios, que mandar é servir. E para que este bem comum seja conseguido são necessárias qualidades, não simples qualidades encontráveis no homem comum, mas aquelas que essencializam a estrutura do líder e que o distinguem dos milhões de homens que apesar de sujeitos de irrecusáveis direitos não foram forçados para comandar.

Agora e aqui enumerarei rapidamente aquelas condições, aquelas qualidades, aqueles requisitos, aqueles predicados que o líder deve possuir. **Primeiro:** fé no cumprimento da missão. Sim, a fé que a sabedoria popular consagrou que move montanhas e que sem ela nada pode ser feito, nenhuma obra fecunda pode ser realizada, nenhum obstáculo transposto, nenhuma dificuldade superada. Sem fé o líder não realiza a sua missão porque são tais e tantos os escolhos, os estorvos, os óbices e as resistências que o desânimo e a desilusão cedo sentariam praça e firmariam acampamento.

**Segundo:** ter sempre presente que o domínio de si mesmo, a contenção dos impulsos irrefletidos, é essencial a um líder. Quem não se domina, quem pensa que gritar é dar ordens, quem atemoriza porque se enraivece, quem desabridamente gesticula pensando que está indicando caminhos, quem segue em frente, quando o sinal vermelho da autocensura acendeu, não pode de nenhum modo dirigir, comandar, liderar. E este domínio de si mesmo arrima-se no conhecimento dos homens. Não se pode líder ser, sem homens conhecer. Talvez exagêro não cometesse, se afirmasse que esta é a qualidade essencial do líder: o conhecimento dos homens, pois a liderança não é algo que se exerça sobre gente desencarnada, esvasiada, puramente racional, despida de emoções, subordinada aos raciocínios lógicos, mas sim um comando sobre homens que podem, às vezes, mergulhar no desespero das paixões ou no escuro das depressões e, daí, creio que quem não tem o domínio de si mesmo não pode os outros conhecer e, conseqüentemente, liderar.

**Terceiro:** irrecusável sentido de autoridade. Quem não exercita o poder de comandar sem concessões e sem silêncios, sem renúncias e sem privilégios, sem ajustes e sem conlulos, sem mancomunicações e sem arranjos, fatalmente naufragará na deliquescência dos acomodaticios que, em todos os tempos, têm desmoralizado o princípio



da liderança: seja o **Pilatos** que lavou as mãos entregando a sua decisão à multidão, ou seja um **Pétain** que aderiu ao inimigo para salvar o que não estava perdido — a honra de um povo.

**Quarto:** liderança implica em pés fincados na terra, em olhos abertos, desmesuradamente abertos para a realidade circundante. Quem sentido de realidade não tem, quem confunde a realidade com os seus desejos íntimos, quem vê possibilidades nos sonhos, quem não distingue os fatos que existem, das palavras que pretendem fatos criar, quem se perde no emaranhado das opções oferecidas sem escolher a solução que só pode ser uma, êste, é óbvio, líder não pode ser. Ligado a êste completo senso de realidade está a capacidade de prever. Quem não tem descortino para prever é que sentido de realidade não tem, pois não estou a dizer novidade no afirmar que, no social, o imprevisto não acontece. Quando êle — o imprevisto — surge é que o terreno já vinha sendo adubado e preparado há longo tempo e mais uma vez socorro-me da indiscutida e indesmentida sabedoria popular que diz **“prever para prover”**.

**Quinto:** ter atuante e vivo o sentido de iniciativa e a oportunidade da decisão. Um líder não pode nunca assentar-se no movediço terreno dos adiamentos, na constante delegação de atribuições inalienáveis, no esconder-se, como avestruz, na hora de dura decisão, no deixar estar para ver como é que fica, no não desagradar para apoios conseguir e no ficar sempre na irresolução do perfeccionismo quando, às vezes, — quantas — é preferível a realização do factível.

**Sexto:** não descuidar-se um só instante da realização. Ter sempre presente que só se realiza com energia, com vigor, com veemência, com ânimo, com força de vontade. E, quando vos falo de vigor, de energia, de veemência de ânimo, de força de vontade, não quero dizer nunca intolerância, grito, passionalismo e sim a constante ação para a construção de coisas que contribuam efetivamente para o bem comum.

**Sétima:** a competência, que de tão necessária, o povo, na sua infinita sabedoria, já consagrou através um brocardo: **“quem não tem competência, não se estabelece”**. Já afirmei, no curso desta palestra, que liderança não é dom exclusivamente natural. Ela deflui do saber adquirido, do exercício de qualidades, do treinamento intensivo, do aprimoramento de dons, da formação adequada e tudo isto são os fundamentos da competência. Se é certo que de um líder não se pode exigir o conhecimento universal e neste mundo, cada vez mais revelado e mais descoberto pelo saber humano, iluminado pela graça divina, os homens vão conhecendo mais coisas intensivamente e menos extensivamente, certo é também, certo e irrecusável, que de um líder tem que se exigir uma pertinente e atualizada informação que lhe dê indiscutível competência para julgar as soluções que os especialistas apresentem.



**Oitava:** exigir-se e exigir disciplina. Sem um rigoroso submetimento a um fecundo ordenamento de atividades, onde seja repudiado com vigor e com ardor o *laissez faire*, *laissez passer* dos acomodados e a amolentação dos subordinados à rotina anquilosadora e anulante, nada se pode construir, ou melhor, em rocha não se construirá.

**Nona:** e como coroamento para o pleno, autêntico e eficaz exercício da liderança democrática, a bondade. Sem bondade não se fascina, não se empurra para a frente, não se empolga; não se comanda. A bondade é fundamental, porque poder exercido sem amor é tirania e liderança exercida exclusivamente com inflexibilidade, não temperada com a indulgência dos verdadeiramente fortes, liderança não é.

E consequência da bondade do líder, estuário mesmo desta essencial qualidade, é o respeito à dignidade do homem, pois no momento mesmo em que a liderança é exercida com tripudío sobre o homem comum, aquele João, Manoel e Joaquim que vive lutando pelo pão de todo o dia, ela se esvazia de todo o conteúdo, porque desconhece, ou melhor, repudia o objeto da sua atuação: o Homem.

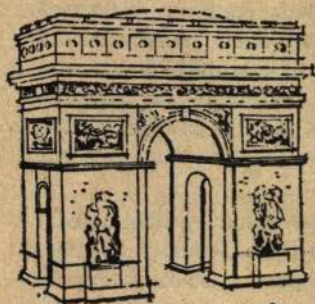
E antes de concluir, há ainda algumas exigências que devem ser feitas no exercício da liderança. A firmeza que não é a simples exigência da miúda cobrança das obrigações distribuídas, mas sim a severidade na cobrança das atribuições de cada um e, sobretudo, a levar até o final, a pôrto e salvamento as missões que se atribuiu. E, para finalizar esta enumeração, a enunciação de uma qualidade que julgo a maior de tôdas porque, sem ela, tôda a construção está viciada, todo o poder corrompido: a humildade.

É preciso que o líder, o comandante, o dirigente veja a todo passo e a todo momento da efemeridade da vida humana, da transitoriedade e da precariedade do exercício do poder quando divorciado do bem comum para sentir que a humildade não é o humilhar-se e sim o engrandecer-se e sem humildade não há autenticidade na liderança, porque a empáfia, o orgulho, a jactância mareiam, com a impostura, o poder que só pode ser exercido, não me canso de repetir, quando visa o bem comum.

Estas as palavras, meus jovens amigos, que achei oportuno dizer a vocês todos, no sentido de avivar em todos a consciência de liderança que deve estar sempre presente e despertar cotidianamente nesta juventude que amanhã, e num amanhã próximo, estará dirigindo, não o Brasil do século XX, mas o Brasil do amanhecendo século XXI, onde certamente teremos uma posição de liderança mundial e aí, ou vocês terão o preparo suficiente para exercer esta liderança e para ocupar as posições que nos serão oferecidas — oferecidas não! — que conquistaremos, ou então, aí de nós e aí de vós, mergulharemos no abissal dos povos sem história.



um cigarro de agrado  
internacional



  
**minister**

FILTRO DE LUXO • CIA. DE CIGARROS SOUZA CRUZ



# OS TRANSPORTES NO BRASIL

Maj Inf (Res)

ARY CANGUÇU DE MESQUITA

## 1 — PRINCÍPIOS GERAIS

Existem alguns princípios, não rígidos, para a utilização econômica dos meios de transporte:

1º. As cargas de reduzido valor, em relação ao peso e ao volume, não comportam, economicamente, transportes a grandes distâncias, nas modalidades de transporte rápido (avião e rodovia);

2º. Inversamente, as cargas de alto valor, em relação ao peso e ao volume, encontram nas modalidades de transporte rápido, a mais econômica solução, tanto em longas como em pequenas distâncias;

3º. As cargas de valor normal, em relação ao peso ou ao volume, encontram a mais econômica solução, em cada caso, conforme as distâncias e as necessidades do mercado consumidor, ora nas modalidades de transporte rápido, ora nas demais modalidades (ferroviário, fluvial ou marítimo);

4º. Em pequenas distâncias todos os tipos de carga comportam, economicamente, o transporte rodoviário.

Estes princípios são tirados da observação e da experiência dos sistemas de transporte nas áreas mais desenvolvidas do globo e, conseqüentemente, devemos aproveitá-los na implantação e melhoria do nosso sistema.

## 2 — ESTUDO DOS TRANSPORTES NO BRASIL

O traçado e a densidade de uma rede de transportes resultam de uma série de fatores, entre os quais pontificam:

- os fatores geoeconômicos (fisiografia e recursos);
- os fatores demográficos (desenvolvimento e distribuição da população;
- os fatores históricos (fatos dominantes da evolução política e social dos povos).



A fisiografia é o fator básico. Sua decisiva influência sobre as comunicações e os transportes se manifesta sob várias formas, principalmente através do relevo, da hidrografia e do clima.

No dizer do Embaixador J. Carlos de Macedo Soares — “obedecemos por um lado a contingência do meio físico e, por outro, recebendo do homem o cunho particularíssimo da sua cultura e de sua técnica, as vias de transporte exprimem o poder de renovação e de equilíbrio que garante a continuidade no tempo e a afirmação no espaço de um organismo político”.

## 2.1 — Aspectos fisiográficos:

O Brasil está situado no hemisfério Sul e na parte leste da América do Sul.

Por ser banhado unicamente pelo Oceano Atlântico, o mais importante do globo, como via de transporte, ocupa o Brasil uma posição invejável no panorama sul-americano.

Face a grandeza de sua costa e quantidade de ancoradouros que possui é grandemente influenciado pelo mesmo.

Somos um Estado de vastíssima extensão territorial, com uma superfície de cerca de 8,5 milhões de km<sup>2</sup> e uma largura máxima de 4.100 km e mais de 5.000 km de costas. Este fato obriga a existência de linhas terrestres, de grande extensão que dificultam a execução de qualquer plano traçado.

## 2.2 — Orografia:

O relevo brasileiro é caracterizado por um grande planalto, tendo no lado do Atlântico as maiores alturas. Este conjunto orográfico pode ser comparado a uma pirâmide triangular truncada cujas faces estão dirigidas para o Oeste, Norte e Leste do país.

Ao olharmos o mapa do Brasil vemos que as maiores alturas estão situadas abaixo do paralelo de Belo Horizonte e que as serras do Mar e da Mantiqueira são dois obstáculos para a penetração no sentido leste-oeste.

## 2.3 — Hidrografia:

É incomparável a posição do Brasil no que diz respeito as bacias hidrográficas e extensão de suas vias fluviais, atingindo cerca de 5.000 km de vias navegáveis.

Dentre as bacias existentes destacamos, sob o aspecto dos transportes, a Amazônica, do Prata, do São Francisco e Sudeste.



A bacia amazônica, cujo rio principal é navegável em toda sua extensão em território brasileiro, representa uma continuação da influência atlântica no norte do país.

Com mais da metade das vias fluviais brasileiras exerce também influência de atração em território venezuelano, colombiano, peruano e boliviano. Os seus afluentes, que tem direção perpendicular ao caudal principal, são penetrantes para o maciço guiano e planalto brasileiro.

Ressalte-se que a oeste do meridiano de Itacoatiara quase todos os seus afluentes são navegáveis, a leste desta linha, em virtude da aproximação dos maciços Guianos e Brasileiros, o grande vale se estreita e os seus afluentes tem nos seus cursos diversas corredeiras que impedem a navegação.

Face a este determinismo geográfico é de lamentar a situação precária do triângulo Belém-Cuiabá-Pôrto Velho no que toca a navegabilidade dos seus rios.

A situação do grande vale próximo das grandes linhas marítimas de navegação do mundo é outro motivo que aumenta a sua influência no norte do continente sul-americano.

A bacia platina formada pelos Rios Paraná, Paraguai e Uruguai possui uma direção perpendicular ao eixo amazônico.

O rio Paraná, com seus afluentes da margem esquerda, que nascem próximo ao litoral do Atlântico e dirigem-se para oeste, favoreceram a epopéia desbravadora da nossa formação histórica, suas quedas d'água dificultaram a penetração espanhola de sul para Norte.

O rio Paraguai, quase todo navegável, exerce influência no Mato Grosso, Bolívia e Paraguai.

O rio Uruguai, quanto ao aspecto de navegabilidade, pouca importância possui pois só é francamente navegável até Salto no Uruguai.

A bacia do São Francisco tem sua importância por ser genuinamente brasileira e ligar o leste ao nordeste. É francamente navegável de Pirapora a Juazeiro.

A bacia do Sudeste tem importância no sistema fluvial brasileiro graças ao Jacuí que, com os seus afluentes, procura a encosta da serra, permitindo uma navegação em suas águas que ultrapassa, em tonelagem a do próprio rio Amazonas, pois atende a uma região rica e liga-se ao sistema lacustre do Rio Grande do Sul, respiradouro do grande Estado sulino.

#### 2.4 — Clima e Vegetação:

De uma maneira geral não representam dificuldades ao problema dos transportes brasileiros. Apenas no grande vale amazô-



nico estes dois fatores vão dificultar, de maneira forte, a instalação de vias de comunicações terrestres.

## 2.5 — Aspectos econômicos:

São os transportes os meios que permitem a circulação das riquezas mas não pode fazer um planejamento de transportes levando em conta unicamente a economia. Além do estudo das áreas geo-econômicas é preciso levar em consideração o problema dos combustíveis, mercado interno e externo.

Sendo o Brasil um país possuidor de várias áreas econômicas separadas, exige uma política de interligação entre elas.

O centro econômico do país é o triângulo formado por São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte em torno do qual se concentra o nosso melhor sistema de transportes, embora não inteiramente satisfatório.

O problema energético é de grande importância. Produzindo apenas 1/3 de nossas necessidades em petróleo, todo transporte Diesel ou a gasolina está queimando divisas. O nosso carvão é pobre. Devemos partir decididamente para um melhor aproveitamento do nosso potencial hidráulico e grandes termelétricas no sul, para que tenhamos energia abundante e possamos eletrificar nossas ferrovias, na maior extensão possível.

Devemos melhorar as condições de nossos portos, da nossa marinha mercante (não em salários, mas em navios) e dos sistemas de transportes que alimentam estes portos, para que possamos ter um mais eficiente comércio externo e de cabotagem.

## 2.6 — Aspecto social e político:

É o Brasil um país que possui áreas completamente despovoadas ou com núcleos esparsos que ainda não se ligam aos grandes centros.

A faixa mais populosa brasileira se estende ao longo da costa Atlântica, com uma profundidade de 600 km, em média.

Assim a função social dos transportes será integrar as povoações fora desta faixa ao conjunto brasileiro fazendo-as participar dos benefícios do progresso, desenvolvendo-as como núcleo de vida, para que possam ter uma participação efetiva nas atividades econômicas.

A localização de nossa ecúmena no litoral dificultou a penetração dos transportes.

A interiorização da capital brasileira veio quebrar 4 séculos e meio de vida litorânea com grandes reflexos no campo político e econômico. Com a construção dos sistemas de transportes que con-



vergem para a nova capital estamos vendo o desenvolvimento do Brasil Centro-Oeste, representando a imediata e efetiva incorporação de vasta região interiorana ao conjunto brasileiro.

### 3 — CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS DE TRANSPORTES

#### 3.1 — Rodoviário:

As rodovias, dentro da função geral dos transportes, de ligar os centros produtores aos consumidores, obedecem a certas normas de natureza técnica e econômica.

As rodovias com pequena preparação do seu leito são indicadas para ligação com as estradas tronco e vias principais de 1ª classe, não suportando um tráfego intenso em condições econômicas, enquanto as rodovias de 1ª classe permitem o transporte econômico de grandes cargas a maiores distâncias.

O transporte rodoviário deve ser empregado até uma distância 400 a 600 km, acima disto é aconselhado o uso de ferrovias ou aquavias, funcionando as rodovias como abastecedoras destas.

As rodovias exigem um menor empate de capital do que as ferrovias, prestando-se à organização de pequenas empresas, com reduzido capital, adaptando-se de forma extraordinária a entrega a domicílio.

Hoje em dia busca-se associar as vantagens das rodovias e ferrovias com o sistema de autotrem, grandemente difundido nos EE.UU. e Europa Ocidental.

As rodovias prestam-se ao pioneirismo, sendo indicadas para impulsionar, na fase inicial, a colonização e desenvolvimento de novas áreas. São particularmente indicadas como alimentadoras de outros sistemas (ferroviário, marítimo, lacustre, aquavias).

#### 3.2 — Ferroviário:

Dentro da função geral dos transportes, as ferrovias realizam, economicamente, o transporte acima de 500 km.

Suas características mais favoráveis são:

a) meio de transporte terrestre econômico e de grande capacidade de carga a grandes distâncias;

b) fonte de energia independente do veículo transportador o que lhe dá uma grande flexibilidade para organização de composições e fracionamento, em locais previamente determinados, permitindo uma interligação de estradas. No Brasil esta característica é



grandemente limitada por existirem bitolas diferentes nas estradas de ferro.

As ferrovias tem, em todo o mundo, a função básica no transporte terrestre, principalmente nos países de grande extensão; sofrem limitações em virtude de necessitarem uma grande inversão de capitais, tanto na via permanente como no material rodante. Exigem pessoal altamente especializado, não se prestando a transportes em pequenos percursos e não levam a mercadoria de porta à porta. Não são indicadas para função pioneira devendo ligar centros economicamente desenvolvidos, entre si, ou estes centros aos portos de mar, fluviais ou lacustres.

O fato dos transportes ferroviários serem indicados para grandes distâncias não significa que não possam ser utilizados em menor extensão. Existindo um grande volume constante a transportar, o sistema é altamente econômico conforme verificamos no caso do carvão catarinense e nos minérios de Minas Gerais e do Amapá.

### 3.3 — Vias aquáticas:

#### a) Navegação marítima:

Realiza economicamente o transporte de grandes tonelagem a distâncias muito superiores às ferrovias.

Para ter bom rendimento o transporte marítimo exige bons portos, boa frota e interligação com os outros sistemas.

O transporte por via marítima caracteriza-se por ser mais barato em virtude de seu leito natural — a água — ser plana, não exigir conservação, empregando-se um pequeno esforço de tração para o deslocamento de grandes massas e um custeio relativamente baixo por tonelada transportada.

O alto custo das instalações portuárias é compensado pelo rendimento do sistema.

#### b) Vias interiores:

Quando falamos em transporte por vias interiores devemos diferenciar o feito através dos rios, ou aquavias, que são caminhos naturais e públicos, e os canais — obras de arte construídas pelo homem — que tem seu uso controlado por quem de direito. Estes são geralmente construídos para vencer diferença de nível entre bacias, como ocorre na Europa; ligação entre lagos e mares ou oceanos, como o canal do São Lourenço, ligando os Grandes Lagos ao Oceano Atlântico; ou a ligação entre oceanos ou mares, como o Canal de Suez e o do Panamá. Os canais são portanto de grande importância para interligação, aumentando as possibilidades das



vias aquáticas em geral, mas não se constituem, por si só, numa via de transporte. Assim por vias interiores entenderemos os transportes fluviais, ou aquáticos e os lacustres.

As aquavias realizam economicamente o transporte de grandes cargas a longas distâncias em condições semelhantes às ferrovias, porém com maior rendimento do que estas. Destacam-se pelo pequeno empate de capitais, por despesas de conservação quase nulas, energia de tração insignificante e capacidade de tráfego quase ilimitado.

As aquavias de maior importância no Globo estão situadas na Europa Ocidental, onde existem as melhores condições do terreno, correndo os rios em sentido favorável, articulando-se com o sistema marítimo em magníficos portos. Por meio de barcas, e através de um sistema de canais, pode-se transportar desde o Reno até a maioria dos demais rios do centro da Europa, como o Danúbio, o Ródano, o Sena ou o Elba.

A navegação fluvial não é coisa do passado. Grande número de países, entre os mais adiantados do mundo, estão empregando somas vultosas na modernização e na criação de novas aquavias. Os Estados Unidos; Rússia; Alemanha, França; Holanda e Bélgica executam, no momento, grandes obras para aperfeiçoar este sistema de transporte. Na Alemanha 30% do tráfego interno de mercadorias é feito por hidrovias; na Holanda 70% e na Suíça 60% das mercadorias que passam por Basileia utilizam o Reno.

### 3.4 — Aéreo:

É o sistema de transporte mais moderno e de vertiginoso progresso.

Sob o ponto de vista econômico realiza o transporte a grandes distâncias (o ideal é acima de 1.000 km) em alta velocidade. Tem contra si um custo elevado de transporte e ainda pequena capacidade de carga.

É um sistema apto para o pioneirismo ligando rapidamente os núcleos mais distantes aos centros de cultura.

Destina-se fundamentalmente ao transporte de passageiros e de artigos críticos com rapidez e a grandes distâncias. As pequenas distâncias têm sido o problema crucial das empresas aéreas pois, nesta faixa, mesmo para passageiros, as boas rodovias é que são econômicas.

A base de toda circulação aérea são os aeroportos que devem estar, tanto quanto possível, próximos aos centros urbanos onde os recursos e as facilidades sejam mais abundantes.



Os aeroportos comerciais servem tanto as cidades onde se localizam como, e mais exatamente, toda uma amplitude econômica.

A função do transporte aéreo é consolidar e desenvolver as economias regionais, incluindo centros de economia precária em outros mais desenvolvidos, num trabalho que, sem receio de erro, poderemos chamar de integração nacional.

É este o papel que vem desempenhando a aviação brasileira, principalmente o pioneirismo da FAB, que atingiu inúmeros pontos do nosso território muito antes das rodovias.

#### 4 — CARACTERÍSTICAS SUMÁRIAS DO PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO (PNV)

##### 4.1 — Rodoviário:

De acordo com as direções as rodovias do PNV tem a seguinte nomenclatura:

Radiais;  
Longitudinais;  
Transversais;  
Diagonais;  
Ligações e Acessos.

A — Radiais — as que se irradiam da Capital Federal, em qualquer direção, para ligá-la a Capitais Estaduais ou portos periféricos do país. Foram planejadas 8 rodovias Radiais.

##### BR — Descrição — Extensão (km)

010 — Brasília — Belém .....	1.836
020 — Brasília — Fortaleza .....	1.909
030 — Brasília — Campinho .....	1.108
040 — Brasília — Belo Horizonte — Campos — São João da Barra .....	1.138
050 — Brasília — Ribeirão Preto — Campinas — São Paulo — Santos .....	1.095
060 — Brasília — Goiânia — Jataí — Campo Grande — Bela Vista .....	1.320
070 — Brasília — Cuiabá — Cáceres — Fronteira com a Bolívia .....	1.236
080 — Brasília — Canumã — Manaus — Divisa com a Colômbia .....	3.050
Extensão das Radiais .....	12.719



**B — Longitudinais** — as que se orientam na direção Norte-Sul, formando uma malha mais ou menos densa, cobrindo a porção mais povoada do território nacional (em particular a faixa de 500 km do litoral, ao sul do Planalto de Brasília) pondo em ligação o Sul e o Leste, o Norte e Nordeste. Foram planejadas em número de 15, de modo que cada Estado seja atravessado, pelo menos, por uma longitudinal. Citemos algumas de maior interesse, no momento.

**BR — Descrição — Extensão (km)**

101 — Natal — João Pessoa — Maceió — Aracaju — Feira de Santana — Vitória — Campos — Niterói — Rio de Janeiro — Santos — Antonina — Joinville — Itajaí — Florianópolis — Tubarão — Ozório .....	4.080
116 — Fortaleza — Salgueiro — Feira de Santana — Três Rios — Volta Redonda — São Paulo — Registro — Curitiba — Lajes — Pôrto Alegre — Pelotas — Jaguarão .....	4.470
163 — Rondonópolis — Campo Grande — Rio Brillhante — Dourados — Pôrto Guaiara — Barracão — São Miguel d'Oeste .....	1.180
Total das 15 Longitudinais .....	26.797

**C — Transversais** — as que se orientam na direção Leste-Oeste, formando uma malha mais ou menos densa, pondo em comunicações os pontos da orla atlântica com a região centro-oeste. Foram planejadas em número de 20 de modo que cada Estado seja atravessado por uma transversal. Citemos algumas:

**BR — Descrição — Extensão (km)**

226 — Natal — Teresina — Pôrto Franco — Araguaína ...	1.806
234 — Caruaru — Garanhuns — Paulo Afonso .....	570
262 — Vitória — Belo Horizonte — Uberaba — Campo Grande — Pôrto Esperança — Corumbá .....	1.950
277 — Paranaguá — Curitiba — Irati — Relógio — Foz do Iguaçu .....	797
280 — São Francisco do Sul — Joinville — Pôrto União — São Lourenço — Barracão — Dionísio Cerqueira ...	576
282 — Florianópolis — Lajes — Joaçaba — São Miguel d'Oeste .....	609
285 — Vacaria — Passo Fundo — Santo Angelo — São Borja .....	569
Total das 20 Transversais .....	21.227



E — Diagonais — as que se orientam nas direções Nordeste-Sudoeste e Noroeste-Sudoeste, em número de 24, interceptando a malha respectiva. Citemos algumas:

**BR — Descrição — Extensão (km)**

307 — Benjamim Constant — Cruzeiro do Sul — Taumaturgo .....	680
316 — Belém — Teresina — Maceió .....	2.090
324 — Remanso — Feira de Santana — Salvador .....	564
369 — Ourinhos — Londrina — Jandaia do Sul — Campo Mourão — Cascavel .....	960
386 — São Miguel d'Oeste — Pôrto Alegre .....	450
377 — Carazinho — Cruz Alta — Santiago — Alegrete — Quaraí .....	467
<b>Total de 24 Diagonais .....</b>	<b>21.465</b>

F — Ligações e Acessos — em número de 39, sendo **Ligações** as que, em qualquer direção, ligam pontos importantes de duas ou mais rodovias para encurtamento de tráfego e **Acessos** as que permitam o acesso a instalações federais de importância, pontos de atração turística ou a principais terminais marítimos, fluviais, aeroviários ou ferroviários constantes do PVN. Citemos algumas:

**BR — Descrição — Extensão (km)**

401 — Boa Vista — Guiana Inglesa .....	140
405 — Mossoró — BR 116 .....	100
451 — Montes Claros — Governador Valadares .....	369
459 — Poços de Caldas — Lorena (BR 116) .....	265
462 — Rio — Volta Redonda (BR 116) Angra dos Reis (BR 101) .....	180
465 — Campo Grande — Garganta — Viúva Graça .....	22
468 — Curitiba — Garuva — Joinville .....	131
470 — Itajaí — Blumenau — Curitibaanos — Campos Novos .....	385
<b>Total das 39 Ligações e Acessos .....</b>	<b>7.993</b>

O sistema rodoviário prevê o entrosamento com o sistema Pan-Americano, e vinculações com as rês rodoviárias dos países limítrofes, com objetivo, não só de intercâmbio mas, acima de tudo, para valorização das nossas fronteiras, cujas populações devem ser postas em contacto com os centros mais desenvolvidos do país e dêles receber os influxos benéficos.



Abrange a rede planejada a extensão da ordem de 100.000 km, representando um acréscimo de cerca de 45.000 km com referência a rede do Plano Rodoviário aprovado em 20/3/1944.

A execução do Plano Rodoviário acima é previsto para 25 anos ou melhor falando, todo o Plano Nacional de Viação, e assim sendo há necessidade de, após aprovado, e em etapas complementares, serem definidos

- O Plano de Prioridades
- Os Programas de Ações (Trienais, Quadrienais, etc.)
- Os Programas Anuais

cabendo a cada Governo estabelecer, dentro do seu período Constitucional, os objetivos ou metas a atingir dentro do PNV já aprovado.

Assim, no aspecto Rodoviário, há necessidade, e está previsto no PNV, a elevação dos padrões das condições técnicas de apreciável extensão da atual rede, para corresponder a intensificação do tráfego, com a execução de melhoramentos em 7.000 km de estradas; a construção de novos trechos na extensão de 42.500 km; de abertura da plataforma e a pavimentação de 56.000 km (elevando a extensão pavimentada para cerca de 70.000 km, considerando as rodovias já pavimentadas). É perfeitamente exequível. Com efeito a pavimentação a ser efetuada representará a média anual inferior a 2.300 km, o que corresponde a prevista para o atual treino.

Os investimentos necessários para a consecução do atual Plano Rodoviário são da ordem de 4 bilhões de cruzeiros novos, compatíveis com os recursos proporcionados pelo Fundo Rodoviário Nacional cuja receita na parte que se refere ao DNER, foi da ordem de duzentos milhões de NCr\$ em 1966.

#### 4.2 — Ferroviário:

Com a finalidade de corresponder aos objetivos que competem ao sistema ferroviário, o mais indicado para transportar grandes cargas a grandes distâncias na superfície terrestre, bem como os de ordem político-administrativa e de interesse sócio-econômico, foram previstos no PNV, três troncos radiais principais, que ligam Brasília aos pontos extremos do território Nacional — Natal — Rio de Janeiro e Rio Grande, a saber:

Tronco Nordeste — Brasília — Mapele (Salvador) — Aracaju — Propriá — Maceió — Recife — João Pessoa — Natal — com 3.354 km.

Tronco Sudeste — Brasília — Belo Horizonte — Três Rios — Barra do Piraí — Japeri — Rio de Janeiro, com 1.500 km.

Tronco Sul — Brasília — Uberlândia — Uberaba — Ribeirão Preto — Campinas — São Paulo — Ponta Grossa — Rio Negro — Lajes — General Luz — Pelotas — Rio Grande — com 2.567 km.



Além destes troncos estão previstos dezenove troncos longitudinais, transversais e diagonais, que são diretrizes de extensão maior do que 500 km, atendendo a aspectos definidos de regiões que apresentem interesse de tal transporte, como sejam:

T1 — São Luiz — Terezina — Alagoinhas — Mapele — Salvador — 2.063 km;

T4 — Goiânia — Pires do Rio — Lavras — Barra Mansa — Angra dos Reis — 1.465 km;

T5 — Vitória — Itabira — Belo Horizonte — 689 km;

T6 — Ipatinga — Três Rios — Rio de Janeiro — 722 km;

T11 — Rio de Janeiro — Barra do Piraí — São Paulo — 500 km;

T12 — Santos — São Paulo — Campinas — Bauru — Campo Grande — Corumbá — 1.732 km;

T17 — Paranaguá — Curitiba — Guarapuava — Foz do Iguaçu — 834 km;

T16 — Itapeva — Jaguariaíva — Ponta Grossa — Eng. Gutierrez — Pôrto União — Marcelino Ramos — Passo Fundo — Cruz Alta — Santa Maria — Dilermando Aguiar — Cacequi — Livramento — 1.757 km.

**Ligações ferroviárias** são diretrizes de extensão inferior à 500 km atendendo, em geral, a regiões compreendidas entre os troncos, formando malhas de estradas de ferro, completando assim, a Rede Ferroviária Federal. Citemos algumas:

L1 — Luiz Corrêa — Altos — 308 km;

L5 — Areia Branca — Mossoró — Souza — 290 km;

L20 — Japeri — Terminal de Santa Cruz — 39 km;

L21 — Deodoro — Santa Cruz — Mangaratiba — Angra dos Reis — 131 km;

L31 — Apucarana — Ponta Grossa — 360 km;

L32 — São Francisco — Mafra — Pôrto União — 431 km;

L33 — Blumenau — Guaramirim — 56 km;

L34 — Itajaí — Blumenau — Ponte Alta do Norte — Marcelino Ramos — 413 km.

**Linhas isoladas** — São diretrizes ferroviárias que, embora estejam sem conexão à Rede Ferroviária Federal, servem regiões isoladas e de economia específica, como sejam:

LI 1.1 — Santana — Serra do Navio — 196 km;

LI 2.1 — Imituba — Laguna — Tubarão — Lauro Müller — 109 km;

LI 2.2 — Tubarão — Criciúma — Araranguá — 91 km.



O Plano Ferroviário abrange a extensão de diretrizes ferroviárias, acrescentados dos melhoramentos intensivos da infra-estrutura, existente, inclusive a unificação das bitolas em 1,60 m das vias que se situarem ao Sul do Paralelo de Brasília, de modo a permitir a articulação e exploração do sistema ferroviário nacional nas melhores condições econômicas possíveis, permitindo-lhe melhor produtividade, bem assim situação financeira mais equilibrada.

A viabilidade do plano é prevista porquanto a extensão total das linhas ferroviárias incluídas no mesmo é de 36.634 km, dos quais ... 29.548 já estão em tráfego; 2.502 em construção, devendo ser construídos integralmente 4.584 km.

A estimativa para realizar a expansão ferroviária prevista é da ordem de NCr\$ 4 bilhões, dos quais aproximadamente NCr\$ 2,5 milhões destinados à unificação de bitolas. O montante de NCr\$ 160 milhões anuais é perfeitamente viável considerando-se que este investimento é rentável e promoverá a reabilitação das ferrovias.

#### 4.3 — Portuário e Vias navegáveis:

Foi considerado no PNV a importância do setor portuário na articulação dos sistemas marítimos, fluviais e terrestres, que devem constituir um todo integrado.

Foram previstos 34 portos marítimos e 78 portos fluviais nos quais deverão ser empreendidas obras de recuperação, melhoramento, ampliação, reequipamento, conclusão de obras, ou construção integral, para cuja realização, em 25 anos, estima-se sejam necessários cerca de 800 milhões de cruzeiros novos.

Os portos são classificados de acordo com a natureza e a tonelagem de carga que movimentam anualmente em:

Portos de 1ª Classe — quando superior a 5 milhões de toneladas anuais — Ex: Recife — Rio de Janeiro — Santos — Rio Grande — Porto Alegre.

Portos de 2ª Classe — quando entre 1 e 5 milhões — Ex: Manaus — Mucuripe — Salvador — Paranaguá.

Portos de 3ª Classe — quando entre 100 mil e 1 milhão — Ex: Santarém — Luiz Corrêa — Natal — Maceió — Niterói — Antonina — São Francisco do Sul — Itajaí — Imbituba — Laguna.

Portos Especiais — destinados a granéis quando estes constituírem 90% ou mais da carga considerada — Ex: Macapá (Minério) — Areia Branca e Macau (sal) — Vitória e Tubarão (Minério) — Terminal de Sepetiba (Minério e Carvão) — Angra dos Reis (Minério) — Imbituba (Carvão).



Os portos fluviais também foram classificados como os marítimos sendo, no entanto, todos eles de 3ª Classe.

As vias navegáveis, ou navegadas, planejadas, apresentam a extensão total de 31.527 km que devem ser articuladas com a via marítima sendo considerado como tal, pela franca navegação, os trechos Manaus — Belém e Rio Grande — Pôrto Alegre.

#### Vias marítimas:

Manaus — Belém .....	1.711 km
Belém — Rio de Janeiro .....	4.134 km
Rio de Janeiro — Rio Grande .....	1.485 km
Rio Grande — Pôrto Alegre .....	259 km

#### Vias interiores ou hidrovias:

Bacia Amazônica — 25 portos .....	16.841 km
Bacia do Nordeste — 17 portos .....	2.476 km
Bacia do Sudoeste — 20 portos .....	3.233 km
e do Paraná	
Bacia do Paraguai — 3 portos .....	1.585 km

A estimativa para a realização das vias navegáveis é de 200 milhões de cruzeiros novos, financeiramente exequível, mas muito aquém de nossas necessidades.

#### 4.4 — Aeroviário:

Foram planejados 49 aeródromos de 1ª classe e 341 de 2ª classe, de acôrdo com os padrões técnicos determinados pela sua localização, movimento, finalidade etc. Alguns deverão sofrer ampliações e melhorias técnicas e outros deverão ser totalmente construídos nas condições planejadas, sendo prevista uma inversão anual de 30 milhões de cruzeiros novos.

Citemos alguns para exemplo:

1ª Classe — Rio Branco (Acre) — Amapá — Manaus — Tabatinga — Belém — Cachimbo — Jacareacanga — Pôrto Velho — Boa Vista — São Luiz — Terezina — Fortaleza — Natal — João Pessoa — Recife — Aracaju — Paulo Afonso — Salvador — Galeão — Santa Cruz — Belo Horizonte — Uberlândia — Campinas — São Paulo — Campo Grande — Cuiabá — Brasília — Curitiba — Foz do Iguaçu — Florianópolis — Pôrto Alegre — Uruguaiana.



#### 4.5 — Comentários finais sobre o PNV:

O PNV corresponde às necessidades conjunturais e previsíveis no período atual até o ano de 1989, disciplinando a política viatória do Brasil.

As localidades intermediárias constantes das relações mencionadas no PNV constituem-se em indicações gerais das diretrizes das vias consideradas, cujos traçados só serão fixados pelos estudos definitivos de acordo com os preceitos técnicos de cada sistema.

A Lei que aprovou o PNV previu seja o mesmo revisto de cinco em cinco anos e que a execução obedeça a períodos quadrienais.

A apreciação do PNV, em conjunto, honra sobre maneira seus autores, embora possa merecer, em alguns pontos, críticas ou discordância, perfeitamente natural em obra de tamanha amplitude.

Vejamos algumas das restrições feitas ao PNV, parte delas compiladas da obra do Dr. Eurico Dacheux de Macedo — Transportes — que nos serviu de base para o estudo do mesmo Plano.

1 — Falta de uma rodovia que conectasse Brasília às três capitais do sul do país, fugindo assim ao preceito de ligar, **diretamente**, a metrópole nacional a todas as capitais. Com a inclusão do trecho Araraquara — Jaú — São Manuel — Avaré. (Já asfaltado) a Cerro Azul e Curitiba, daí se ramificando, pela BR 116 e BR 486 e 101, para Porto Alegre e Florianópolis, ficaria sanada a ligação mais diretamente do que via São Paulo ajudando a desafogar o pesado trânsito em torno daquela capital.

2 — Parcimônia excessiva nas diretrizes do nosso sistema ferroviário. A inadequação do equipamento, tem sido motivo para que, erroneamente, se condene este sistema como suporte superado. Cabe ressaltar que para circulação terrestre de grandes cargas a grandes distâncias a economia da maioria das nações, principalmente nos países industrializados e, sobretudo, nos de extensa base física, estimula o sistema ferroviário, com impacto cada vez maior. Política demagógica, omissão administrativa (ou incompetência) e a falta de uma diretriz nacional é que levaram nosso sistema ferroviário à atual situação. Corrigindo-se as causas pode-se, a médio prazo, recuperar nosso sistema ferroviário. No momento em que a França e o Japão investem, vigorosamente, no setor ferroviário, colocando em circulação trens de passageiros com velocidade superior a 200 km/h e trens de carga a 100 km/h, não podemos culpar o sistema ferroviário nacional de inadequado e sim devemos culpar aqueles que, por ação ou omissão, permitiram nossa estagnação ferroviária, procurando resolver o problema viário pelo apoio maciço a um único sistema de transportes, o rodoviário, sem a preocupação da integração de todos os sistemas, explorando as vantagens de cada um, de acordo com os universais princípios de emprego.



Critica-se a situação altamente deficitária da Rêde Ferroviária Federal (que deve ser corrigida) no entanto esquecem de dizer que o sistema rodoviário, não sendo pago pedágio, é um investimento financeiramente deficitário, pois seus usuários não pagam, diretamente, nem o custo nem a manutenção, no entanto é um sistema econômico e socialmente de incomensurável valor. Por que negar ao sistema ferroviário o mesmo tratamento, isto é, ser financeiramente deficitário (reduzindo-se substancialmente o atual déficit) mas tornando-o econômica e socialmente útil pelos benefícios que traz a toda coletividade. No momento a maioria do nosso sistema ferroviário é financeira, econômica e socialmente pesado à coletividade brasileira, mas podemos, a médio prazo, colocá-lo em condições bem diversas da atual. Quando defendemos o sistema ferroviário de transporte, não defendemos o que aí está e sim aquilo que deve ser, e como é, nos países desenvolvidos.

Segundo o Dr. Rubens Rodrigues dos Santos, em 1960 era a seguinte a situação da Rêde Ferroviária mundial:

Apresentando Superavit .....	80%
Em equilíbrio financeiro .....	1%
Moderadamente deficitária .....	10%
Grandemente deficitária .....	6%
Absurdamente deficitária (Brasil) .....	3%

No mesmo ano, apenas três estradas de ferro brasileiras deram superavit, a Cia. Paulista de Estradas de Ferro; a Vitória Minas e a do Amapá.

Conduzir a RFF para o equilíbrio financeiro é um imperativo que deve ser buscado melhorando a rentabilidade e a produtividade do existente, para a situarmos, inicialmente, na faixa das moderadamente deficitárias.

Uma das causas do déficit da RFF está no sistema de tração. Em cruzeiros velhos, no ano de 1960, uma ton/km, custava:

Tração vapor —	Cr\$ 1.429 ou NCr\$ 1,42
Tração Diesel —	Cr\$ 149 ou NCr\$ 0,15
Tração elétrica —	Cr\$ 63 ou NCr\$ 0,06

A eletrificação deve ser a meta de nossa tração ferroviária, quer pela utilização das hidrelétricas ou de termoeletricas, queimando carvão vapor, uma vez que, nosso carvão não se presta, pelo excesso de piritas e cinza, à tração vapor; o óleo diesel, face as nossas deficiências em petróleo, é um consumidor de divisas; somente a eletricidade é nossa, no momento e no futuro, sendo economicamente a mais rentável.



A modificação de grande parte da atual infraestrutura ferroviária é problema que demanda tempo, capital e, acima de tudo, técnica e organização, ou seja um elemento humano apto ao desempenho de suas tarefas.

3 — Pouca importância dada as linhas de navegação fluvial que devem, juntamente com as ferrovias, transportar grandes cargas a longa distância, sendo o seu custo operacional inferior ao ferroviário e muito mais baixo que o rodoviário.

Embora os nossos rios não tenham um curso favorável à nossa economia e não se articulem com o sistema marítimo por meio de bons portos, o que caracteriza a integração dos sistemas, mesmo assim devemos utilizá-los mais intensamente e, ao invés de construirmos, em certas regiões, custosas rodovias, podemos, com muito menor investimento, escoar a produção e realizar ligações por intermédio das hidrovias que se articularão com as ferrovias e rodovias nos pontos mais favoráveis.

Em recente pronunciamento o Engenheiro Afonso Furtado Portugal, diretor de Vias Navegáveis do DNPVN, elaborou um trabalho no qual reasalta que o transporte por hidrovias é cerca de 4 vezes mais barato que o ferroviário e 10 vezes inferior ao rodoviário.

“O Brasil tem chances de implantar uma nova rede de vias navegáveis — assegurou o engenheiro. — Mas inicialmente, há necessidade de recursos financeiros substanciais. Entretanto, temos muitas oportunidades de realizar as obras de navegação a baixo custo, inferior ao de ferrovias e de rodovias pavimentadas de primeira classe. Basta que na construção de barragens para aproveitamento hidrelétrico nos rios constantes de um plano hidroviário nacional, sejam executadas, simultaneamente, as obras de navegação necessárias para transpor as embarcações entre a parte superior e inferior da barragem, como eclusas e elevadores de navios. Como na região centro-sul, principalmente, a demanda de energia elétrica exigirá a construção até 1980 de grande número de barragens, é fácil concluir que há uma grande oportunidade para a criação de novas vias navegáveis desde que o Governo proporcione o entrosamento entre os órgãos de energia elétrica e os da navegação. Nestas circunstâncias as obras de navegação custarão apenas 1 a 10% do custo total da obra. Por exemplo, na Barragem da Boa Esperança, no rio Parnaíba, onde o DNPVN pretende dar início no corrente ano à construção das eclusas, estas custarão NCr\$ 12 milhões e 800 mil, que correspondem a 6% do total da obra.

— Há, entre nós, continuou, em geral, uma idéia falsa do custo de hidrovias, mesmo quando se trata de canais artificiais exclusivamente para fins de navegação, que são em geral necessários em trechos relativamente curtos. É difícil dar um custo médio em face da variedade de condições. Todavia, exemplos estrangeiros — infe-



lizmente não temos exemplos nacionais a citar — nos mostram que em muitos casos o seu custo por quilômetro é da mesma ordem do custo de rodovias de primeira classe. Há ainda a considerar a circunstância de que, vencendo um trecho impróprio para a navegação, cai-se em longos estirões já naturalmente navegáveis. Assim, por exemplo, o rio Tocantins, entre a cidade de Tucuruí, no Pará, e a cidade de Peixe, em Goiás, ao longo de 1.400 quilômetros, dispõe de cerca de 1.000 quilômetros em condições de serem francamente navegáveis, com execução de obras relativamente pequenas no seu leito. Estes 1.000 quilômetros são, entretanto, interrompidos por três trechos, somando todos 260 quilômetros, em que a navegação regular e segura é impossível. Se a demanda de energia naquelas regiões não permitir ainda a construção de barragens naqueles trechos encachoeirados, a sua transposição poderá ser feita por canais laterais ao longo dos 260 quilômetros, cujo custo por alto que fôsse, ficaria dissolvido pelos 1.400 quilômetros contínuos navegáveis, por certo inferior ao custo de uma rodovia da mesma extensão.

— As despesas de conservação das hidroviias não são elevadas — prosseguiu o Dr. Afonso Henrique Furtado Portugal.

— Pelo contrário. Os russos avaliam em uma sexta parte da despesa necessária à conservação de ferrovias. É fácil imaginar que numa hidrovia constituída de uma sucessão de reservatórios, as despesas de conservação se limitam às das eclusas, que são mínimas. Nos reservatórios, que às vezes se prolongam por mais de 100 quilômetros, nada há a conservar, como em Boa Esperança, em que o reservatório tem 150 quilômetros de extensão. Na ferrovia e na rodovia, ao contrário, a conservação é feita ao longo de cada metro, nos trilhos, nos dormentes, na pavimentação etc. São conhecidas as preocupações de nossas autoridades com a conservação onerosíssima das nossas rodovias, que, se descuidada, as tornam intransitáveis em pouco tempo.

Sobre a informação de que as hidroviias só servem para o transporte de mercadorias de baixo valor, como minérios e materiais de construção, disse:

— É verdade que elas são os meios mais adequados para esta natureza de mercadoria. Elas são, entretanto, utilizadas também em larga escala para outras mercadorias. No rio Tennessee, por exemplo, que transporta 16 milhões de toneladas por ano, 40% do tráfego é de gêneros alimentícios e de seus produtos. Nos Estados Unidos e na França, o transporte de automóveis saídos da fábrica é feito em barças. Na Alemanha, ultimamente, o meio hidroviário tem sido usado para o transporte de materiais eletrônicos para evitar choques, como acontece no trem e no caminhão.

— As principais obras hidroviárias — observou — que o Governo pretende realizar com prioridade são as seguintes: 1) a



transposição das corredeiras de Caracará, no Rio Branco, as quais interrompem a navegação na estiagem, isolando a capital do Território de Roraima, Boa Vista, dos demais mercados nacionais. Trata-se, pois, de uma obra de integração nacional. O custo das obras, ainda não bem determinado, não dará para construir mais que 50 quilômetros de rodovia; 2) construção das eclusas na barragem da Boa Esperança, no rio Parnaíba. O custo dessas represas, dividido pela extensão de 150 quilômetros do reservatório, dará NCr\$ 86 mil por km, muito inferior, portanto, ao custo unitário de rodovia de primeira classe, que orça pela ordem dos NCr\$ 300 mil por quilômetro; 3) indo de encontro às obras já realizadas pelo Governo do Estado de São Paulo para a transformação do rio Tietê em via navegável de grande gabarito, o Governo Federal pretende cooperar com 50% das despesas, de modo a tê-las nos próximos anos 700 quilômetros navegáveis integrando toda a região do Alto Paraná aos grandes mercados de São Paulo e arredores, dentro assim do princípio fundamental da política de navegação interior acima citada; 4) conclusão da Barragem do Anel de Dom Marco, já iniciada no rio Jacuí, no Estado do Rio Grande do Sul; 5) construção da Barragem de Três Irmãos, no mesmo rio citado. Com essas duas barragens e mais a de Fandango, construídas nos Governos passados, ficará o rio Jacuí, como parte integrante da hidrovía transversal do Rio Grande do Sul, Ibicuí-Jacuí, com 300 quilômetros navegáveis para grande gabarito, permitindo futuramente uma ligação interior Porto Alegre — Buenos Aires”.

## 6 — CONCLUSÃO

O PNV, para implantação, em princípio, até 1989, necessita investimentos de grande vulto principalmente atendendo para a projeção da demanda nos diversos setores da vida nacional, exigindo uma eficiente rede de transportes, integrando todos os sistemas sem dar prioridade a nenhum. Deverão existir prioridades regionais porém visando o melhor aproveitamento das características de cada sistema, de acordo com as condições fisiográficas, principalmente, de cada área e de acordo com a finalidade econômica, social e política dos transportes.

O Plano de Prioridade é uma imposição da execução do PNV e consiste no implícito arrolamento da prioridade dos trabalhos para definir a ordem de execução dos mesmos. Não pode se submeter a interesses pessoais, regionais ou a pressões políticas. Deve ter como guia os supremos interesses da nação expressos nos objetivos nacionais, permanentes ou transitórios, que devem ser mantidos ou atingidos a fim de transpormos a barreira do subdesenvolvimento.



O Ministro dos Transportes, em recente pronunciamento, demonstrou claramente a visão nítida do problema ao dizer:

"Sei que precisamos acelerar a construção das rodovias, de caminhos de ferro e de aquavias, sei que precisamos mantê-los em condições de tráfego nos 365 dias do ano; sei que precisamos ativar e reforçar a frota mercante, a fim de que, ampliando a participação da Bandeira Brasileira no transporte internacional, possamos evitar grandes encargos em pagamentos de fretes, em moedas fortes, economizando assim divisas que precisam ser injetadas diretamente no processo do desenvolvimento; sei, também, que precisamos melhorar as condições de funcionamento dos portos; da dragagem e desobstrução de nossas vias navegáveis; sei, finalmente, que para a consecução de tôdas estas operações há que se cuidar do elemento humano, sem o qual nada é dinâmico.

Todos êsses pontos fundamentais integram o nosso programa administrativo e dêles não descuidaremos. Trabalhar para alcançar, bem e rapidamente, as soluções, eis a nossa realidade. Temos muitas etapas pela frente, etapas que sômente serão ultrapassadas e vencidas com o perfeito entrosamento dos diferentes meios de transporte com vistas a um único objetivo, com a soma de nossos esforços em favor do superior interêsse da Nação Brasileira".

## BIBLIOGRAFIA

GEOGRAFIA ECONÔMICA GENERAL — Micael Lerner

GEOGRAFIA DOS TRANSPORTES NO BRASIL — Moacyr M. F. Silva

TRANSPORTES — Eurico Dacheux de Macedo

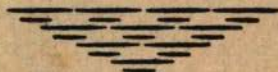
A CRISE DAS FERROVIAS — Rubens Rodrigues dos Santos

PRODUÇÃO, TRANSPORTES E ENERGIA NO BRASIL — João Baptista Peixoto e Walter Peixoto

O COMPLEXO PROBLEMA FERROVIÁRIO BRASILEIRO — Antônio Negreiros de Andrade Peixoto

PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO — Ministério da Viação e Obras Públicas

O PROBLEMA NACIONAL DOS TRANSPORTES — Oswaldo Ferraro de Carvalho





# O PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO

## Rodovias Brasileiras de Intêresse Pan-Americano

O nôvo Plano Nacional de Viação, elaborado pelo Govêrno do Brasil para reger o desenvolvimento da circulação nacional, em suas necessidades sócio-econômicas e político-estratégicas nos próximos 25 anos, consagra, no planejamento do Setor Rodoviário, tôdas as ligações pan-americanas indicadas pelos Congressos Pan-Americanos de Estradas de Rodagem.

Essa atitude dos técnicos brasileiros é uma decorrência da manifestação unânime dos países da Comunidade Americana de aprovação do Sistema Rodoviário Pan-Americano, no qual vêem o elo que fortalecerá a política de solidariedade continental e de estímulo ao mercado comum latino-americano.

Uma afirmação evidente, que dispensa demonstração, é a de que a integração das economias regionais americanas só poderá ser obtida, de maneira efetiva e duradoura, através da integração dos sistemas de transportes, permitindo um crescente fluxo e refluxo de mercadorias e passageiros e representando sempre maior integração cultural no sentido dos nobres ideais de pan-americanismo.

Assim sendo, podemos inferir que tôda a política pan-americana está necessariamente lastreada no desenvolvimento do Sistema Rodoviário Pan-Americano e, conseqüentemente, na interligação dos diversos sistemas rodoviários nacionais e regionais, levando a estrada de rodagem ao papel grandioso de principal irmanadora dos povos do Continente.

### Sistema Brasileiro

O sistema brasileiro de interêsse pan-americano baseia-se, principalmente, em oito rodovias pelas quais serão estabelecidas conexões da rêde nacional com as de seis países limítrofes, dentro do planejamento do Sistema Rodoviário Pan-Americano. O nôvo Plano Nacional de Viação fixou as seguintes conexões:

- Com a Guiana Inglêsa, nas cidades de Fazenda Normândia, Querari ou Lethem;
- com o Peru, em Pucalpa;
- com a Bolívia, em Guajará-Mirim, Corumbá e Mato-Grosso;
- com o Paraguai, em Foz do Iguaçu, Guaíra, Ponta-Porã e Bela Vista;
- Com o Uruguai, em Quaraí, Aceguá, Jaguarão, Livramento e Chuí; e
- com a Argentina, em Foz-do Iguaçu, Barracão e Uruguaiana.



Essas conexões estão localizadas nos eixos das seguintes rodovias:

a) Longitudinais:

Rodovia BR.174, com o traçado Manaus—Santa Helena, na fronteira com a Venezuela;

b) Transversais:

Rodovia BR.277, com o seguinte traçado no território brasileiro: Paranaguá, passando por Curitiba, até Foz do Iguaçu, na fronteira com o Paraguai;

Rodovia BR.290: Osório — Pôrto Alegre — Uruguaiana, na fronteira com a Argentina;

c) Diagonais:

Rodovia BR.359: Mineiros — Corumbá, na fronteira com a Bolívia. Rodovias BRs. 364/319/236, cujo traçado, nascendo no interior de São Paulo, próximo da costa brasileira, em Limeira, passa por Cuiabá até a fronteira com o Peru, na cidade de Pucalpa; Rodovia BR.377: Carazinho-Quaraí, na fronteira com o Uruguai;

d) Ligações:

Rodovia BR.401: Boa Vista — fronteira com a Guiana Inglesa; Rodovia BR.471: Soledade — Chuí, atingindo o Uruguai.

Além dessas rodovias, o Plano Nacional de Viação incluiu diversos outros trechos rodoviários internacionais não previstos no Sistema Pan-Americano, mas que são do maior interesse para as ligações rodoviárias do Brasil com os países vizinhos, não só como decorrência da política pan-americana como, também, no intuito de valorizar as zonas de fronteiras, cujas populações devem ser postas em contato com os centros mais desenvolvidos do País e deles receber benéficos influxos.

### Execução

A execução do Plano Rodoviário Nacional está confiada, no Brasil, ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, órgão do Ministério dos Transportes. Nos planos estaduais e municipais, os Departamentos Estaduais de Rodagem executam as ligações de características regionais. Além de obras federais por administração direta, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem é auxiliado na construção de rodovias pela Diretoria de Vias e Transportes, do Ministério do Exército, e pelos Departamentos Estaduais, que trabalham sob convênio. O DNER é, assim, responsável por tudo quanto diga respeito às rodovias federais, desde os projetos e construção até a conservação e orientação dos usuários. Mantém a Polícia Rodoviária, que garante a segurança e prestação de socorros; estabelece tarifas rodoviárias, distribui quotas estaduais e municipais do Fundo Rodoviário Nacional e supervisiona os planos rodoviários estaduais e municipais.

(Continua no próximo número)



# CENTENÁRIO DA SEGUNDA BATALHA DE TUIUTI

(3 Nov 1867 — 3 Nov 1967)

Maj Eng (QEME)  
DARINO CASTRO REBELO

**"Hoje morre aqui até o último brasileiro"  
Pôrto Alegre, em Tuiuti**

## I — INTRODUÇÃO

### 1. Início da Guerra

No dia 11 de novembro de 1864 chegou a Assunção o navio brasileiro Marquês de Olinda. Seu destino era Mato Grosso para onde levava o nôvo Presidente da Província, Cel. Frederico Carneiro de Campos, e vários funcionários. Dia 12 prosseguiu viagem. A cerca de 30 milhas de Assunção foi aprisionado pela corveta Tacuari e obrigado a regressar àquela Capital. Tôda a guarnição e os passageiros foram considerados prisioneiros de guerra. Efa "o comêço da guerra com o Brasil sem que o Império houvesse praticado ato algum de hostilidade ao Paraguai". Viana de Lima, nosso representante em Assunção, formulou na ocasião um enérgico protesto pela ocorrência. Em trânsito por Buenos Aires, informou ao Governo Imperial os pormenores do acontecimento, terminando por vaticinar: "Tenho a firme convicção de que o Brasil inteiro se erguerá para lavar esta afronta".

Aquêle ato hostil foi "a gôta d'água". É sabido que as relações entre os dois Países já vinham estremecidas desde algum tempo,

como decorrência das questões relacionadas com a navegação no Rio Paraguai, indispensável à nossa ligação com a Província de Mato Grosso, já que as vias de acesso por via interior eram precárias. Junte-se a isso as lutas diplomáticas em tôrno dos interesses inconciliáveis decorrentes da linha definidora dos limites entre os dois Países e nossa intervenção na República do Uruguai, em outubro de 1864. Falou-se também que a política hostil de López tinha sido inspirada por despeito em virtude de lhe ter sido negada a mão da filha mais jovem de D. Pedro II, D. Leopoldina, sem ao menos uma resposta.

Francisco Solano López (1827-1870) assumiu o governo em consequência da morte de seu pai, Dr. Carlos López, em 1862. Desde então começou a se preparar para a guerra, com grande ardor. A ambição e o desejo de glórias eram os dois estímulos para o seu sonho de grandeza. Até então sua vida corra melancolicamente e com as facilidades propiciadas pelo pai, pois, já aos 18 anos de idade era nomeado general. Depois viajou pela Europa onde freqüentou as grandes rodas e tomou melhor conhecimento dos feitos napoleônicos. No exercício absoluto do go-



vêrno da sua pátria e com a inesperienza conferida pelos seus 37 anos de idade, desencadeou a guerra que iria durar 5 anos, os últimos 5 anos de sua vida.

## 2. Sumário dos principais acontecimentos até novembro de 1867

Em 24 Dez 64 o Cel Vicente Barrios, cunhada de López, partiu de Assunção, por via fluvial, para invadir Mato Grosso com o objetivo de conquistar o Forte de Coimbra e as cidades de Albuquerque e Corumbá. Cinco dias depois, o Cel Cav Francisco Isidoro Resquim, partia de Concepción, por via terrestre, com sua "divisão do Norte", para conquistar as Colônias de Dourados e Miranda, bem como a Vila de Nioaque. De acordo com a manobra estabelecida, as operações prosseguiriam para Norte, após a junção das duas colunas, visando a conquista de Cuiabá, sede do governo da Província de Mato Grosso.

Desejando atacar o Rio Grande do Sul, López pediu licença à Argentina para atravessar o território das Missões e como esta lhe foi negada, mandou invadir a Província de Corrientes com o chamado "Exército Expedicionário do Sul" (14 Abr 65), sob o comando do Cel Venceslau Robles. Essa agressão levou o governo argentino a aceitar a aliança proposta pelo Brasil, resultando daí o "Tratado da Tríplice Aliança", entre Argentina, Brasil e Uruguai, assinado em Buenos Aires em 1º Mai 65.

Nas águas do Rio Paraná, logo ao Sul da Cidade argentina de Corrientes, foram sepultadas as esperanças navais de López na de-

cisiva Batalha de Riachuelo (11 Jun 65).

Desde então a via fluvial para o Sul ficou definitivamente bloqueada ao Paraguai.

Ao amanhecer do dia 10 Jun 65, véspera da Batalha do Riachuelo, um destacamento sob o comando do Ten Cel Antonio de Estigarribia transpôs o Rio Uruguai para atacar a vila de São Borja. A 2 Agô do mesmo ano os paraguaios ocupam a vila Restauración (Passo de los Libres) e a 5, Uruguaiana. A 17 travou-se o primeiro grande combate terrestre, próximo ao Rio Jataí, a Noroeste de Uruguaiana, em território argentino. A 18 Set malograram-se as esperanças expansionistas de López com a rendição incondicional de Estigarribia em Uruguaiana, presentes D. Pedro II, o Gen Mitre, (Presidente da Argentina), o Gen Flores, (governador provisório do Uruguai), os Marechais Caxias e Conde d'Eu e vários outros militares ilustres.

Na manhã de 16 Abr 66, em ação combinada com a esquadra brasileira sob o comando do Almirante Tamandaré, os aliados transpuseram o Rio Paraná na região de Três Bôcas. As forças brasileiras sob o comando do Gen Manuel Luís Osório (1808-1879) foram as primeiras a invadir o território paraguaio e levar a guerra ao seu interior. Para o êxito desta operação muito contribuiu a ocupação do primeiro pedaço de solo paraguaio — a Ilha de Purutuê, também conhecida por Ilha Itapiru, Redenção e Vilagran Cabrera (esta última denominação em memória do Ten Cel Eng Vi-



lagran Cabrita, morto em ação no dia 10 Abr 66).

Durante a jornada de 24 Mai 66 travou-se a Primeira Batalha de Tuiuti, considerada a maior batalha campal da América do Sul, na qual se cobriram de merecida glória o Gen Osório, Gen Antonio Sampaio, Cel Emílio Luís Mallet e muitos outros bravos.

O malogrado ataque aliado às posições fortificadas de Curupaiti, sob o comando do Gen Manuel Marques de Souza (Barão, Visconde e Conde de Pôrto Alegre, 1804-1875), em 22 Set 66, contribuiu decisivamente para amainar os ressentimentos políticos entre liberais e conservadores na corte do Rio de Janeiro e assim permitir a nomeação do Mar Luís Alves de Lima e Silva (Barão, Visconde, Conde, Marquês e Duque de Caxias, 1803-1880), aos 63 anos de idade, comandante das forças brasileiras em operações no Paraguai, pelo Decreto de 10 Out 66. A 18 Nov do mesmo ano Caxias chegou ao acampamento de Tuiuti, sendo aí recebido com grande alegria pela tropa.

Depois de profunda reorganização empreendida na tropa, nas instalações, nos suprimentos e nos serviços, Caxias iniciou a 22 Jul 67 a marcha de flanco, visando o desbordamento das fortificações de Humaitá com o 1º Corpo do Gen Argolo, o 3º do Gen Osório e mais os destacamentos de argentinos e uruguaios, enquanto ao 2º Corpo, ao comando do Gen Pôrto Alegre, caberia fixar o inimigo além de Tuiuti e manter a base de operações. A 31 do mesmo mês e ano Caxias transferiu o seu QG

para Tuiui-Cuê, a cerca de 24 Km, por estrada, ao Norte de Tuiuti. Após uma série de reconhecimentos foi construída uma estrada menos extensa ligando Tuiui-Cuê a Tuiuti. Assim ficou estabelecida a Linha Principal de Suprimento (LPS). Como esta ficasse sujeita à intervenção do inimigo, os comboios que saíam de Tuiuti eram protegidos até o meio do caminho por destacamentos do 2º Corpo; daí para Tuiui-Cuê ficava a carga do 1º Corpo. Nestas condições os comboios dispunham de segurança durante todo o percurso, ora com tropa do 2º Corpo, ora com a do 1º e vice-versa.

A 15 Agô 67 a esquadra forçou a passagem de Curupaiti e fundeu à vista de Humaitá. A pouco e pouco o domínio do rio paraguaio ia sendo perdido pelo inimigo.

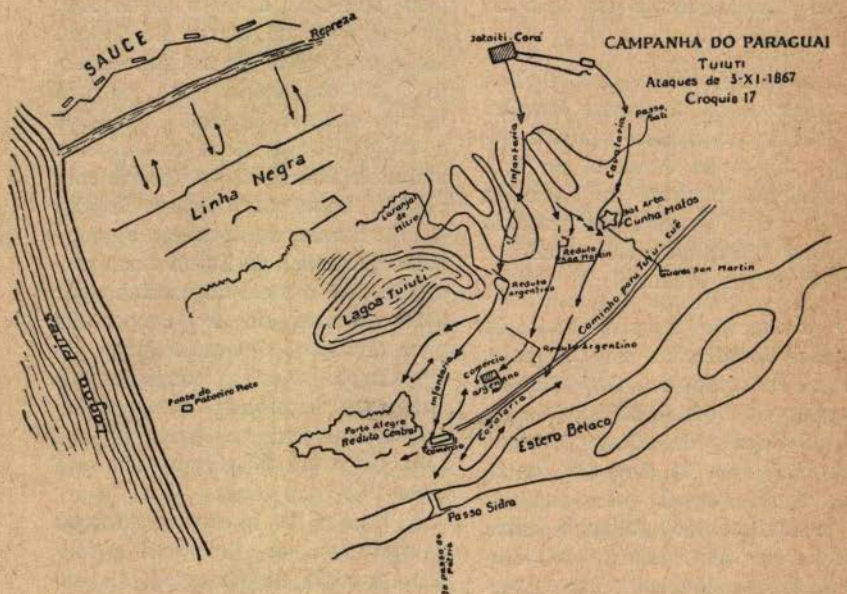
Na jornada de 2 Nov 67 o Gen João Manuel Mena Barreto aniquilou o inimigo que ocupava Taji, posição inimiga situada na baranca do Rio Paraguai, entre Humaitá e Assunção. Daí por diante ficaram cortadas as comunicações fluviais com Assunção, impossibilitando a López de receber recursos da Capital e do interior.

## II — A SEGUNDA BATALHA DE TUIUTI

### a. A Posição de Tuiuti

Constituíam-se Tuiuti na principal base de operações das forças aliadas, com os Depósitos de Suprimentos, Armazéns, Serviços em geral e Hospitais. Havia sido palco de sangrenta luta no ano anterior, conhecida por Batalha de Tuiuti.





Na hipótese de um colapso do grosso, concentrado em Tuíu-Cuê e em desenvolvimento para o sítio de Humaitá, a posse de Tuiuti seria o ponto fundamental de apoio a um eventual retraimento organizado até ao Passo da Pátria.

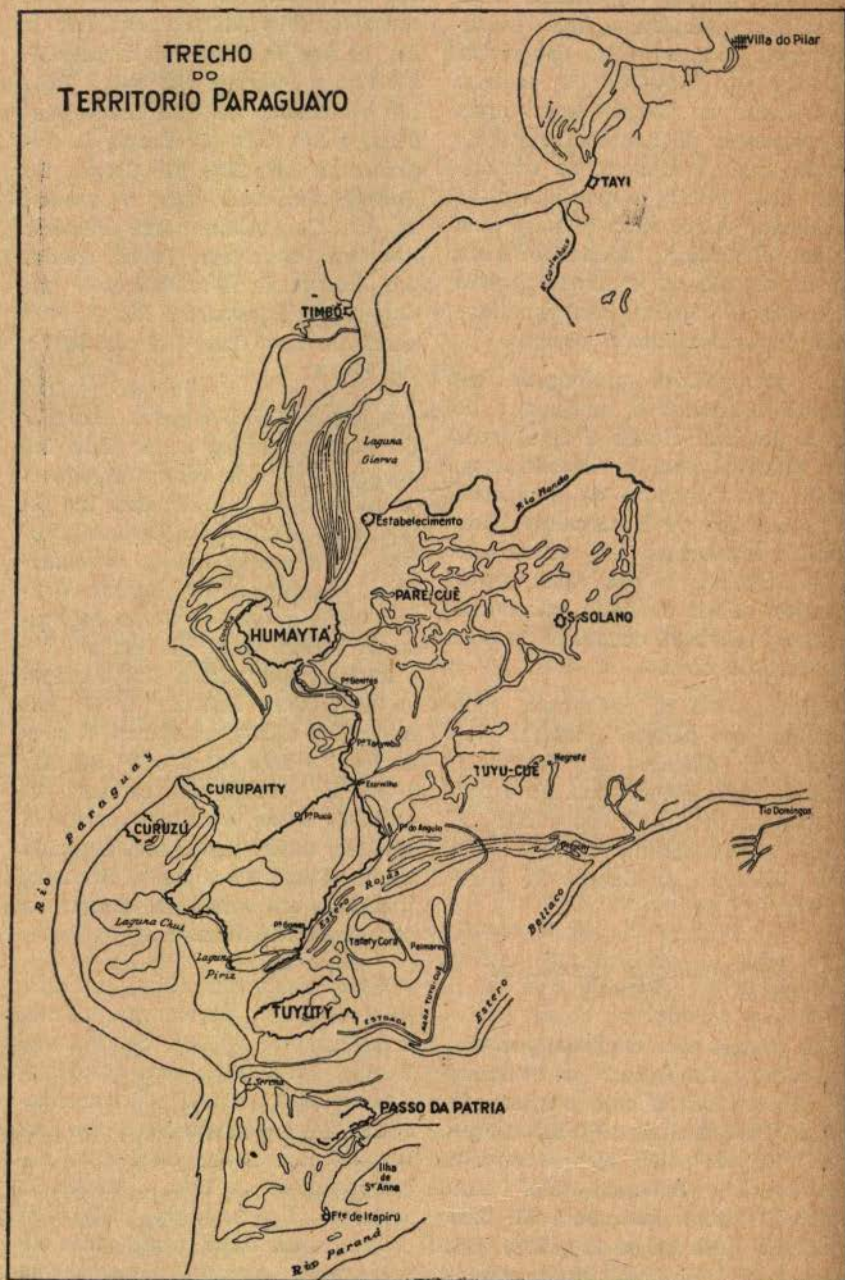
Encontrava-se fortificada esparsamente à frente, ao Norte da Lagoa Tuiuti, à guisa de Postos Avançados Gerais (PAG), desde a Linha Negra até a região conhecida por Laranjal de Mitre, num desenvolvimento aproximado de 5.000 metros. A posição principal era constituída pelos seguintes núcleos de defesa: à esquerda, o Forte do Potreiro Pires; ao centro, o Reduto Central, com cerca de 2,800 metros; e à direita, sucessivamente, uma série de pequenos Redutos argentinos, inclusive o Reduto San Martin e bem na extrema direita, o Reduto Brasileiro Cunha Matos, "dispondo de um

canhão Withworth calibre 32 e que de tanto atirar sobre a residência de López, em Passo Pocu, tinha o ouvido dilatado". Ao Sul dos Redutos da Ala esquerda da posição se desenvolvia a estrada utilizada pelos comboios (EPS) para levar suprimentos aos Depósitos de Tuiju-Cuê.

Ao Norte da posição se estendia o Estero Rojas, com área maior inundada em virtude da construção de uma barragem, a Noroeste, feita pelos paraguaios, ao Sul da linha fortificada do Sauce. A Oeste a Lagoa Pires limitava a posição no sentido Norte-Sul; enquanto ao Sul, a posição era balizada no sentido Leste-Oeste pelo Estero Belaco, ficando o acampamento do Passo da Pátria, base aliada mais a retaguarda, a cerca de 5 Km de Tuiuti.

Os trabalhos de organização do terreno faziam de Tuiuti uma ver-







Ao amanhecer do dia 3 Nov 67, a distribuição da tropa brasileira no terreno era a seguinte:

— Nos Postos Avançados, da esquerda para direita, o 11º Btl Inf, 29º e 47º Btl Vol, 6º Btl Inf, 54º e 41º Btl Vol.

— Nas guarnições de defesa da posição: à esquerda, os 37º e 43º Btl Vol; no Reduto Central os 28º, 36º, 42º e 46 Btl Vol; e à extrema direita, o 48º Btl Vol realizava a proteção do Reduto Cunha Matos.

Na madrugada do dia 3 estava marcada a partida de um comboio para Tuiú-Cuê. De acordo com as medidas de segurança o Destacamento (DST) de Proteção já estava escalado. Era constituído pelos 32º, 45º e 52º Btl Vol, 12º e 13º Corpos de Guarda Nacional e uma Bta do 2º Reg Prov de Art a Cav. O 48º Btl Vol, que se encontrava fora das trincheiras em proteção ao Reduto Cunha Matos, deveria recolher-se às suas linhas e juntar-se às forças do comboio, logo que elas se aproximassem.

Assim nossos meios disponíveis e em condições de defender a posição eram: seis Btl nos Postos Avançados e um Btl no Reduto Cunha Matos; a tropa argentina e a Legião Paraguaia, à direita; e seis Btl na posição propriamente dita, além da Bda de Art (—) e o 14º Corpo da Guarda Nacional da Bda de Cav. Ao todo cerca de 2.600 brasileiros e 700 argentinos e paraguaios, sem contar os 500 homens do 2º Corpo que guarneciam o Passo da Pátria

#### c. O inimigo e o seu Plano de Ataque

“Desde que uma parte de los aliados marchó à Tuyucúé, López

abrigó siempre la idea de atacar à Tuyuti, y me comisionó para levantar un mapa de las fortificaciones de ese punto. Habiendo hecho antes un plano muy exacto de todo aquel terreno, pude llevar a cabo mi encargo con muy éxito. La mayor parte de las fortificaciones de Tuyuti eran visibles de nuestros mangrulllos, desde los cuales hice mis observaciones, con ayuda del teodolito. Interrogué también a algunos desertores de Tuyuti y los examiné sobre el estado de las defensas”. Assim conta Jorge Thompson, Ten Cel de Eng do Exército paraguaio e Ajudante de López, em sua “La Guerra del Paraguay”, desde quando López, pretendia executar novo ataque a Tuiuti e como conseguiu fazer a planta mais exata possível das organizações defensivas daquela posição, inclusive com os elementos que a defendiam, instalações logísticas, etc.

A posse de Taji cortou a via de comunicações de López com o interior. A saída que lhe restava era pelo Chaco, mas de difícil acesso. Daí a decisão de tentar romper o cerco atacando a base de suprimento dos aliados com uma ação ousada. Assim pretendia atrair parte do grosso concentrado em Tuiú-Cuê, enfraquecendo-lhe as posições ocupadas, por onde pretendia fugir.

Para executar o plano que arquitetou escolheu Vicente Barrios, já promovido a general, como comandante do ataque. Depois, contrariamente como fez para a operação de 24 de maio, em que cada comandante de coluna só sabia a missão, desconhecendo a dos ou-



tros, reuniu todos os comandantes para transmitir-lhes as necessárias instruções, a fim de que todos, em conjunto, tomassem conhecimento do seu plano de manobra.

Sumariamente, a operação foi concebida da seguinte maneira:

— Antes do amanhecer do dia 3, atacar na direção Iataiti — Corá

— Flanco direito aliado — Reduto Central, com quatro Bda Inf (—), para destruir o inimigo;

— Atuar com uma Bda Cav entre a posição e os abarracamentos de comércio, existentes entre Tuiuti e Itapiru;

— Realizar um ataque secundário na direção Sauce — Linha Negra, com tropa de Inf, para chamar a atenção do inimigo para essa frente, iludindo-o assim da direção do ataque principal;

— Dominadas as posições, saquear completamente as instalações e carregar ou destruir tudo que fôsse encontrado.

Base de partida: Iataiti-Corá, para o ataque principal; à frente das fortificações do Sauce, para o ataque secundário.

López organizou a força de ataque com quatro Bda Inf a quatro Btl Inf duas Bda Cav e dois Reg e três Esq Art, num total de 9.000 homens.

Comandantes das Brigadas: 1ª Bda Inf — Cel Manuel Gimenez; 2ª Bda Inf — Ten Cel Eugenio Lescano; 3ª Bda Inf — Ten Cel Luis Gonzáles; 4ª Bda Inf — Cel Juan Fernández; 1ª Bda Cav — Cel Bernardino Caballero; 2ª Bda Cav — Ten-Cel Valois Rivala. Os Esqd Art de apoio direto estavam sob o comando do Maj Mendoza.

#### *d. Início e fim do ataque*

Antes das 04,00 do dia 3, os Btl destacados para realizar a proteção do comboio que se destinavam a Tuiui-Cuê, já se encontravam fora das trincheiras, aguardando as composições de suprimento, a Bia de Art e o toque de alvorada, a fim de seguir destino, sob o comando do Cel Silva Paranhos, Cmt da 10ª Bda. Às 04,00 horas tocou a alvorada no QG de Pôrto Alegre. Este, pouco depois, fardado com esmêro e elegância, como era do seu costume, montou em seu cavalo e seguiu com seu Estado-Maior para alcançar o comboio que acabava de sair. Alguns tiros podiam ser ouvidos na direção do flanco direito sem chamar a atenção, por serem considerados de rotina. Mas era o ataque que começava.

Às 04,30 o inimigo desferiu seu ataque de surpresa, nos redutos do flanco direito. A 1ª Coluna paraguaia, com cerca de 3.000 homens, investiu sobre o 41º Btl Vol que devia contar com apenas 300. A luta era desigual. Os paraguaios levavam nítida vantagem. Simultaneamente a 2ª Coluna paraguaia surpreendeu e conquistou o Reduto San Martin e destroçou os argentinos e a Legião Paraguaia, enquanto uma 3ª Coluna assaltava o Reduto Cunha Matos e pressionava com violência o 48º Btl Vol, repelindo-o para além do Estero Belaco. O ataque das três Colunas surpreendeu os defensores da posição, que a princípio julgavam ser de pequena envergadura, que logo depois ficou evidenciado ser de largas proporções.

Em face da intensidade da fuzilaria e dos clarões que se abriam em grande setor, Pôrto Alegre re-



gressou ao seu QG para tomar as providências mais imediatas. Lá chegando determinou o regresso da Bia do 2º Reg Prov, que já se deslocava para se juntar às forças do comboio, e ao Cmt dos 36º e 42º Btl Vol para socorrer o 41º Btl Vol. Ele próprio se colocou à testa deste Destacamento para melhor dirigir as ações contra o inimigo. A luta se desenrolava renhida, com a fuzilaria e a arma branca fazendo grande número de vítimas. Pôrto Alegre, sentindo perfeitamente a força do inimigo, percebeu que a melhor maneira para detê-lo seria concentrar a defesa da posição no Reduto Central. Logo que foi possível, determinou que todos os Btl, ou seus remanescentes, se recolhessem ao referido Reduto.

A 2ª Coluna inimiga, depois de desbaratar os argentinos, investiu contra o 32º Btl Vol que seguia à retaguarda do Destacamento do Cel Paranhos, em marcha desde às 0400 horas, para realizar a segurança do comboio. Em seguida esta Coluna retrocedeu, mas a 3ª Coluna, mais à direita, acometeu as forças do comboio, para em seguida tomar a direção do nosso comércio e armazens, terminando por fundir-se com a 1ª Coluna, indo ambas atacar o Reduto Central.

Pôrto Alegre, o "centauro de luvas e de farda de gala", na expressão feliz de Carlos Maul, conduz as ações defensivas com bravura, no Reduto Central. A Artilharia ajusta seus tiros com eficiência contra o inimigo que investe a posição. Bernardino Borrmann, na obra citada, escreve que Pôrto Alegre passava calma por entre os artilheiros do 2º Corpo

dizendo: "A vitória depende hoje dos senhores; a glória é da artilharia". "A farda do bravo estava esburacada de balas; os arreios de sua mantada apresentavam também sinais dos projetis paraguaios".

Enquanto prosseguia o ataque ao Reduto Central por vários lados, grande parte dos soldados paraguaios se entregavam ao saque, na região dos Depósitos e comércio. Só depois de dia claro verificaram que a defesa estava bem organizada no Reduto Central. Havia homens embriagados e outros queriam transportar os despojos para Passo Pocu. Lavrou-se a confusão do lado inimigo, quando verificou que nossa resistência aumentava. Nem mesmo o gesto heróico do Major Castilla, Cmt de um Dst de ataque, conseguiu elevar o moral dos seus compatriotas: numa ação suicida, após atravessar a contra-escarpa de um dos fôssos que isolava o Reduto Central, ele atirou-se ao fundo do mesmo, atingiu o parapeito que servia de proteção aos nossos atiradores e, audaciosamente, fincou aí o pavilhão paraguaio, gritando: "Viva a República do Paraguai!", mas não pôde fazer mais nada, porque o soldado brasileiro Martinho José Ramos, pertencente ao Corpo de Pontoneiros, avançou para ele e após rápida luta corporal, prostrou-o ao solo, sem vida. Infelizmente ao pretender o bravo soldado entregar a referida bandeira aos seus companheiros foi atingido mortalmente.

A luta prosseguiu com as baixas de parte a parte. Os Btl que se encontravam fora do Reduto Central foram reagrupados e aco-lhidos. Já dia claro, o ataque ini-



migo começou a perder seu ímpeto. Quando os paraguaios iniciaram o retraimento, Pôrto Alegre contra-atacou-os com violência, causando-lhes a desorganização e a retirada desordenada. Na altura do Reduto San Martin as tropas de Silva Paranhos (Cmt do Dst de Segurança do comboio, se fundem com as de Pôrto Alegre. Juntas, empreendem "a perseguição ao paraguaio que se retirava desordenadamente ante o ataque à baioneta pelos nossos pelotões".

O ataque secundário contra à Linha Negra foi inexpressivo e facilmente contido e repellido para além das nossas linhas. As ações de defesa foram comandadas pelo Cel Albuquerque Maranhão, que se portou bravamente.

Logo que foram ouvidos os primeiros tiros em Tuiu-Cuê, Caxias tomou uma série de providências cautelosas no sentido de socorrer Tuiuti e, ao tomar conhecimento real das ocorrências, determinou o Gen Vitorino Monteiro marchar a Tuiuti com sua Div Cav. Mitre também enviou em socorro, o 2º Corpo do Gen Hornos.

Quando chegaram os reforços a Tuiuti, primeiramente as forças do Gen Vitorino e depois as do Gen Hornos, Pôrto Alegre já estava no encalço do inimigo que retraia; todavia não foram de todo inúteis esses reforços, porque serviram "para tornar mais precipitada e completa a fuga dos inimigos", depois de cerca de 4 horas de encarniçada luta.

### III — APRECIACÕES FINAIS

#### a. *Sobre o inimigo*

Segundo o Barão Rio Branco em "Efemérides Brasileiras", os para-

guaiois tiveram 2.227 mortos, 1.618 feridos e 155 aprisionados, ao todo 4.000 baixas, o que representava quase 50% dos efetivos que lançaram no ataque. Todos os das seis Bda que entraram em ação foram mortos ou feridos. Perderam, além da grande quantidade de armamento, uma bandeira e um estandarte.

López, como das outras vezes, procurou transformar a derrota em vitória aos olhos do povo paraguaio, comemorando-a com grande estardalhaço, criando uma medalha especial para os bravos de Tuiuti e promovendo a Gen Div o seu cunhado, Vicente Barrios.

"A Cavalaria paraguaia, sob Cabalero, agiu acertadamente durante a ação e cumpriu sua missão com relêvo, não realizando nosso envolvimento pela retarguarda não só porque nossas tropas do Passo da Pátria impediram que ela atravessasse o Estero Belaco como porque a infantaria paraguaia se havia entregue ao saque e perdido a noção de cooperação", comentou o Gen Prof Pedro Cordolino F. de Azevedo em sua "História Militar do Brasil."

As causas da derrota de López, apesar de uma boa reunião de meios, oportunidade, direção e surpresa do ataque, possivelmente o único em que cada Chefe conhecia a missão dos demais, são atribuídas à:

— Permissão aos soldados para saquear, o que mereceu de Thompson o seguinte comentário: "Cuando un general llega a dar una orden semejante, merece sufrir todas las derrotas posibles";



— Ignorância de López da existência de um Reduto Central, provido para uma resistência efetiva e prolongada;

— Falta de direção geral do conjunto para coordenar as ações parciais.

O Gen Francisco Isidoro Resquin culpou o Gen Barrios pelo desastre, pois estando em Iataiti-Corá com mais de 3.000 homens não correu em auxílio dos atacantes, empregando essa reserva numa ação decisiva, já que a conquista da posição de Tuiuti cortaria a linha de suprimentos dos aliados, obrigando-os a abandonar Tuii-Cuê e voltar às margens do Rio Paraná, na pior das hipóteses.

Depois dessa ação verdadeiramente audaciosa que bem denunciava o desespero, mas que se tornou desastrosa porque a perda dos efetivos já escassos foi enorme, restou a López mandar abrir uma estrada pelo Chaco para retomar a ligação com Assunção e o interior do País e depois fugir para o Norte, antes dos aliados investirem Humaitá.

#### *b. Sobre a situação dos aliados*

Ainda segundo Rio Branco as perdas dos aliados foram: 294 mortos (259 brasileiros e 35 argentinos); 1.316 feridos (1.165 brasileiros e 151 argentinos); 394 extraviados brasileiros, inclusive 256 feitos prisioneiros do Reduto Cunha Matos; e 41 extraviados argentinos. Total das baixas dos aliados: 2.045, quase a metade da dos paraguaios. Perderam ainda os brasileiros um canhão Withworth do 4º Btl Art a Pé e uma bandeira; e os argentinos, 12 canhões e 3 estandartes.

Se os reforços enviados de Tuii-Cuê houvessem chegado mais cedo, o inimigo teria ficado com sua retaguarda ameaçada por nossas tropas e deste modo, além do malôgro da operação, as perdas paraguaias teriam sido bem maiores.

Os efetivos aliados em Tuiuti eram insuficientes para defender a extensa posição e além disso, não existiam organizações do terreno escalonadas em profundidade. Entretanto, a existência do Reduto Central, na parte do terreno mais dominante, mandado construir previdentemente por Caxias, permitiu a Pôrto Alegre reagrupar os Btl em seu interior e apresentar ao inimigo uma resistência que terminou por quebrar-lhe o ímpeto e assim partir para o contra-ataque, levando-o de vencida até a fuga desabalada.

#### *c. Sobre a situação geral*

O plano de López no ataque a Tuiuti em 3 Nov 67 assemelha-se ao que realizou em 24 Mai 66. Entretanto, a montagem da segunda Batalha foi bem melhor do que da primeira e a execução de ambas foi falha e a causa principal das duas derrotas.

Se o ataque a Tuiuti tivesse sido coroado de êxito e o inimigo tivesse conseguido cortar a linha de suprimento das forças aliadas, a História, por certo, seria outra. Mas o inimigo não tinha capacidade para uma ação prolongada. As incursões que costumava realizar não iam além dos objetivos normalmente designados para os golpes-de-mão. Além disso, na direção efetiva das forças aliadas estava o gênio de Caxias, que nas-



ceu para jamais ser vencido. Assim, as providências acertadas que tomou antes de iniciar sua marcha de flanco e mudar seu QG para Tuiú-Cuê, inclusive mandando construir o Reduto Central, se constituíram em fator preponderante da vitória.

Dai por diante as operações ganharam maior movimento e intensidade, com o inimigo e retrair-se continuamente, embora demonstrando grande bravura até a rendição final, verificada com a morte de López em Cerro-Corá, à margem esquerda do Aquidabã, perto da fronteira do Paraguai com a Província de Mato Grosso, em 1º Mar 1870.

Com justiça deve-se destacar a figura sobranceira do Gen Marques de Souza revelando uma vez mais as qualidades inatas de soldado tradição de sua família ilustre, na idade de 63 anos, como se fôsse ainda um jovem oficial. Naquela situação difícil demonstrou os excepcionais dotes de liderança que possuía e a formação invulgar do verdadeiro soldado. Apesar de compreender a gravidade da situação e de avaliar a combatividade do inimigo, manteve-se a altura do momento, cumprindo resolutamente o seu dever. "Perde duas vezes o cavalo em plena refrega, recebe contusões por balas inimigas, mas continua à testa dos elementos disponíveis, eletrizando-os com o seu exemplo e inflamando-os no desejo de colhêr a vitória naquele lance".

A atuação magnífica do Gen Manuel Marques de Souza, Visconde de Porto Alegre, na defesa extraordinária da base de Tuiuti e o

heroísmo do soldado Martinho José Ramos, que valeu o sacrifício da própria vida, são feitos que honram merecidamente qualquer nação. Por isso, eles podem representar, na data em que se comemora o centenário da grande Batalha, todos os heróis, do general ao soldado, que lutaram naquele amanhecer sangrento, de um século atrás. A bravura que ambos demonstraram no campo de combate, parece que tinha por finalidade materializar o pensamento profundo de Cícero, quando disse:

*"NÃO NASCEMOS PARA NÓS,  
MAS SIM PARA A NOSSA PÁTRIA,  
A QUEM PERTENCEMOS  
E AMAMOS."*

## BIBLIOGRAFIA

HISTÓRIA DA GUERRA ENTRE A  
TRIPLICE ALIANÇA E O PARAGUAI  
(5 VOLUMES)  
Gen Tasso Fragoso

HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL  
Gen Prof Pedro Cordolino F. de  
Azevedo

HISTÓRIA DA GUERRA DO  
PARAGUAY  
Cel José Bernardino Bormann

HISTÓRIA DA GUERRA DO  
PARAGUAI  
Octaviano Pereira de Sousa

DIÁRIO DO EXÉRCITO EM OPERAÇÕES  
SOB O COMANDO DO MARECHAL  
DE EXÉRCITO MARQUÊS DE CAXIAS

EFEMÉRIDES BRASILEIRAS  
Barão do Rio Branco

A INVASÃO DE MATO GROSSO  
Jorge Maia



# "GLOTAL: A NOVA ESTRATÉGIA DA SEGURANÇA MUNDIAL"

Capitão-de-Corveta (FN)

DALMO HONAISSER

É evidente que os problemas de **ESTRATÉGIA** e **SEGURANÇA** da atualidade não apresentam os aspectos de 1939, 1914 e menos ainda das guerras napoleônicas. Está provado que o Japão "trabalhou" estrategicamente cerca de dez anos para surpreender as forças dos Estados Unidos em Pearl Harbor. Atualmente, as grandes potências (ou melhor dito, os conjuntos de grandes potências) possuem um dispositivo estratégico permanente capaz de ser deflagrado — total ou parcialmente — em poucos minutos. Nessas condições, os "ataques de surpresa" não constituem o pesadelo dos Secretários de Defesa e Chefes de Estados-Maiores. Um exemplo esclarecerá o assunto: no alto mar da Indochina (águas internacionais), algumas belonaves norte-americanas foram surpreendidas por torpedos lançados por navios de pequeno porte, pertencentes ao Vietnã do Norte; quase imediatamente Washington deu ordem de represália contra os navios e suas próprias bases. A resposta foi executada tão rapidamente e com tanta eficiência que os verdadeiros surpreendidos foram os surpreesantes.

Na definição histórico-etimológica, **ESTRATÉGIA** significa: "ciência que ensina a conceber, organizar e conduzir as operações militares até chegar à presença do inimigo".

Esta definição do conceito estratégico foi válida até 1945, porque até essa época, existiam vários espaços terrestres, marítimos e aéreos — nos quais se podiam verificar e concluir as guerras. De **ALEXANDRE**, **ANÍBAL**, **CÉSAR**, **CARLOS MAGNO**, **FREDERICO**, **NAPOLEÃO**, até **MACARTHUR** e **EISENHOWER**, a estratégia obedeceu a doutrinas que chamaremos clássicas. Hoje em dia, porém, existe uma **NOVA ESTRATÉGIA**, que poderemos definir como **ESTRATÉGIA "GLOTAL"** para a **SEGURANÇA** do progresso e bem-estar de todas as sociedades, todos os continentes, todos os mares e espaços aéreos do planeta, decorrência da hipótese de guerra nuclear e da realidade das guerras revolucionárias. (Enquanto a chave da primeira está no Tratado de Proscrição das Armas Nucleares — Kennedy e Krushev — a segunda a tem na "Populorum et Progressio" — Paulo VI, com o Desenvolvimento).



Os cérebros desta NOVA ESTRATÉGIA não são tantos quantos se crê, geralmente. Na realidade existem apenas dois centros nervosos e decisivos principais, que cuidam da responsabilidade total da PAZ e da GUERRA: o primeiro é Washington, o segundo Moscou. É verdade que Washington está permanentemente em ligação com importantes centros secundários, mas a decisão final cabe a êle; o mesmo se pode dizer de Moscou.

A gravidade do atrito Sino-Soviético é precisamente o fato de os chineses pretenderem "decidir" sobre problemas que o Kremlin considera de sua exclusiva responsabilidade. (A posição de De Gaulle (1) no campo "Ocidental" é menos grave, mas parecida).

Na história da humanidade sempre houve uma potência que detinha o cetro da segurança do mundo; com a marcha dos acontecimentos, os mesmos mudavam de senhores e de local.

Em 334 AC, ALEXANDRE MAGNO, depois de valiosos triunfos sobre Dario e Isso, assegurando o poder de Atenas no Egeu e Iônio, foi-se a conquistar o Egito, todos os territórios do Oriente Médio e uma parte da Índia. O Império de Alexandre pode ser considerado o primeiro exemplo de segurança mundial-militar.

Em 219/216 AC, ANÍBAL de Cartago passa pela Espanha, transpõe os Pirineus e os Alpes; encontra os romanos no Ticino, na Trébia, no lago Trasimeno e em Canes. Quatro batalhas, quatro vitórias do grande capitão cartaginês. Com êste triunfo (II Guerra Púnica) temos o segundo exemplo.

CAIO JÚLIO CÉSAR, de 58 a 50 AC, conquistou todos os territórios gálicos e ibéricos, chegando até às Ilhas Britânicas. Assim deu César a Roma a segurança mundial e militar por cerca de quatro séculos.

No ano 800, o Papa Leão III consagra CARLOS MAGNO Imperador do Ocidente. Esta cerimônia significa o início da segurança mundial e militar do mais famoso Império da Idade Média.

As vitórias do Almirante NELSON em Abukir e Trafalgar (1798), contra as forças navais espanholas e francesas, deram à Grã-Bretanha uma das modalidades de segurança militar (Domínio dos Mares).

As duas Grandes Guerras (1914/1918 e 1939/1945) foram dois grandes triunfos dos Estados Unidos, marcada esta última pela explosão das bombas atômicas sobre Hiroxima e Nagazaki (1945).

Como estão distribuídos os meios atômicos da atualidade?

---

(1) A França, a 1º de julho de 1967, denunciou o Acôrdo Militar existente na OTAN, mantendo, no entanto, oficiais de ligação junto aos Estados-Maiores da Organização, embora não estejam integrados. Sob os outros aspectos do TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE, permanece a ela vinculada.



## 1º) O arsenal atômico pode ser assim dividido:

(dados estimados, segundo informações do Instituto de Estudos Estratégicos, com sede nos EE.UU.)

Estados Unidos .....	60%
Rússia .. .. .	30%
França	} .....
Inglaterra	
China	
	10%

Considerando estes dados, podemos concluir que, das cinco potências atômicas, somente os Estados Unidos estão razoavelmente em condições de tomar a iniciativa de um ataque atômico; mas, como todos sabem, é possibilidade remota que ele venha a fazê-lo.

2º) Quanto à União Soviética, a possibilidade é absurda.

3º) Quanto à Inglaterra, França e China, a possibilidade é inexistente (2).

Visto que as cinco potências atômicas não apresentam boas condições estratégicas para um ataque nuclear preventivo, conclui-se que — nas condições atuais — não existem probabilidades de conflitos de caráter atômico.

(Alguns estrategistas e cientistas trataram de vários casos e meios de captação; de interpretações precipitadas; de cálculos baseados em instrumentos cansados, etc., tentando demonstrar que a guerra nuclear pode vir a ser deflagrada devido a causas acidentais... Nos últimos dez anos foram registrados mais de vinte casos nos quais os dispositivos de controle de segurança funcionaram com uma margem tranquilizadora).

Mas, para completar o quadro das possibilidades mais absurdas, admitamos que se verifique um ataque atômico, seja lá por que causa fôr. Não pretendemos ter o formulário profético das consequências que determinariam um ataque nuclear estratégico e das conseqüentes retaliações. O que nos parece mais razoável, porém, em tal loucura do espírito humano, é o seguinte: o País que dispuser de uma grande superioridade estratégica, golpearia o inimigo de tal forma que ao País mais fraco não restariam possibilidades materiais para prosseguir a guerra.

---

(2) A explosão atômica chinesa, verificada em 17 de outubro de 1964, e a bomba de hidrogênio, em 17 de junho de 1967, ainda não possuem significação de caráter geo-atômico militar, tendo somente valor definido no plano político interno da própria China, da região asiática, e no plano psicossocial internacional.



Sendo — como já demonstramos — que os Estados Unidos dispõem de uma enorme superioridade estratégica, em relação a qualquer outro, o resultado quase imediato da “Blitzkrieg” atômica seria uma irremediável liquidação dos centros vitais do País mais fraco e uma razoável destruição do complexo nacional do vencedor.

O depoimento do General JAMES M. GAVIN perante uma comissão de inquérito do Senado Norte-Americano, publicado no “The New York Times”, em 29 de junho de 1956, é esclarecedor:

Senador JAMES H. DUFF — Gostaria de saber se, no caso de uma guerra nuclear, a nossa Fôrça Aérea Estratégica atacasse a Rússia com armas nucleares de modo que estas explodissem e fôssem levadas pelos ventos por sobre a Rússia, na direção sudeste, qual seriam, na sua opinião, os efeitos letais sobre as pessoas que estivessem sujeitas a essas circunstâncias?

“— Vou dar uma resposta, e resposta específica, disse o General...

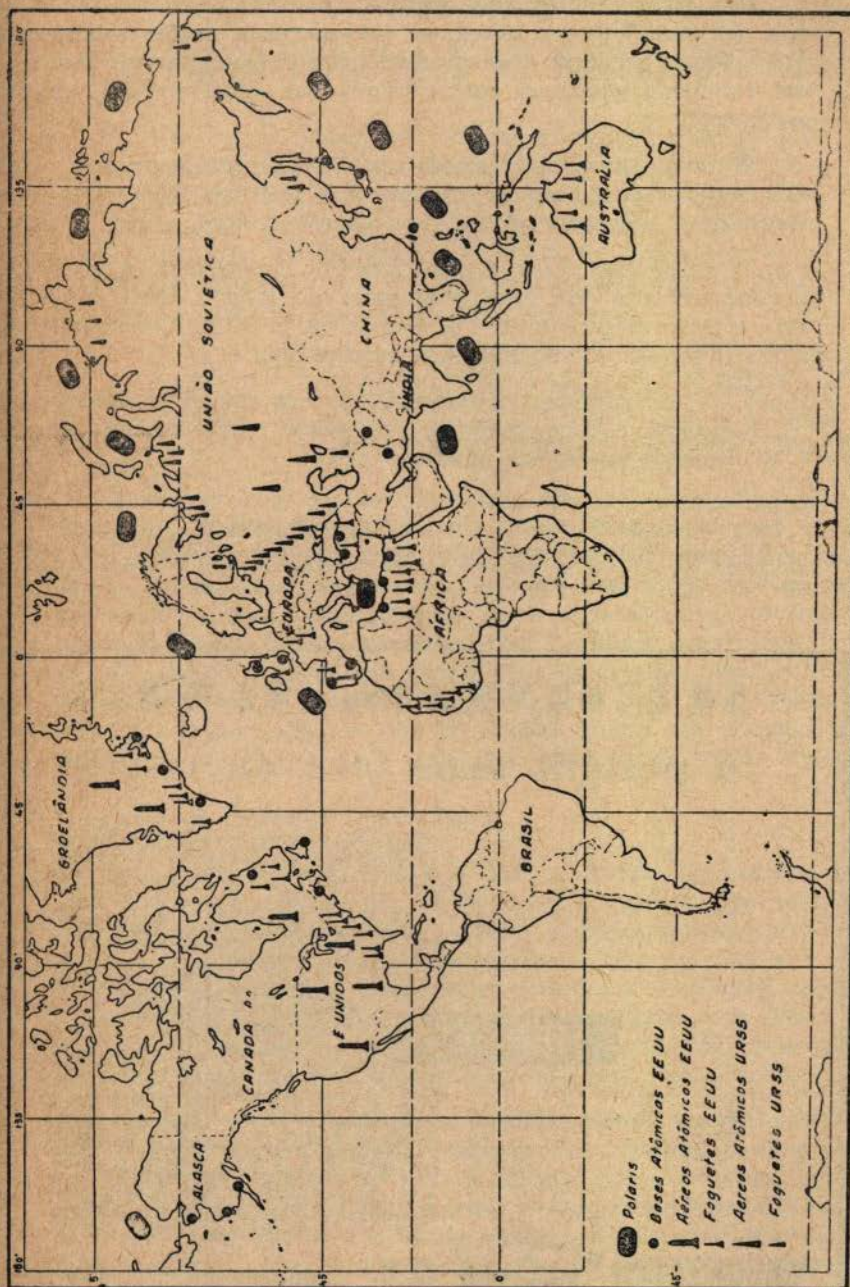
As estimativas correntes na planificação elevam-se a várias centenas de milhões de mortos, dependendo da direção em que soprar o vento. Se soprar para sudeste, as radiações cairão principalmente sobre a U.R.S.S., embora alcancassem também a área do Japão e provavelmente até a das Filipinas. Se o vento soprar na direção oposta, elas voltarão para cair na Europa Ocidental. E emprego a expressão “várias centenas de milhões”, que contrasta com as estimativas citadas na *Fortune Magazine*, como uma cifra várias vezes inferior à realidade. Foram feitos estudos sobre o assunto, eu sei, e que são muito interessantes e merecem ser conhecidos.

Antes dessa pergunta, o Senador Symongton se havia referido a um artigo na *Fortune Magazine*, no qual se calculava que 110 bombas de um tipo já lançado, atingindo os Estados Unidos em intervalos de dez minutos, destruiriam ou inutilizariam, cerca de 70 milhões de pessoas.” (3)

Diante do chamado “equilíbrio do terror”, avultou na sociedade mundial a Guerra Revolucionária. Desde 1917 até os dias atuais inúmeras ocorreram — umas com sucesso e outras com insucessos: Rússia, China, Espanha, Iugoslávia, Palestina, Indochina, Malásia, Iran, Filipinas, Birmânia, Grécia, Tcheco-Eslóvaquia, Tunísia, Coréia, Marrocos, Argélia, Congo e Vietnã.

(3) “A Revolução Militar e Industrial do Nosso Tempo” — Fritz Sternberg — (Tradução) — Rio de Janeiro, 1962.







Esta última contém uma profunda resposta, com sua vitória ou sua derrota. Podem e devem as infrações e nações subdesenvolvidas adotar a guerra revolucionária, como meio de prover o seu desenvolvimento geral, em contraposição aos objetivos das grandes potências?

Na atual situação do Mundo, a Nação norte-americana possui um conjunto de potenciais econômicos e militares idôneos, para garantir-lhe a segurança global. Por quanto tempo?

Os problemas da moderna Estratégia apresentam mil aspectos e complexidades. Na atual conjuntura do mundo, Segurança GLOBAL e Desenvolvimento TOTAL dos povos (GLOTAL), constituem — a nosso ver — os braços do guerreiro da Paz.

... “e perdura a necessidade de uma reação americana, imaginosa e construtiva, às exigências revolucionárias de um mundo em rápida mudança”. (4)

(4) “Estratégia da Paz” — John F. Kennedy (pág. 78).

NR — A Redação pede desculpas ao autor pelo lamentável erro de revisão no rodapé da pág. 125, do número de Mar/37, onde apareceu “... más idéias...” em lugar de “... suas idéias...”.

## HERMES BABY

a portátil mais leve do mundo

HERMES

o presente ideal



ORGANIZAÇÃO *Ruf* S. A. Equipamento para Escritórios  
Representante em todo o Brasil



# O BANCO MUNDIAL E AS NAÇÕES UNIDAS

*O autor passa em revista as relações do Banco com as Nações Unidas e o que significa para o Banco a associação ao sistema das Nações Unidas. Demonstra como o Banco — uma instituição econômico-financeira autônoma — é capaz de trabalhar harmoniosamente com as Nações Unidas, uma organização política. — LEWIS PERINBAM*

LEWIS PERINBAM, nascido na Malásia e atualmente cidadão canadense, é o elemento de ligação das Nações Unidas com o Banco Mundial. Ex-Secretário-Geral da Comissão Nacional Canadense para a UNESCO, foi também o primeiro Diretor Executivo do Corpo da Paz Canadense — o Canadian University Service Overseas. Estudou na Universidade de Glasgow, na Escócia.

Juntamente com dez outras organizações internacionais, o Banco Mundial, a Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA), e a Corporação Financeira Internacional (CFI) são designados pelas Nações Unidas como agências especializadas. De acordo com a carta das Nações Unidas, essas agências visam a promover a “cooperação internacional nos setores econômico, social, cultural, educacional e da saúde” e de proporcionar “melhores padrões de vida, pleno emprego e condições para o progresso econômico e social”. As relações de cada uma dessas agências com as Nações Unidas são definidas em um acordo celebrado entre a respectiva agência e as Nações Unidas.

## *A Origem das Agências Especializadas*

As agências especializadas das Nações Unidas representam um “internacionalismo funcional” que passou a ser um dos aspectos das modernas relações internacionais. Este internacionalismo funcional baseia-se no princípio de que existem tarefas especializadas a serem realizadas em escala internacional, e podem ser desempenhadas da forma mais eficaz por organizações distintas, mesmo caso relacionadas entre si. Esta abordagem pragmática dos problemas internacionais resultou na criação e expansão das agências especializadas.

O aumento do número dessas agências poderá ser atribuído ao desenvolvimento das instituições internacionais em geral, desde a criação da Liga das Nações, em 1920, e também à sua crescente importância nos acontecimentos políticos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial — principalmente o aparecimento dos países em fase de desenvolvimento. A Liga foi uma organização de cunho político, que se propunha a manter a paz, e à qual eram vinculados órgãos auxiliares e organizações autônomas. O exemplo mais característico dessas



últimas foi, naturalmente, a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Como fóro político, a Liga realizava suas atividades sob o signo da publicidade. As agências subsidiárias, por outro lado — particularmente a OIT — foram capazes de implementar as suas finalidades, menos controvertidas, mas não menos importantes, em ambiente mais tranqüilo e apolítico.

Os fatos nos mostram que a OIT se desenvolveu satisfatoriamente, muito embora a Liga houvesse registrado um declínio. Segundo a crença geral, a OIT foi bem sucedida porque se limitava a temas enquadrados nos seus respectivos setores de competência — como as condições de trabalho, sindicalismo, previdência social e pleno emprego — e também porque evitava a política.

A experiência ganha pela Liga das Nações foi empregada no planejamento das Nações Unidas. Compreendendo que as Nações Unidas, na qualidade de uma organização sucessora da Liga, ocupar-se-ia com assuntos de natureza política, os seus fundadores consideraram que “melhores padrões de vida, pleno emprego e... as soluções de problemas econômicos, sociais, de saúde e outros correlatos, em escala internacional”, deveriam ser fomentados não apenas através do Secretariado e da Assembléia-Geral das Nações Unidas, senão também através das “diversas agências especializadas... com amplas responsabilidades internacionais... nos setores econômico, social, cultural, educacional, de saúde e outros correlatos” (Carta das Nações Unidas, artigos 55 e 57).

O segundo fator decisivo na expansão das agências especializadas foi o aparecimento dos países em desenvolvimento como força política e o seu profundo desejo de alcançar o progresso econômico e social. Segundo observou o Dr. Gunnar Myrdal, o famoso economista sueco, em um discurso proferido em memória de McDougall, em 22 de novembro de 1965, na Conferência da FAO, “... depois do período da descolonização, os problemas dos países subdesenvolvidos tiveram que ser internacionalizados. O desaparecimento da responsabilidade colonial criou uma situação mundial inteiramente nova e atribui pesadas responsabilidades novas às organizações de âmbito intergovernamental”. Essas nações, do mundo em fase de desenvolvimento, que conquistaram recentemente sua independência, passaram a apelar para as Nações Unidas e para as suas agências especializadas como um meio para atingir condições de bem-estar econômico e estabilidade social. Fizeram-no porque estas instituições são de caráter universal e reconhecem a soberania de cada nação, independentemente de seu tamanho ou riqueza. Além disso, a ajuda que recebem dessas agências é considerada como oriunda da comunidade internacional como um todo e isenta de obrigações para com qualquer país ou grupo de países. Para os países em desenvolvimento que recentemente conquistaram sua independência, essas considerações são de transcendental importância.



*Relações Entre as Agências Especializadas e as Nações Unidas*

As agências especializadas funcionam, na maioria das vezes, como organizações independentes, não obstante algumas limitações na sua liberdade de ação. Esta independência representa ainda outro aspecto do desejo de isolarem ao máximo possível o seu trabalho técnico dos principais temas políticos. Os atuais países, membros das Nações Unidas, e as suas agências, são testemunhas da flexibilidade deste método. A República Federal da Alemanha, por exemplo, não é atualmente membro das Nações Unidas, mas é membro de todas as agências especializadas, inclusive do Banco Mundial; a Suíça não é membro das Nações Unidas, nem do Banco ou do Fundo Monetário Internacional, mas é membro das outras agências.

As atividades de todas as agências estão vinculadas com as Nações Unidas através do Conselho Econômico e Social, ao qual estão subordinadas, e que, por sua vez, coordena as suas atividades e aquelas das Nações Unidas (Carta das Nações Unidas, Artigos 63 e 64).

De que maneira são estas agências — estas organizações independentes — relacionadas com as Nações Unidas? Qual é a natureza dos acordos existentes entre elas e as Nações Unidas? Até que ponto o acordo entre o Banco e as Nações Unidas diverge dos acordos dos demais órgãos especializados?

Os acordos entre as Nações Unidas e as agências especializadas oferecem uma estrutura para relações de trabalho dentro do sistema das Nações Unidas; reconhecem, ao mesmo tempo, as funções e responsabilidades de cada agência. Embora os acordos sejam diferentes em seus detalhes, eles têm aspectos comuns; todos os acordos prevêem, por exemplo, a representação recíproca — embora sem o direito de voto — nas respectivas reuniões e a troca de informações e de documentos.

O Banco Mundial se diferencia das demais agências especializadas de diversas formas <sup>(1)</sup>. A primeira diferença reside na forma em que é financiado. O Banco conta com recursos financeiros independentes, oriundos da venda de suas ações nos mercados financeiros internacionais, as contribuições pagas pelos seus membros, e o repagamento de empréstimos. Por conseguinte, o Banco não depende de contribuições anuais de seus membros para o seu orçamento, como ocorre com a maior parte das demais agências especializadas. Esta autonomia sobre o seu próprio orçamento administrativo possibilita a que o Banco usufrua de um grau de independência de que não dispõem as agências de caráter não financeiro.

---

(1) Na maior parte, estas diferenças se aplicam às duas organizações afiliadas do Banco — a Associação Internacional para o Desenvolvimento e a Corporação Financeira Internacional. O Fundo Monetário Internacional compartilha com o Banco as tarefas de sistema financeiro independente e de votação proporcional, embora o método financeiro seja diferente.



A segunda diferença reside no sistema de votação proporcional. De acôrdo com os estatutos do Banco, o poder de voto da sua Diretoria Executiva é aproximadamente proporcional às contribuições de capital do país ou países que representam, e não seguem o princípio de "um país, um voto", que é prática nas Nações Unidas e em tôdas as outras agências, exceto no Fundo.

Em terceiro lugar, o processo para a admissão de membros estipula que os novos membros podem ser admitidos pela ação dos membros existentes, sendo a filiação ao Fundo Monetário Internacional uma condição prévia para admissão no Banco e seus afiliados. Da mesma forma, o país que deixa de ser membro do Fundo terá de anular a sua condição de membro do Banco, a menos que este "por três quartas partes do poder de voto total tenha concordado a que continui como membro" (Artigo VI 3 dos Estatutos do Banco). Esta prática difere daquela das demais agências, nas quais os membros são admitidos por uma aceitação formal dos termos e acordos das respectivas agências.

Conquanto êsses aspectos distinguem o Banco das demais agências especializadas, existe um caminho vital no qual também difere das Nações Unidas. As Nações Unidas são basicamente uma organização política e um instrumento para a ação política. Aquêles que participam de suas deliberações dirigem-se não apenas a um auditório que têm diante de si, mas ao mundo em geral. As Nações Unidas realizam, portanto, seu trabalho aberta e publicamente. Em contraste, o Banco, como instituição financeira internacional, é uma agência operante e que, no interesse dos seus membros, precisa desempenhar suas atividades sem qualquer publicidade, distante do partidarismo político e dos fóros do debate público. Não foi fácil reunir duas instituições tão diferentes. De um lado, a reunião se processou através de vínculos legais, que reconhecem as diferentes características de cada organização e, por outro lado, através de uma estreita correlação de trabalho, baseada nos seus interesses e funções comuns.

Com referência à relação legal, os aspectos distintivos do Banco e das Nações Unidas estão incorporados no Acôrdo entre o Banco e as Nações Unidas (2), que forma a estrutura para a colaboração entre as duas agências. Êste acôrdo foi aprovado pela Junta Diretora do Banco em setembro de 1947, e ratificado pela Assembléia-Geral das Nações Unidas em novembro do mesmo ano. O acôrdo define a relação entre o Banco e as Nações Unidas, prevê as consultas e ligação entre as agências, e, ao mesmo tempo, reconhece que o Banco "terá de funcionar como organização internacional independente". (Acôrdo entre o Banco e as Nações Unidas, Artigo 1.2.)

---

(2) As duas agências afiliadas do Banco, a Corporação Financeira Internacional e a Associação Internacional para o Desenvolvimento foram incluídas no acôrdo entre o Banco e as Nações Unidas, em 1957 e 1961, respectivamente.



A posição independente do Banco e as características que o distinguem das demais agências, não entram em conflito, na prática, com os interesses dos membros das Nações Unidas. Embora o Banco seja uma instituição independente, não está indiferente às tarefas das Nações Unidas ou de seus membros. As suas relações com as Nações Unidas são pragmáticas e flexíveis e foram influenciadas pelas exigências de circunstâncias e não por formalismos legais. Na realidade, é precisamente esta independência e flexibilidade que moveram os membros do Banco, tanto dos países já desenvolvidos como dos países em fase de desenvolvimento, a empregarem seus bons ofícios no devido tempo para dirimir as disputas internacionais. Após a nacionalização do Canal de Suez, por exemplo, o Banco contribuiu para a indenização a ser paga à Companhia do Canal de Suez, e para resolver as dificuldades financeiras existentes entre os Governos do Reino Unido e da República Árabe Unida. Também em 1960, o Banco obteve sucesso ao negociar o Tratado de Águas do Indus, que marcou o fim da disputa entre a Índia e o Paquistão sobre a divisão das águas da bacia do Indus.

#### *Vínculos com o Sistema das Nações Unidas*

O Banco mantém vínculos com as Nações Unidas de várias formas. Em primeiro lugar, o Banco e seus afiliados são representados em sessões da Assembléia-Geral e do Conselho Econômico e Social e também em outras reuniões das Nações Unidas e das Agências Especializadas. Como as reuniões e conferências representam um dos aspectos importantes do funcionamento do sistema das Nações Unidas, elas envolvem, invariavelmente, a representação do Banco em grande número de reuniões. Por exemplo, durante 1965, o Banco foi convidado a participar de mais de 150 reuniões e conferências, realizadas sob os auspícios das Nações Unidas, ou de uma das agências especializadas, tendo participado de aproximadamente oitenta. Há indicações de que essas reuniões são prováveis de aumentar em número e frequência.

Em segundo lugar, o Presidente do Banco é membro do Comitê Administrativo para Coordenação (ACC), que é presidido pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, sendo composto dos diretores das respectivas agências especializadas. O ACC é o instrumento principal para consultas entre as agências no nível mais alto e esforça-se no sentido de assegurar a eficácia do sistema das Nações Unidas como um todo.

Em terceiro lugar, o Comitê de Ligação das Nações Unidas e do Banco, que consiste de representantes superiores de ambas as organizações, reúne-se periodicamente para realizar consultas informais sobre programas atuais e planos futuros. Em vista da expansão das



atividades operacionais do Banco, bem como das Nações Unidas, estas reuniões contribuem para assegurar a participação eficaz e harmoniosa.

### *Relações de Trabalho com o Sistema das Nações Unidas*

Embora o Banco tenha sido concebido como uma instituição financeira internacional, destinada, basicamente, à mobilização de capital, ele se desenvolveu no sentido de ser uma agência de desenvolvimento, que participa em ampla escala na ajuda técnica e em atividades de desenvolvimento. As atividades do Banco em relação às necessidades de desenvolvimento de seus membros exigiram estreita colaboração com outros organismos internacionais, como o Fundo Especial das Nações Unidas, que foi recentemente incorporado ao Programa Ampliado de Assistência Técnica, para a formação do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, ou seja, a UNDP. O Banco atua muitas vezes, por exemplo, como agência executiva para estudos de pré-investimentos e que são financiados pelo UNDP. Nesta capacidade, o Banco prepara o plano de operações para os estudos que lhe são confiados, contrata os técnicos necessários, verifica as suas qualificações profissionais e supervisiona seu trabalho. O Presidente do Banco atua na Junta de Consulta Recíproca das Agências. Este órgão pertence ao UNDP e orienta o Administrador do UNDP sobre todo o programa. Vários estudos de viabilidade, financiados pelo UNDP, resultaram em empréstimos do Banco ou créditos do IDA para os projetos estudados.

O Banco também se esforça por manter os Representantes Residentes das Nações Unidas informados sobre as suas operações e atividades nos países junto aos quais estão acreditados; esses representantes, de sua parte, muitas vezes proporcionam grande ajuda aos membros do Banco nas missões em seus respectivos países.

Outro exemplo das relações de trabalho com as Nações Unidas resulta da participação do Banco na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), realizada em 1964, em Genebra. A pedido da UNCTAD, o Banco está realizando estudos especiais de várias propostas que haviam sido feitas para melhorar a conjuntura do comércio e finanças, na qual se processa o desenvolvimento econômico. A assessoria do Banco já completou dois desses estudos: o primeiro refere-se a uma sugestão feita pelo Dr. David Horowitz, Diretor do Banco de Israel e líder da Delegação Israelense na UNCTAD, no sentido de que os recursos para empréstimos nos termos da IDA sejam levantados nos mercados de capital privado, sendo que as nações industrializadas garantiriam as operações de empréstimos e subsidiariam a diferença entre as taxas de juro (as de levantamento de fundos e de aplicação dos mesmos) da respectiva operação. O segundo estudo refere-se a uma proposta do Reino Unido e da Suécia sobre medidas financeiras suplementares para evitar



a interrupção de programas de desenvolvimento nos países em fase de desenvolvimento, em consequência de declínios imprevisíveis na sua receita resultante das exportações. Estudos ainda em fase de avaliação abrangem o uso e as condições dos créditos dos fornecedores, os problemas do financiamento de exportações dos países em fase de desenvolvimento, e as possibilidades de ser organizado um sistema de garantias multilaterais de investimento. (O primeiro estudo foi descrito por Shirley Boskey, em um artigo intitulado "The Horowitz Proposal", publicado em *Finance and Development*, Vol. II, N. 3, edição de setembro de 1965, pp. 167-74. O progresso dos outros estudos será analisado em edições posteriores.)

#### *Acórdos de Cooperação com a UNESCO e a FAO*

Em 1964, o Banco decidiu estender suas atividades para incluir a educação e ampliar o seu trabalho no setor da agricultura. Neste sentido, o Banco negociou acordos de cooperação com duas agências especializadas, com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), segundo os quais essas agências atuam, com efeito, como assessores técnicos do Banco nos campos da educação e agricultura, respectivamente. Através desses acordos de associação, o Banco conseguiu acesso ao conhecimento especializado e à experiência da UNESCO em assuntos educacionais, e da FAO em assuntos agrícolas, e essas agências, por sua vez, adquiriram um sócio financeiro com interesse especial em financiar projetos de desenvolvimento educacional e agrícola.

Como resultado, em parte, do Acôrdo entre o Banco e a UNESCO, o volume total do financiamento da educação, realizado pelo Banco e pela IDA, elevou-se de \$ 22 6 milhões em junho de 1964, para mais de \$ 65 milhões em dezembro de 1965, e muitos outros projetos estão à espera. O programa Banco/FAO também progrediu rapidamente; em fins de 1965 haviam sido organizadas 96 missões sob o programa cooperativo, e os financiamentos do Banco e da IDA alcançaram ... \$ 110.5 milhões para projetos identificados, preparados ou avaliados sob o programa conjunto.

Estes acordos, que estão provando seu crescente valor, representam um aspecto novo de cooperação entre agências. Por que, então, não deveria o Banco negociar acordos semelhantes com outras organizações? O Banco é pragmático e as exigências de uma situação específica desempenham papel preponderante na sua política e em seu modo de operar. Nos dois casos acima descritos, os acordos foram necessários para a implementação das novas diretrizes do Banco, que visaram a estimular os setores agrícolas e educacionais nos países em fase de desenvolvimento. Além disso, esses acordos refletem a vinculação singular dos interesses do Banco com os da UNESCO e da FAO. Como existem adequadas relações de trabalho *ad hoc* com as demais agências, com as quais o Banco tem relações, as demais



possibilidades para a realização de tais acordos dependerão das diretrizes futuras do Banco e do real desejo de aplicação deste tipo de entendimento para o desempenho dessas diretrizes.

*O Banco: um Sócio no Desenvolvimento Econômico*

O Banco é parte integrante e vital do esforço internacional para melhorar a sorte de todos os cidadãos do mundo. Com a sua ajuda, os países em desenvolvimento se beneficiariam de maneira mais ampla e em escala muito maior do que, talvez, pudesse ter sido possível de outra forma qualquer. De sua parte, o Banco prevê relações futuras ainda mais estreitas com outras agências também afiliadas e pertencentes à "família" das Nações Unidas. Respondeu a esta perspectiva com o reforço de suas relações de trabalho com o sistema das Nações Unidas. Esses abrangem a recente criação da posição do Representante Especial de Organizações das Nações Unidas, a designação de representantes do Banco para a FAO, em Roma, e para a Comissão Econômica para a África, em Adis Abeba, e o reforço do escritório europeu do Banco, para que os seus membros possam intensificar as relações com todas as agências internacionais localizadas na Europa. Em tudo isto o Banco está ajudando a construir uma associação efetiva entre os países em desenvolvimento e os países já desenvolvidos, na tarefa do desenvolvimento econômico. Esta espécie de associação representa uma nova dimensão nas relações internacionais, que poderia ser de profundo significado para o futuro.

AS AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS DAS NAÇÕES UNIDAS

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Organização das Nações Unidas para alimentação e a agricultura (FAO)

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

Organização Mundial de Saúde (OMS)

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e suas afiliadas, Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA) e a Corporação Financeira Internacional (IFC)

Fundo Monetário Internacional (FMI)

Organização Internacional da Aviação Civil (OACI)

União Postal Universal (UPU)

União Internacional de Telecomunicações (UIT)

Organização Mundial de Meteorologia (OMM)

Organização Consultiva Marítima Intergovernamental (OCMI)

(A Comissão de Energia Atômica não é um órgão especializado; distingue-se das demais agências, visto que suas principais relações são com a Assembléia-Geral das Nações Unidas e com o Conselho de Segurança e não com o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.)

---

(Transcrito de "Finanças e Desenvolvimento", 1967, do Centro de Informações das Nações Unidas no Rio de Janeiro).



# QUANTO PAGA O CIDADÃO POR SUA SEGURANÇA

(Levantamento estatístico do valor anual, em dólares, pago pelo cidadão de cada país por suas Forças Armadas, feito de acordo com dados do Relatório do Diretor do Programa de Assistência Militar dos Estados Unidos à Câmara dos Representantes e da publicação "The Military Balance" — 1966/1967, edição do Instituto para Estudos Estratégicos, de Londres)

Ordem	PAÍS	Despesa anual com as FFAA em 1966 (US\$ milhões)	Quanto paga por ano cada cidadão (Dólares)
1 —	EUA .....	58.300	297.0
2 —	Israel .....	447	165.2
3 —	Reino Unido .....	6.081	112.8
4 —	Suécia .....	856	110.0
5 —	Austrália .....	1.090	94.1
6 —	França .....	4.465	91.0
7 —	Noruega .....	298	78.5
8 —	R. F. Alemanha .....	4.335	76.0
9 —	Canadá .....	1.461	73.1
10 —	Suíça .....	387	65.5
11 —	URSS .....	14.900 (*)	64.2
12 —	Holanda .....	750	60.5
13 —	Bélgica .....	520	54.6
14 —	Tcheco-Eslováquia .....	754	52.6
15 —	Dinamarca .....	268	51.7
16 —	Nova Zelândia .....	138	51.0
17 —	R. D. Alemanha .....	785	46.1
18 —	Itália .....	1.982	37.4



19 — Polônia .. .. .	1.052	33.0
20 — Portugal .. .. .	224	24.1
21 — Grécia .. .. .	206	24.0
22 — Cuba .. .. .	213,2	23.4
23 — China (Taiwan) .. .. .	270	21.8
24 — Hungria .. .. .	223	21.6
25 — Iugoslávia .. .. .	406	20.8
26 — Albânia .. .. .	27,5	19.8
27 — Vietnã (Norte) .. .. .	350	19.7
28 — Venezuela .. .. .	177	19.7
29 — Vietnã (Sul) .. .. .	300	19.2
30 — Egito .. .. .	494	16.5
31 — Chile .. .. .	136	15.1
32 — Bulgária .. .. .	119,5	14.4
33 — Romênia .. .. .	265	13.7
34 — Argentina .. .. .	272	11.8
35 — Turquia .. .. .	377	11.8
36 — Peru .. .. .	134	11.1
37 — Irã .. .. .	255	10.4
38 — Japão .. .. .	946	9.6
39 — Espanha .. .. .	472	9.2
40 — Brasil .. .. .	712	8.7
41 — China (Pequim) .. .. .	6.000	8.6
42 — Indonésia .. .. .	900	8.5
43 — Camboja .. .. .	50	8.0
44 — Colômbia .. .. .	119	6.6
45 — Coreia (Sul) .. .. .	146	5.1
46 — Paquistão .. .. .	473	4.2
47 — México .. .. .	166	4.0
48 — Tailândia .. .. .	104	3.3
49 — Filipinas .. .. .	70	2.3
50 — Índia .. .. .	1.171	2.3

OBSERVAÇÃO (\*) — Orçamento oficial da Defesa, ao câmbio oficial. Se incluídas a pesquisa espacial e construção de novas armas, o valor aproxima-se de US\$ 151 bilhões.



# O ÍNDIO NA AMAZÔNIA

MAJ P. MARCOS

1. O problema da integração da Amazônia é assunto apaixonante e que vem tendo, após a revolução, um tratamento mais sério e, sobretudo, mais objetivo. Sabemos que muito ainda há por fazer porém, estamos certos que, a campanha levada a cabo pelo eminente Prof. Dr. Arthur Cesar Ferreira Reis, quando no govêrno do Estado do Amazonas, produzirá seus frutos, mormente se orientada nos moldes preconizados por êsse conhecedor ímpar dos problemas daquela área.

Nesse modesto trabalho desejamos enfocar somente um aspecto do magno problema, o da integração da população indígena daquela área à comunidade brasileira. Feito êste preâmbulo passemos a focalizar a figura do índio naquelas paragens.

2. Foi sem sombra de dúvida, notável o papel do índio nos primórdios de nossa história. Escritor dos mais conceituados assim se expressou a respeito: "Lembremos para começar, que a expansão política foi realizada, garantindo um gigantesco espaço físico e econômico a Portugal, e conseqüentemente ao Brasil, graças à contribuição dos indígenas". O expedicionário daquelas paragens se serviu do índio utilizando seu profundo conhecimento da região e, inclusive, assimilando dêle certos hábitos que lhe tornaram a vida mais amena sob aquelas condições climáticas.

É preciso que fique bem claro que o indígena não foi só "mão-de-obra". Ele contribuiu com elementos de sua cultura para uma melhor adaptação do ádvem e, tal contribuição, se constata facilmente, ainda em nossos dias, com o simples observar de utensílios, preparo de alimentos, utilização de flora medicinal e outras manifestações correntes em tôda a Amazônia.

Há, na região, uma grande diversidade de tribos, "cada qual com seu nome, sua língua e traços somáticos característicos", entretanto é impressionante o poder de assimilação cultural entre tribos tão distintas. Diz o Padre Bruzzi, grande autoridade no assunto, que a causa dessa assimilação pode ser explicada por quatro fatores, a saber: "a vizinhança de seus habitats, uma sociabilidade notável que se manifesta, por exemplo, pelas freqüentes visitas às malocas de outras tribos, o comércio intertribal e o matrimônio exogâmico".

Além disso há que notar que uma das características importantes do índio é o seu espírito de imitação que, por ser muito desenvolvido, permite levá-lo a adquirir novos hábitos e forma de cultura.

Vejamos, a seguir, o que vem sendo feito em prol da integração dêsse índio à comunidade.



3. Inicialmente vamos ver o que fizeram e fazem os religiosos. Passemos a palavra ao Prof. Arthur Reis quando faz referência à atuação dos membros das ordens religiosas católicas: "chamados para a simples conquista espiritual, compreendida esta, insistamos sempre, na conversão, na pacificação dos indígenas, transformaram ou ampliaram essa conquista espiritual primária numa admirável demonstração de seu espírito aberto aos grandes empreendimentos culturais, trazendo à Amazônia, letras, artes, instrução ... numa singular e ainda não perfeitamente proclamada contribuição aos inquéritos científicos que há três séculos se realizam à volta das coisas regionais".

De fato, inúmeros foram os religiosos, das mais diversas ordens que pesquisaram e escreveram sobre a terra e gentes da Amazônia.

Atualmente, para só citar o setor educação, temos a atuação dos Capuchinhos no Alto Solimões, os Padres do Espírito Santo em Tefé, os Beneditinos em Rio Branco (Acre), os Servos de Maria no Alto Purus, os Agostinianos em Lábrea e os Salesianos ao longo do vale do Rio Negro e que arcam com as maiores responsabilidades "que lhes advém do maior volume de população indígena". Outro fato marcante da atuação dos religiosos na Amazônia é que das "80 cidades com que conta a Amazônia, 30 são antigas fundações" realizadas por eles.



*Índios na missão de Maturacá*



Em seus colégios e patronatos as missões de religiosos católicos acolhem crianças índias com cêrca de 6 a 7 anos de idade e as educam até os 16 ou 17 anos, quando, então, são devolvidas a suas tribos ou seguem seu próprio arbítrio. Voltaremos a tocar neste ponto mais além.

No que diz respeito às missões de religiosos protestantes temos a dizer que elas orientam a pacificação e catequese, particularmente no Território de Roraima, porém sua atuação, muito mais recente do que a das missões católicas, ainda não produziu os frutos dessas. Talvez seja cedo ainda para fazermos um juízo sôbre sua eficiência na parte que interessa de perto ao Brasil, a integração, já que, em sua imensa maioria, composta por americanos, têm dificuldades em transmitir nossa língua e hábitos.

O SPI na Amazônia está praticamente ausente. Verbas curtas, pessoal sem habilitação necessária e em pequeno número, deficiência absoluta ou quase de meios de transporte, tudo isso concorre para a ineficiência e o descrédito.

Há, a nosso ver, nesse serviço uma inversão pois nas regiões onde mais se faz necessária sua presença efetiva, aí êle é ausente ou dispõe de efetivos ridículos enquanto que em outras regiões, bem dotadas de meios de transporte, de comunicações e recursos, êle se faz presente em permanência. Um exemplo: em Palmeiras, no Rio Javari, índios atacaram e mataram dois civis que residiam junto ao 8º Pel Fron. O SPI não teve meios para mandar um inspetor para o contato que se fazia necessário com os índios. O Pelotão se viu só, tendo que, êle próprio, buscar a melhor maneira de tratar com os indígenas. Êste é um caso entre muitos.

Em relação às Fôrças Armadas a maior contribuição dada à solução do problema tem sido fornecida pela FAB e pelo Exército.

A FAB obedecendo a uma política que visa à colonização pelo "Trinômio", conforme a denominou, e que consiste em reunir: ÍNDIO + Missionário + FAB, tem prestado um inestimável serviço pois, empregando a mão-de-obra do primeiro, a direção dos trabalhos e ligações do segundo e a orientação técnica e apoio material do terceiro, vai construindo campos de pouso, inicialmente junto às missões já existentes e posteriormente em regiões de interêsse dessa Fôrça. Os campos de pouso de IAURETÊ, Waupés e Pári Cachoeira, para só citar alguns, foram construídos por essa forma. Essas atividades, de grande utilidade na área, constituem também mercado de trabalho para os indígenas que terminam seu aprendizado nas missões ou tenham consciência de necessitar uma melhoria de condições de vida e estão em ociosidade, nas aldeias ou junto às Missões.

Em uma oportunidade, quando estavam ampliando o campo de pouso de Waupés, já dotado atualmente de rádio farol, estação rádio e de passageiros, tivemos oportunidade de ouvir de índios que aí trabalhavam que preferiam ganhar menos e ter subsistência assegu-



rada pela FAB, do que ficar no regime em que estavam de assalariados puros, como ocorre em regiões mais desenvolvidas. Esse problema de subsistência é, de fato, sério. Os índios trabalhando, praticamente o dia inteiro, e residindo longe, o tempo que lhes resta para cuidar de uma roça é mínimo e, via de regra, o trabalho de suas mulheres e filhos, somente, não é suficiente para uma boa produção.

O Exército, vez por outra, consegue incorporar um indígena (caso do soldado Paulo do Pelotão de Estirão do Equador) pois o efetivo dos Pelotões é de 100% no núcleo base o que dificulta a questão de vagas para incorporação. A par disso a atuação do Exército, em relação ao índio, se faz sentir através da assistência médico-odontológica prestada, indistintamente, àqueles que procuram os Pelotões ou Companhias, quando suas mezinhas não dão resultado ou os poucos conhecimentos que possuem não se mostram suficientes para resolver o problema que se apresenta, (como exemplo temos o caso de uma índia boliviana que foi submetida a uma operação Cesariana no 7º Pel Fron em Forte Príncipe, pois a parteira e o pessoal da tribo, obviamente, não haviam solucionado o caso).

Há também a considerar o incipiente comércio entre indígenas e as guarnições, esses oferecendo farinha, frutos, peixes, caça, em troca de tecidos e utensílios de cozinha, facões, etc, destas.

Em rápidas pinceladas indicamos o que vem sendo feito. Antes de passarmos à indicação de algumas medidas que o Exército poderá adotar, em prol da maior e mais rápida integração de nossos irmãos indígenas, desejamos salientar um fato que vem ocorrendo, particularmente na fronteira com a Colômbia. Trata-se do aliciamento da mão-de-obra constituída pelos índios, que são levados a trabalhar para os nossos vizinhos.

Periódicamente surgem fazendeiros colombianos ou seus prepositos que conseguem levar, para seu país, índios brasileiros para lá exercerem atividade ligada à agricultura. Como sói acontecer, nesse tipo de aliciamento, as promessas são muitas e a realidade fica muito aquém delas. Devido à sua boa fé o índio é facilmente sugestionado. É comum o regresso de nossos índios desiludidos, em situação muito pior do que quando partiram. Urge pois, a nosso ver, dar emprego a essa mão-de-obra disponível e que já se mostrou tão útil em outras épocas, tanto mais quanto é sabido que após ter passado uma grande temporada nos patronatos, e se sentindo mais capacitado, ele dificilmente se adapta novamente ao seu primitivo modo de vida.

4. Parece fora de dúvida que o elemento mais apto a lidar com o índio, pela prática adquirida através de inúmeros anos de trabalho e sacrifícios aliados ao incontestado idealismo, é o religioso.

A obra dos Salesianos no vale do Rio Negro aí está como um marco para atestar o que acima afirmamos.



Salvo melhor juízo, um convênio entre o Governo e Ordens Religiosas seria o ponto inicial de uma campanha para pôr uma experiência enorme a serviço de uma causa que é Nacional e cujos resultados, então, poderiam surgir a curto prazo.

Um primeiro passo que se apresenta desde logo é o do recenseamento e do Registro Civil. Talvez fôsse o caso de, uma vez existindo tal convênio, encarregar, em algumas áreas, as próprias missões de efetuar o recenseamento e prover o Registro. Como está atualmente, sem nenhuma espécie de controle, é que não deve continuar.

O SPI, em outras áreas, poderia cooperar de maneira idêntica desde que fôsse melhor aparelhado, sobretudo em pessoal.

No que tange às Fôrças Aramadas, parece que a continuação e ampliação da política já existente na FAB seria uma boa solução. O Exército, em particular o GEF, cooperaria enormemente para essa integração, que todos desejam, se lhe fôsse permitido o seguinte:

- incorporar maior número de índios;
- aproveitar nas unidades os artífices formados nos patronatos (carpinteiros, etc...) que poderiam ser contratados pelas Comissões de Obras ou pelo 5º BEC para emprêgo, de preferência, nas regiões de mais difícil recrutamento;
- organizar, onde fôsse necessário, grupamentos de trabalhadores indígenas, como mão-de-obra não especializada, para serviços idênticos aos que eles já executam para a COMARA (Comissão de Aeroportos da Região Amazônica);
- finalmente, o que reputamos de grande utilidade naquela região, organizar junto a cada Pelotão, Cia ou Batalhão, um Grupo de Guias (Mateiros) indígenas que teriam arranchamento, alojamento e pagamento e seriam os "experts" em vida na selva. Orientados por oficiais com Curso de Guerra na Selva (CIGS) para as necessidades das unidades, seriam de valor inestimável para o cumprimento de qualquer missão na Amazônia. Quem não está familiarizado com a habilidade dos indígenas em se orientar, naquela selva que, aos menos avisados, parece igual para qualquer lado que um se volte, ficará surpreso ao ver como os menores indícios são para eles de valor extraordinário e como o senso inato que possuem os permite levar a bom termo qualquer caminhada com rumo predeterminado. Outro ponto a salientar é sua habilidade em buscar e preparar alimentos.

Uma medida indispensável seria que o recrutamento dêsesse indígenas fôsse precedido, sempre que possível, pela seleção feita pelos missionários ou pelos homens que estivessem em contato mais estreito com os silvícolas, pois os conheceriam melhor.

5. Em conclusão devemos dizer que o problema em si não é simples mas, tem que ser encarado o quanto antes pois, é de vital utilidade para o Brasil. Para sua solução julgamos que a diretriz



deva ser a expressa pelo pensamento de autor, versado nos problemas da área, e que assim está em livro:

"Os índios da Amazônia possuem uma história que não os diminui aos nossos olhos. Ao contrário, dignifica. Porque, pelo que padeceram, na formação regional, desde a contribuição étnica à econômica, pelo que puderam realizar como demonstração de resistência, de heroísmo, pondo por terra a conclusão apressada de que não expressavam se não inferioridade, passividade, incapacidade para a ascensão na vida, está a exigir uma outra compreensão de nossa parte. Ao invés de os desprezarmos, devemos procurar entendê-los como são e não como desejamos que sejam".

E mais adiante referindo-se ao papel do índio na sociedade que estamos estruturando diz êle: "ela, a sociedade, dará uma grande prova de maturidade quando puder dizer que os entendeu e os está elevando a uma nova dignidade de vida ... e assegurando-lhes respeito e a convivência harmoniosa".

#### BIBLIOGRAFIA

Tempo e vida na Amazônia — Prof. Arthur Cesar Ferreira Reis

A Conquista da Amazônia — Prof. Arthur Cesar Ferreira Reis

De Tupan a Cristo — Missões Salesianas

Relatórios — GEF



**A Guerra Revolucionária leva o perigo comunista ao umbral de cada casa e a última frente se situa no espírito de cada cidadão!**



# CAPARAÓ

## 1. Apreciação inicial

Durante um período de quinze dias, compreendidos entre o fim de março e comêço de abril últimos, a nossa imprensa falada e escrita divulgou amplo noticiário sôbre a descoberta de um grupo de guerrilheiros na Serra de Caparaó, na região limítrofe entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Já agora, passados mais de quatro meses do acontecimento e terminadas as investigações realizadas através do Inquérito Policial Militar, mandado instaurar pelo Comandante da 4ª RM, pode o Exército divulgar os fatos apurados e a verdadeira extensão da trama subversiva montada no exterior, com dinheiro estrangeiro, contra as nossas instituições e o nosso povo.

Na realidade, o episódio de Caparaó não passou de uma segunda tentativa de guerrilha que se frustrou na sua própria incapacidade de concretizar-se. O grupo armado de 14 homens reunido na serra, em região próxima ao Pico da Bandeira, subordinado política e militarmente, a um comando sediado na Guanabara, não logrou, durante os quatro meses em que perambulou pelas vertentes da serra, de um acampamento para outro, encontrar a melhor receptividade, a

mínima simpatia da parte dos moradores locais. Teve que viver escondido e acuado, e feneceu por não conseguir realizar fator fundamental para o êxito de uma guerrilha — conquistar o apoio ou pelo menos a simpatia da população civil da área.

A ineficácia desse pequeno grupo armado, entretanto, não correspondeu às dimensões do esquema internacional montado para o seu apoio, nem à extensão dos atos de traição nacional praticados por políticos e ex-militares brasileiros, exilados no estrangeiro e hoje integrados na estrutura de subversão financiada pelo comunismo forâneo.

Causa-nos admiração e justificado orgulho comprovar que intenso e contínuo esforço internacional, alimentado por abundante dinheiro estrangeiro, não tivesse alcançado, no período de três anos, gerar mais do que essas duas tentativas raquíticas de guerrilha — a do ex-Coronel Jefferson Cardim e esta de Caparaó —, abortadas no nascedouro, menos pela ação repressiva das autoridades do que pela repulsa de nosso povo às aventuras de tão desprezível inspiração.

Passamos, a seguir, a fazer um relato resumido dos fatos apurados.



## 2. Os fatos passados no Brasil

A região escolhida pelos mentores do grupo armado, para vir a ser o palco dessa "guerra de guerrilheiros", que não se concretizou, foi a da Serra de Caparaó, cuja linha de crista, pontilhada de picos, bordeja a fronteira entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

A vantagem dessa área, conforme a opinião dos "táticos" da frustrada aventura, era a de ser "uma extensão acidentada, de difícil acesso e fácil defesa, de 100 km de serra com uns 50 km de largura".

A Serra de Caparaó é mais povoada e acessível na vertente oeste, do lado mineiro, onde a Estrada de Ferro Leopoldina e uma rodovia ligam as localidades próximas de Carangola, Caparaó, Presidente Soares, Manhumirim e Manhauçu.

Desde fins de novembro de 1966, vinham os órgãos de informações do I Exército acionando sigilosamente um plano de busca, visando a confirmar certos indícios de presença de grupos suspeitos nessa região, particularmente nas imediações das terras do Parque Nacional de Caparaó. A coordenação do plano de busca estava a cargo do Comando da 4ª RM, sediada em Juiz de Fora, e a execução do mesmo atribuída ao 10º BI da Polícia do Estado de Minas Gerais, com sede em Manhauçu, e a destacamentos fronteiriços da Polícia do Estado do Espírito Santo. A busca de informes constitui uma atividade permanente das autoridades militares, para o que, inclusive, organizaram cui-

dadoso reconhecimento da região através de "um grupo de excursionistas", montado em coordenação pela 4ª RM e 3º BC (Vitória, ES).

A avaliação dos informes já colhidos permitiu, no começo de março, delinear o quadro de atividades de, pelo menos, um grupo armado clandestino de 40 homens no máximo, infiltrado na região da Serra de Caparaó. Em face disso, o Comandante da 4ª RM, discretamente, montou um plano de operações visando a isolar e vasculhar a área, a fim de apressar esse grupo. Entretanto, um acontecimento inesperado, ao qual foi dada ampla publicidade, quebrou o sigilo das medidas que vinham sendo tomadas e atraiu a atenção de toda a Imprensa para o tema que se tornou manchete — Guerrilhas em Caparaó. Esse acontecimento foi a prisão, a 24 de março, no interior de uma barbearia na localidade de Espera Feliz, por elementos da Força Policial mineira já empenhados na missão de isolamento da região, de dois conhecidos agitadores comunistas — o ex-Subtenente do Exército Jelcy Rodrigues Correa e o ex-Sgt da Aeronáutica Josué Cerejo Gonçalves, expulsos das Forças Armadas por subversão; ambos se achavam armados e em seu poder foi encontrada farta e comprometedora correspondência.

A curiosidade geral que passou a acompanhar o assunto de Caparaó e os propósitos sensacionalistas de certos setores da imprensa vieram causar certa perturbação no desdobramento da





Integrantes do grupo armado, detidos na Serra de Caparaó, e parte do material apreendido em seu poder; da esquerda para a direita: Amadeu Felipe da Luz Ferreira (Cmt), Edival Augusto de Melo, Jorge José da Silva, João Jerônimo da Silva, Amaranto Jorge Rodrigues Moreira, Araken Vaz Galvão (Subchefe), Avelino Bioen Capitani e Milton Soares de Castro (civil)



Da esquerda para a direita: Amadeu Felipe da Luz Ferreira (ex-sgt/Ex), Araken Vaz Galvão (ex-sgt/Ex), Edival Augusto de Melo (ex-sgt/Mar) e Milton Soares de Castro (civil), integrantes do grupo armado capturado na Serra de Caparaó



operação de isolamento e vasculhamento da área, que vinha sendo levada a efeito com a máxima discrição.

A 1º de abril, uma patrulha da Polícia Militar de Minas Gerais, seguindo a pista fornecida por um agricultor da região, surpreendeu um grupo de oito homens, todos armados e municiados, dispondo de material de acampamento, comunicações, saúde e arquivo de documentos. Integravam esse grupo sete ex-militares do Exército e da Marinha de Guerra e um civil, a saber:

- ex-Sgt (Exército) Amadeu Felipe da Luz Ferreira;
- ex-Sgt (Exército) Araken Vaz Galvão;
- ex-marinheiro Amaranto Jorge Rodrigues Moreira;
- ex-Sgt (Marinha) Edval Augusto Mello;
- ex-Cabo (Marinha) Jorge José da Silva;
- ex-marinheiro Avelino Capitani;
- ex-marinheiro João Jerônimo da Silva;
- civil Milton Soares de Castro.

Os ex-militares acima haviam sido, todos, banidos das Forças Armadas por subversão e o civil era membro do Partido Comunista do Brasil no Rio Grande do Sul.

A operação de isolamento e vasculhamento da região foi executada sob a estreita coordenação do Comando da 4ª RM que, para isto, contou com a plena cooperação da FAB (Comando Aeronáutico Terrestre — CATTER), que empregou

na mesma aviões de observação e helicópteros. Pequenos destacamentos das Polícias Militares de Minas Gerais e do Espírito Santo foram postados em várias localidades na periferia da área. Patrulhas motorizadas da Polícia Militar de Minas Gerais mantiveram sob ativo reconhecimento as estradas e caminhos de acesso à Serra de Caparaó. Tropa do Exército foi preparada para reforçar as ações de vasculhamento geral, caso se tornasse necessário.

Graças a esse dispositivo, os últimos elementos comprometidos com o grupo armado, e que se encontravam na região foram, sucessivamente, caindo na fechada malha de cerco e vasculhamento estabelecida pelas forças de segurança. Assim, a 4 de abril, uma patrulha da Polícia Militar de Minas Gerais aprisionou, nas cercanias da Vila de Vista Bela, o ex-Capitão (Exército) pára-quedista Juarez Alberto de Souza Moreira e o civil Gregório Mendonça, este último militante do Partido Comunista do Brasil no Rio Grande do Sul. A 8 de abril, os quatro remanescentes do grupo foram cercados e detidos numa rápida ação da Polícia Militar mineira, entre Vista Bela e São João de Manhuaçu. Eram eles:

- o advogado Amadeu de Almeida Rocha, professor na Guanabara e membro do Partido Socialista Brasileiro;
- o civil Hermes Machado Neto, comunista militante no Rio Grande do Sul;
- o ex-Subten (Exército) Itamar Maximiniano Gomes, ex-





Homens capturados e material apreendido na região de Caparaó



Material bélico e de campanha, livros, documentos e rádios, que eram utilizados pelo grupo armado de Caparaó



pulso das Forças Armadas por subversão;

- o 3º Sgt do Exército Deodato Baptista Fabrício, adido ao DGP e respondendo a processo por subversão.

Com essas quatro últimas prisões, e com os resultados das investigações já realizadas, pôde ser considerada praticamente terminada a operação e desnecessária uma ação de vasculhamento em força em toda a área, para a qual estava previsto o emprêgo de unidades do Exército.

O encarregado do IPM mandado instaurar pelo Cmt da 4ª RM, logo ao início dos acontecimentos, apurou a suspeição de outras pessoas, algumas residentes na região dos acontecimentos e outras na Guanabara, em São Paulo, ou exiladas no estrangeiro. Em face disso, foram detidas mais 27 pessoas, sendo 22 liberadas após os interrogatórios e 5 indiciadas como incurso na Lei de Segurança. Esses cinco indiciados são:

- Professor Bayard Demaria Boiteux, residente na Guanabara, com seus direitos po-

líticos suspensos, ex-Presidente do Partido Socialista Brasileiro e caracterizado como Chefe Político da "Frente de Caparaó";

- Engenheiro Moysés Kupperman, asilado no Uruguai e que se encontrava clandestinamente no Brasil, respondendo a processo de subversão;
- ex-Sgt (Exército) Anivanir de Souza Leite, respondendo a processo por subversão, foi quem arrendou um sítio, na localidade de Príncipe, região da Serra de Caparaó, para servir de ponto de contato e de abastecimento do grupo armado;
- civil Tito Guimarães Filho, asilado no Uruguai, encontrava-se clandestinamente no Brasil e estava implicado com os fatos ocorridos em Caparaó;
- 3º Sgt (Exército) Alcileo Baptista Nogueira da Gama, da ativa, respondendo a processo por subversão, que havia se comprometido a juntar-se ao grupo de Caparaó.

### 3. Comando e Organização da "Frente de Caparaó" no Brasil

As investigações procedidas pelas autoridades militares proporcionaram um completo levantamento da estrutura de comando e organização, no Brasil, dos elementos subversivos que tentaram criar a frustrada "Frente de Caparaó".

Comando:

Uma "troika" instalada no Rio de Janeiro, com responsabilidade

para efeitos subversivos sobre uma ampla área, compreendendo desde a Serra de Caparaó até o litoral da Guanabara e Estado do Rio de Janeiro:

Chefe — Professor Bayard Demaria Boiteux (ex-Professor do Colégio Pedro II, com seus direitos políticos suspensos, mas ainda no exercício da cátedra na Faculdade de Filosofia da Guanabara). Era quem mantinha ligações com





Material bélico e munição dos "guerrilheiros" vendo-se ainda um binóculo



O material bélico, encontrado em poder dos "guerrilheiros", incluía até a metralhadora INA



o Chefe no exterior, o ex-Deputado cassado, Leonel de Moura Brizola, de quem recebeu ordens e recursos pecuniários, através de várias viagens feitas a Montevideu e por meio de mensageiros que iam e vinham (pombos-correio). O professor Boiteux foi Presidente do Partido Socialista Brasileiro e era Presidente da Comissão de Ajuda às Famílias atingidas pelos Atos Institucionais (CAFAAI).

Assessor Político — Advogado Amadeu Almeida Rocha, professor em vários colégios particulares; fez várias viagens a Montevideu, a mando de Boiteux, a fim de levar informações e receber instruções e dinheiro de Brizola. Estêve várias vezes em Caparaó, ministrando orientação política e transmitindo as ordens de Boiteux.

Assessor Militar — Ex-Capitão (Exército) pára-quedista Juarez Alberto de Souza Moreira, reformado por subversão. Foi quem escolheu a região de Caparaó para a instalação da "Frente". Antes da instalação do grupo, fez várias viagens de reconhecimento ao local. Foi encarregado, com outros, de transportar para a região o armamento e petrechos para o grupo, material este, na sua maioria vindo do Rio Grande do Sul, oriundo dos excedentes acumulados para o movimento irrompido em 1965 (ex-Cel Jefferson Cardin) e que não chegaram a ser utilizados em face da rapidez com que foi reprimido aquele surto.

Após a instalação do grupo armado, estêve várias vezes na região de Caparaó, a fim de ministrar orientação e instrução militar.

#### Frentes:

Só uma "frente" foi instalada, a de Caparaó. A idéia de criação de outra "frente", na Serra dos Órgãos, não chegou a se concretizar.

A "Frente de Caparaó" foi considerada instalada em fins de novembro de 1966.

Sua constituição era:

- 1 Comandante;
- 1 Subcomandante; e
- 3 Grupos de 4 homens. Total: 14 homens.

O Comandante da "Frente" era o ex-3º Sgt Amadeu Felipe da Luz Ferreira, expulso das fileiras do Exército por subversão. Estêve no Uruguai em contato direto com Leonel Brizola e seus auxiliares. O ex-Sgt Amadeu Felipe foi "eleito" chefe do grupo armado de Caparaó na primeira reunião do mesmo, realizada a 26 Nov 66 (consta do Diário da Guerrilha, redigido pelo mesmo).

Por ocasião da reunião de 26 Nov 66, o ex-Sgt Amadeu Felipe declarou-se marxista-leninista convicto. Consta desse "Diário" o seguinte:

"Objetivando iniciar de imediato o processo armado da Revolução Brasileira, um grupo armado de 14 homens (seguem-se os codinomes) reuniu-se nesta noite de 26 de novembro de 1966, para a escolha daquele que dora-vante os dirigirá como guerrilheiros. Esta reunião, cujos componentes são ex-militares, na sua maioria, e civis, todos revolucionários e marxistas-leninistas, foi iniciada e dirigida pelo companheiro Alexandre (codinome do ex-3º Sgt Amadeu Felipe) que já de algum tempo vinha liderando a maioria destes homens em sua





Outro aspecto do material apreendido, vendo-se particularmente rádios, lanternas elétricas e cobertores



Entre os livros apreendidos, destaca-se: "Guerrilheiros e Revoluções", de Gabriel Bonnet, "Guerra Revolucionária", de Hermes de Araujo Oliveira, "Vietcong", de Madeleine Rifau, e o Manual C31-20 (reservado), "Operações contra Guerrilheiros"



luta antiditatorial e conseqüente preparo dêsse núcleo guerrilheiro ..... Definiu-se como marxista-leninista, convicto de que somente através da guerra poderá nosso povo libertar-se da opressão e da miséria a que está subjugado e alcançar a paz e o progresso que busca; que a guerra de guerrilhas é o caminho mais curto para a ascensão do povo ao lugar que lhe é devido..... Condições: Sob as condições por êle mesmo sugeridas (pelo ex-3º Sgt Amadeu Felipe) e aceitas por todos de que, sôbre êle recairiam as responsabilidades concernentes

com a segurança do grupo..... Findou (a reunião) com todos os companheiros de pé cantando "A Internacional".

A organização do grupo armado, com as funções de cada um, quer como combatente, quer na vida administrativa, assim como a distribuição do armamento ao Comando e aos grupos, consta do croqui anexo, encontrado no arquivo apreendido pelas autoridades. Os nomes constantes do mesmo são codinomes, cuja correspondência acrescentamos no próprio documento.

(Transcrito do Boletim de Relações Públicas do Exército, CDRPE, Agosto 1967).



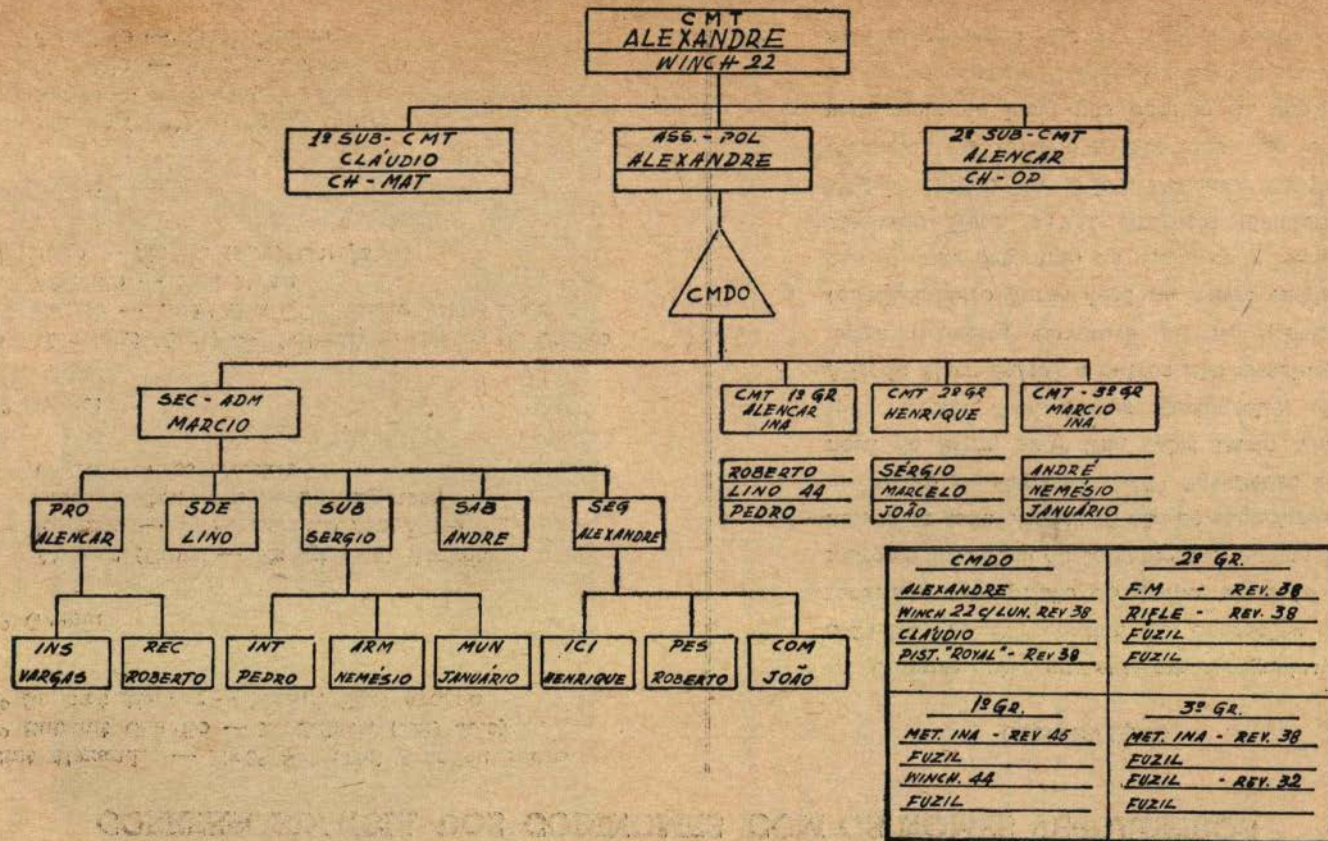


Diagrama de Organização da "Frente de Caparaó", destacando-se a distribuição do armamento.



## CORRESPONDÊNCIA DOS CODINOMES COM OS NOMES VERDADEIROS

Cmt Alexandre — Ex-3º Sgt (Ex) Amadeu Felipe  
1º Subcmt Cláudio — Ex-Subten (Ex) Jelcy  
2º Subcmt Alencar — Ex-Sgt (Ex) Araken

### 1º Grupo:

Alencar (Cmt) — Ex-Sgt (Ex) Araken  
Roberto — Ex-Marinheiro Amaranto  
Lino — Ex-2º Sgt Pedro Espinosa  
Pedro — desconhecido

### 2º Grupo:

Henrique (Cmt) — civil Milton Soares de Castro  
Sergio — Ex-1º Ten QOE Dario Viana Reis  
Marcelo — civil Paiva  
João — Ex-Sgt (Aer) Cerejo

### 3º Grupo:

Marcio (Cmt) — Ex-Sgt (Mar) Edval  
André — Ex-Marinheiro Capitani  
Nemésio — Ex-Sgt Bertoucello  
Januário — desconhecido

### OBSERVAÇÃO

Cumprir notar que essa era a organização a 26 Nov 66. Por ocasião das operações que resultaram na prisão do grupo, entre 24 de março e 8 de abril do corrente ano, alguns dos nomes ao lado citados já não se encontravam na região de Caparaó (ex-2º Sgt Pedro Espinosa da Silva, ex-1º Ten QOE Dario Viana Reis, ex-Sgt José Carlos Bertoucello, civil Alfredo Nery Paiva) e outros não constantes dessa primeira estrutura ali se achavam (ex-Marinheiro Jorge José da Silva, ex-Marinheiro João Jerônimo da Silva, civil Hermes Machado Neto, civil Gregório Mendonça, 3º Sgt (adido ao DGP) Deodato Baptista Fabricio. Os dois desconhecidos não estavam mais no local por ocasião da captura do grupo, havendo indicações de que haviam sido dispensados por motivos de saúde.



#### 4. Comando e atividades subversivas no estrangeiro, relacionadas com o grupo armado de Caparaó

O centro dirigente da Frente de Caparaó e de outras Frentes que era intenção instalar, encontra-se sediada na República do Uruguai e o seu dirigente é o ex-Deputado Leonel Brizola.

No decorrer das diligências e interrogatórios dos elementos detidos aparecem, inúmeras vezes, referências a contatos e ordens de Brizola aos componentes do grupo de Caparaó, ora dadas pessoalmente, ora através de seus lugar-tenentes: Paulo Schilling, ex-Cel Dagoberto Rodrigues, Neiva

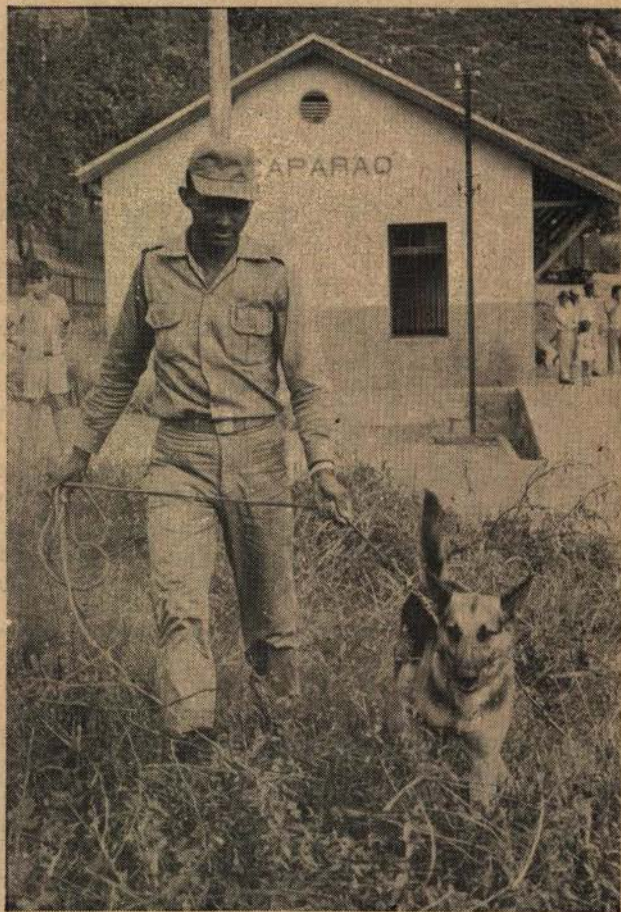
Moreira, Paulo Mello, Moysés Kupperman e outros de menor categoria.

Brizola comunicava-se normalmente com o grupo de Caparaó através do Professor Boiteux e do advogado Amadeu de Almeida Rocha. Ambos realizaram várias viagens a Montevideu e receberam instruções diretas de Brizola (segundo confessaram), assim como, também, receberam dele importâncias em dinheiro, em vezes sucessivas, (4.800 dólares, 600 dólares, 400 dólares 2.000 cruzeiros novos, 2.000 cruzeiros novos, etc., etc.), somas essas que foram entregues ao ex-Subtenente (Exército) Itamar Maximiniano Gomes,



Elementos da Polícia Militar de Minas Gerais preparando-se para mais uma surtida contra os "guerrilheiros" de Caparaó





Nas buscas, a Polícia Militar de Minas Gerais utilizou também cães

encarregado de abastecer em viveres o grupo de Caparaó. Numa das muitas viagens do advogado Amadeu de Almeida Rocha a Montevideu, Brizola entregou-lhe um Código que deveria ser usado nas comunicações do Comando da "Frente de Caparaó", e outros que se viessem a organizar, com a chefia no Uruguai. Esse código foi entregue por Amadeu ao Professor Boiteux.

Brizola, utilizando-se de um preposto seu, o ex-vereador de Uruguaiana Izidoro Gutierrez, adquiriu uma estância em Pando, Uruguai, onde foram submetidos a instrução de guerrilhas vários dos elementos aprisionados na região de Caparaó. Após um período de adestramento na estância de Pando, onde há capacidade para a permanência simultânea de turmas de 14 guerrilheiros, compre-



endendo este treinamento "conhecimento de explosivos, fabricação de bombas, manejo de rifle, revólver, pistola e marchas puxadas", conforme a declaração de um dos detidos e confirmada por outros, os "escolhidos" para implantar a subversão no Brasil eram mandados para Havana, via Paris e Praga. Em Paris, os enviados eram recebidos pelo comunista brasileiro Max da Costa Santos, encarregado de "legalizar-lhes os papéis" e enviá-los a Praga. Na capital da Tcheco-Eslováquia, esperava-os um funcionário cubano que os encaminhava a um alojamento nos arredores da Capital, de onde em aviões cubanos prosseguiram viagem para Havana (via Islândia e Canadá). Uma vez chegados em Cuba, eram matriculados num Curso de Guerrilhas, de duração aproximada de três meses, de cujo currículo consta "doutrinação política marxista-leninista, tática de guerrilha, conhecimento de explosivos, sabotagens, utilização de armas, conhecimento de socorros de urgência, topografia, orientação e leitura de cartas". Esse centro de instrução acha-se instalado na região de Piñal del Rio. Pelo centro de preparação de guerrilhas da estância de Brizola em Pandó, Uruguai, passaram os seguintes elementos capturados na região de Caparaó: Amadeu Felipe, Jelcy, Araken, Amaranto, Hermes, Gregório e Capitani.

## 5. Conclusão

Procuramos mostrar, resumidamente, o que foi o episódio de Caparaó. Em síntese, um "abôto de guerrilha", incapaz de irrom-

per-se, contido na sua própria hibridez e espuriedade, repellido pelo próprio ambiente onde tentou se implantar. De nada valeu

Frequenteram o curso de guerrilhas em Cuba, dos acima citados, os seguintes: Amaranto, Gregório, Capitani, Hermes e Castro, além de outros cujos nomes não apareceram no "affaire" Caparaó. O retorno dos elementos adestrados em Cuba se fez pelo mesmo itinerário de ida, isto é, Havana—Praga—Paris—Montevideu. Daí os futuros guerrilheiros foram infiltrados no Brasil, um a um, viajando geralmente de ônibus, portando identidades e documentos falsos, inclusive carteiras do Ministério do Trabalho, preparadas em Montevideu e Praga.

Cumprê destacar que, segundo os depoimentos de alguns dos enviados para o adestramento em Cuba, foi o próprio Leonel Brizola quem lhes entregou as quantias em dólares destinadas às despesas de viagem de Montevideu a Praga, de onde tomariam um avião cubano para Havana.

O "esquema de subversão internacional", acima resumido, revela a abundância de dinheiro, de recursos materiais, de organização, levantados pelo comunismo, no intento criminoso de ensanguentar o Brasil, e mostra, também, o grau de comprometimento de nossos exilados no Uruguai e na França, nessa trama de traição nacional, a serviço de governos totalitários.

per-se, contido na sua própria hibridez e espuriedade, repellido pelo próprio ambiente onde tentou se implantar. De nada valeu



a magnitude de recursos empenhados na "estufa clandestina" que procurou, em vão, alimentar êsse raquítico rebento. A pretendida guerrilha de Caparaó morreu sufocada pela completa falta de receptividade que encontrou no meio em que deveria nascer. Durante os quatro meses que permaneceu na Serra, viveu êsse grupo sempre acuado e escondido e, por mais que procurasse, jamais vislumbrou nem um singular gesto de adesão, ou pelo menos de simpatia, de um só habitante da região.

Foi incapaz de iludir a população sertaneja, que logo suspeitou das intenções e propósitos antinacionais dêsse grupo e prestou às autoridades militares e policiais o mais espontâneo e decidido apoio.

Assim, feneceu a quase-guerrilha de Caparaó, pela mesma razão que anteriormente morreu no nascedouro a sua antecessora, a aventura do ex-Coronel Jefferson Cardim em 1965 no Rio Grande do Sul, por sua incapacidade de concretizar o 1º mandamento da guerrilha — conquistar o apoio ou, pelo menos, a simpatia da população civil da região onde se instalara.

Entretanto, a incapacidade de nossos quase-guerrilheiros de Caparaó e a desqualificação de seus mentores brasileiros exilados no Uruguai e França, hoje transformados em submissos e bem remunerados serviçais de Fidel Castro, não deve arredar-nos do propósito de enfatizar, na sua verdadeira dimensão, a hediondez do crime de traição nacional intentado por êsse grupo de patricios

nossos, cuja mente e coração foram completamente corroídos pelo veneno do materialismo pagão, criminoso, violento e sem pátria.

É bom que o nosso povo saiba quem são êsses "nacionalistas" e "patriotas"; êsses "salvadores" que se cevam no dinheiro cubano; que pensam e agem segundo os interesses de Havana, Pequim ou Moscou; que iniciavam as suas reuniões nos altos picos de Caparaó, não com o pensamento voltado para o Brasil mas fazendo uma profissão de fé marxista-leninista; que encerravam suas reuniões, não cantando o Hino Nacional, mas entoando entusiasticamente a Internacional; que se inspiravam, não na mirada ao nosso altaneiro auri-verde pendão, mas numa insultuosa deformação comunista de nossa Bandeira e, afinal, cuja concepção de solidariedade humana não lhes impediu de abrigar, no âmago da mente cretinizada e do coração endurecido, o plano sinistro e desumano de fazer explodir e incendiar as pequenas localidades habitadas por gente pobre, situadas nas vertentes da Serra de Caparaó, para assim produzir o impacto inicial, capaz de manter a Nação em "suspense" desde o momento escolhido para o desencadeamento de sua criminoso ação.

A vigilância do Exército, apoiado, eficientemente, pela nossa destemida FAB, e contando com a ajuda decidida e eficaz da adestrada Polícia Militar de Minas Gerais e da valorosa Polícia Militar do Espírito Santo, destruiu, na sua origem, mais êsse atentado à tranqüilidade de nossas populações e ao progresso do País.



# *'BANDEIRA NACIONAL' DO GRUPO ARMADO DE CAPARAÓ*

DESGRAÇADO: GORILIZADO

ESMORALIZADO  
AMERICANALHADO

PROSTITUIDO  
DOMINADO  
DESDENADO  
VA DO SEU  
AVILTADO  
VIOLENTO  
SILÊNCIADO  
ESPOLIZADO  
S

LIGARQUIZADO

OPRIMIDO: MILITARIZADO



Uma vez mais, o Exército Brasileiro, presente na sua sagrada missão de garantir a Segurança Nacional e assim propiciar as condições básicas para o almejado Desenvolvimento Nacional, vem provar aos maus compatriotas

que o crime de traição nacional não compensa, mesmo quando perpetrado com poderosa ajuda externa.

(Transcrito do Boletim de Relações Públicas do Exército).



## A DEFESA NACIONAL

### ASSINATURAS

Qualquer pessoa categorizada ou entidade civil pode tomar assinatura desta Revista, que se sentirá prestigiada com isto.

Para fazê-lo, bastará comunicar-se com a Secretaria da Revista, indicando nome e endereço (para remessa) e enviando cheque ou vale postal correspondente à assinatura desejada (anual — NCr\$ 2,50).





## HISTÓRIAS DA POLÍTICA E DA GUERRA

Com a devida vênia transcrevemos este artigo publicado na "Revista Militar" de Portugal, n. 12 de Dez 1964.

SERZEDELO COELHO  
Ten-Cel

*"É a alma que ganha as batalhas e as ganhará sempre, como as venceu em tôdas as épocas históricas. A espiritualidade da Guerra não se alterou. As mecânicas, as armas, tôda a maquinaria inventada pelo Homem e pela sua ciência não modificarão essa constante, hoje tão desprezada, que se chama alma humana."*

D'AUREVILLY

O interesse sempre vivo e sempre apaixonante dos problemas da Política e da Guerra nas suas relações mútuas deriva do conteúdo essencialmente humano das duas atividades. A sua dependência do binômio indissociável espírito-matéria imprime aos problemas, como característica fundamental, a falibilidade nas previsões e nas soluções. A análise, subordinada a princípios imutáveis, a fatores, e a servidões conhecidas — os dados — limita-se a estabelecer hipóteses. O problema é uma função de múltiplas variáveis — no tempo e no espaço — cujo domínio é indeterminado ou mal definido. As soluções pejadas de lógica, os dogmas, as receitas — arquitetadas na beatitude dos gabinetes ou no altar da cátedra — enfermam da algidez da matéria inerte. Ignoram, não vivem a realidade, abstraem do Homem: das suas paixões, da sua formação, da sua cultura, dos seus defeitos e das suas qualidades, da fragilidade



e da força da sua condição. A doutrina, o plano, as hipóteses são gerados na simbiose da experiência do Passado com a incógnita do Futuro. Entre estes dois estádios, de interpretação subjetiva, desenvolve-se um processo evolutivo complexo, sempre incerto, sujeito a imprevistos da mais variada natureza. A Providência não concedeu aos Homens o dom de adivinhar os sucessos de que são comparsas e muitas vezes os autores. Na véspera das batalhas, na vigília angustiante da hora decisiva, os comandantes das Legiões, ferramenta ao serviço da política de Roma, mandavam imolar aos Deuses e aguardavam contritos os augúrios lidos pelos sacerdotes nas entranhas das vítimas. Hoje não se fazem sacrifícios sanguinolentos — os Deuses evoluíram — mas reza-se uma prece e evoca-se a proteção divina. O Homem não pode escapar às leis naturais. A Guerra é um jogo que não se ganha sem arriscar. A inteligência, no seu mais elevado significado, racionaliza o risco e os perigos a correr. O risco é “calculado”. Mas o conteúdo humano da Guerra coloca-a na dependência de fatores inesperados e indeterminados. *“A Guerra é um ato de violência praticado com o objetivo de obrigar o inimigo a executar a nossa vontade”* (Clausewitz). A Guerra é um conflito de vontades: Como aferi-las? Cocomo compará-las? As unidades de medida são desconhecidas. Napoleão reuniu na mesma personalidade o político e o guerreiro. O general Bonaparte — usufrutuário inteligente da forma tomada pela Guerra em consequência da explosão sentimental provocada pela Revolução — arrancou o político da modesta casa de Ajácio e colocou-o no trono de S. Luís de França. Em 1812, o soldado-político, chefe de Guerra experimentado, não soube dar o justo valor à vontade de resistir do jovem e inexperiente Alexandre, nem à teimosia do velho Kutusof representante fiel do patriotismo do povo russo. Só quando o clarão sinistro das labaredas do incêndio de Moscou iluminou as janelas sombrias do Kremlin, Napoleão deve ter compreendido que seus planos estavam errados, Hitler, “cocktail” de político, de soldado e de vidente, gritou de indignação em face da resistência da Grã-Bretanha, depois das horas amargas da retirada de Dunquerque. Classificou a firmeza do povo inglês, personificada em Churchill, de “absurda” e de “estúpida”. Mais do que a Mancha valeu à Grã-Bretanha o não ter aceito a derrota.

Uma situação de Guerra não surge súbitamente sem ligação com ações anteriormente praticadas. A Guerra é consequência e continuação de um processo de relações entre Estados. Tem origem em antagonismos antigos, atenuados ou agravados, mas sempre latentes no espaço e no tempo. As causas próximas ou imediatas nem sempre são lógicas, nem justificadas. Dão origem à decisão política, já amadurecida, de fazer a Guerra. A Diplomacia, a arte de convencer sem recorrer à violência sob a forma cinética — a ameaça potencial é normal — nem sempre permite atingir os fins que a Política ambiciona. Desencadeada a Guerra, decorre o problema das suas relações com a Política. Na teoria a questão é supérflua. É incontroversa a noção da obediência da Guerra à Política. À Política cabe a concepção do conjunto e a condução da estratégia correspondente, isto é, da estratégia global. *É a Política que confere personalidade à Guerra.* O guerreiro deve subordinar-se, respeitar a



orientação política estabelecida e integrar os seus planos e a estratégia militar nos planos e na estratégia gerais.

*"A Guerra deve subordinar-se às intenções políticas. Por sua vez, a Política deve ter em consideração e deve saber adaptar-se aos meios disponíveis"* (Clausewitz). Dêste princípio infere-se para uma dada situação de Guerra a existência de uma resultante ideal que é função do vetor político e do vetor militar. Da conjugação equilibrada dos dois vetores, do seu valor, direção, sentido e ponto de aplicação depende o efeito produzido pela resultante. São de admitir duas situações extremas: O sistema no qual o vetor político se reduz a um mínimo e os elementos da resultante são função quase exclusiva do vetor militar; o sistema desequilibrado a favor do vetor político com prejuízo, por excesso ou por defeito, do vetor militar. Ao primeiro sistema corresponde a Guerra cuja condição é entregue ao guerreiro com abdicação por parte do político. Ao segundo sistema corresponde a Guerra conduzida exclusivamente pelo político com limitação ou transbordando as possibilidades dos meios militares. Entre êstes dois pólos situam-se a maioria das formas tomadas pela Guerra.

Como exemplo do primeiro sistema definido — subordinação da orientação do conjunto, ou da estratégia geral, ao guerreiro — pode tomar-se a condução do conflito de 1939-45 pelos E. U. A. e pelos seus Aliados Ocidentais. Numa certa fase da luta, os Aliados concretizaram a sua estratégia global no objetivo "exclusivo" de destruir por completo as Fôrças Armadas alemãs. A esta finalidade foi emprestada a significação política com a fórmula "rendição incondicional". Aceita esta concepção, os E. U. A. e os seus Aliados Ocidentais alienaram tôdas as possibilidades de manobra política. A estratégia global dos ocidentais subordinou-se à estratégia do guerreiro.

Na apreciação do conjunto da situação não foram — ou não puderam ser considerados — o fim político e um fator essencial:

- A situação futura gerada pela vitória militar, situação que devia ser, em princípio, politicamente favorável aos interesses dos ocidentais (objetivo político sem o qual a vitória não seria vitória).
- A natureza das alianças.

Os aliados de "sempre", a Grã-Bretanha e a França, foram colocados em condições de igualdade, senão de inferioridade, em relação ao aliado "ocasional" ou "forçado" pelas circunstâncias: U. R. S. S. A Política não previu, não pôde ou não quis atentar no fato, evidente, de que a U. R. S. S. era um inimigo potencial: o futuro adversário (constante geopolítica).

A escolha da região da Europa onde devia ser aberta a segunda frente não parece ter obedecido a quaisquer servidões políticas atinentes a uma Paz vantajosa em relação ao Aliado ocasional.

Do lado russo, a condução da Guerra foi mais equilibrada e nunca perdeu de vista os objetivos políticos a atingir com a vitória quando



esta começou a tomar corpo. No Extremo Oriente a U.R.S.S. soube recolher vantagens substanciais da vitória militar dos E.U.A. sobre o Japão.

O emprêgo da arma atômica pelos E.U.A. para apressar a derrota do Japão — já agonizante — com o choque moral da destruição súbita das cidades de Hiroxima e de Nagasaki, causando a morte e estropiando milhares de indivíduos, foi uma decisão precipitada, exigida pelo guerreiro, de conseqüências e de reflexos — pelo menos psicologicamente — desfavoráveis. As bombas não evitaram a intervenção da União Soviética.

Os E.U.A. subornaram a condução política da Guerra aos fins militares a atingir. A estratégia militar fez a lei. A vitória não atingiu os fins políticos em vista. A Alemanha foi substituída, no concôrto mundial, pela potência com mais afinidades com o regime nazista não só nos métodos e na brutalidade, como também no desprêzo absoluto pelas liberdades e pela dignidade individuais. Os princípios e os ideais pelos quais os E.U.A. se bateram não triunfaram.

Em junho de 1950, a Coréia do Norte atacou de surpresa a República de Syngman Rhee. Algumas horas depois a situação era trágica: Combatia-se às portas de Seul. Os E.U.A., a coberto da ONU, intervieram em socorro da Coréia do Sul. A Política subordinou a condução da Guerra à servidão de *"não se efetuar nenhuma ação militar susceptível de provocar o alastramento do conflito"*. MacArthur ficou impossibilitado de destruir as forças inimigas que eram abastecidas e mantidas, em homens e em material, pela República Popular da China. Nem sequer o objetivo definido pela ONU — a unificação das duas Coréias — foi atingido. Em 1951, os E.U.A. fizeram a Paz e foi restabelecida a linha fronteira anterior. A China, de Mao-Tsé-Tung, ganhou prestígio externo por ter resistido com êxito à mais poderosa potência mundial: os E.U.A. As servidões que a Política ditou à Guerra impediram a vitória. A Guerra teve um caráter exclusivamente político; militarmente levou a um beco sem saída. A Política recusou-se a abranger o conjunto da situação. Não era possível aniquilar a Coréia do Norte sem admitir a hipótese, muito provável, de uma reação da República Popular da China e até da U.R.S.S. O exemplo ilustra a segunda situação limite que referimos. A Política definira como objetivo principal *"impedir a expansão do comunismo"* mas transformou este objetivo em objetivo *"secundário"* ao impor a servidão da *"limitação"* da Guerra. Esta *"limitação"* passou a ser o objetivo fundamental. A situação atual no Vietnam é muito semelhante à observada na Coréia. *"Se a Política exige da Guerra, o que ela pode dar, está a agir contra os seus princípios, isto é, desconhece o instrumento que vai utilizar e as condições da sua utilização proveitosa"* — (Clausewitz).

Como dissemos, entre os dois limites extremos: à Guerra, visando apenas a destruição total das Forças do adversário e à Guerra frustrada pelas limitações políticas, cabe a maioria dos conflitos conhecidos, apreciados à luz dos fins a atingir e dos meios militares disponíveis. A His-



tória de Portugal anota um exemplo de raro equilíbrio. É — a nosso ver — a situação, ou sistema, que consolidou sentimental e politicamente a Pátria portuguesa no quadro peninsular. A resultante foi Aljubarrota. A transformação nas estruturas política, econômica e social caldeou e generalizou o sentimento da nacionalidade. O Mestre de Aviz deu personalidade política à vontade da Nação :

“O homem e a hora são um só quando Deus faz e a história é feita” (F. Pessoa, I, “Mensagem”).

D. Nuno Álvares Pereira — o guerreiro — foi intérprete que soube transpor para o campo de batalha e soube aplicar com inteligência as forças sentimentais libertadas:

“Ergue a luz da tua espada para a estrada se ver” (F. Pessoa, IV, “Mensagem”).

O Povo, o Rei, o Guerreiro deram-se as mãos integrados no mesmo interesse comum, simples, bem definido. Fidalgos, burgueses, vilões — grandes e humildes — amalgamaram-se na infantaria que venceu a batalha. Tudo se conjugou harmoniosamente.

Na nossa História contemporânea avulta indelével a figura excepcional de soldado que foi Mousinho. Iguala-se na envergadura moral, no misticismo e no desprezo pelos bens materiais, à personalidade de D. Nuno Álvares Pereira. Ambos deixam o Mundo dos Homens uma vez cumprida a sua missão. Mas, com Mousinho, deu-se o conflito irredutível entre o guerreiro e o político. O caráter ímpar da sua forte personalidade não era integrável nas estruturas e nas gentes da época em que viveu.

A apreciação e a comparação de forças carece de sentido se não incluir o estudo complexo e incerto do valor dos condutores da Política, dos chefes da Guerra, dos sistemas que servem e das relações entre eles.

Em 1940, a Itália entrou na Guerra com uma força armada cujo valor real estava muito aquém do clamor tonitroante das tubas da Propaganda oficial. A Política, numa apreciação errada e precipitada do conjunto da situação, pretendeu colher os frutos amadurecidos pela rápida e pela brilhante vitória do seu aliado — a Alemanha — sobre a França. A resistência inesperada da Grã-Bretanha alterou o curso do conflito. A intervenção americana e a campanha da Rússia não tinham sido previstas. A Política fez da Guerra um “bluffe” dissimulado pela fisionomia e pelas ameaças truescas do Duce. O tempo e a realidade ridicularizaram-nas. A Política não dispunha de instrumentos, nem numa estrutura nacional suficientemente sólida, para se empenhar numa luta de tão grande envergadura.

São raros os chefes militares que introduziram inovações de relevo na arte da Guerra. As novidades são muito mais freqüentes na tática do que na estratégia embora haja muitas vezes ligação entre umas e outras. O que se passa com a Guerra sucede também com os outros ramos da atividade humana. Mas a Guerra tem contra si o fato de os



fenômenos inerentes não poderem ser provocados e estudados no laboratório. As manobras e os exercícios são excelentes para treino e para aplicação da tática e da técnica. Mas, por maior verdade que se lhes queira imprimir falta-lhes sempre o inimigo real — que não poupa. Carecem do *clima psicológico*, das condições sempre diferentes, inesperadas e fortuitas geradas pela própria Guerra numa reação em cadeia impossível de prever. As grandes criações — se é lícito chamar-lhes assim — na arte da Guerra correspondem às épocas de apogeu na História dos Povos e são fruto da especulação e do trabalho intelectual de uma chefe mais dotado: A sua personalidade é moldada por um período ou sistema histórico. Como todas as artes, a Guerra recebe a inspiração, o fluxo criador, “*das condições políticas, sociais, econômicas da época em que se deflagra*” (Clausewitz). É influenciada por múltiplos fatores de grande diversidade de que o guerreiro de gênio é o intérprete no campo de batalha tal como o escultor talha na pedra uma obra imortal. Napoleão não teria concebido e realizado a primeira campanha de Itália, nem mais tarde Austerlitz, sem a Revolução Francesa. Aljubarrota e o Mosteiro de Santa Maria da Vitória não teriam sido possíveis sem a revolução política, econômica e social que alterou a vida portuguesa e libertou novas forças criadoras: São obras de arte cujo valor e cuja originalidade assinalam a etapa mais brilhante da História de Portugal. Canas e Austerlitz são também obras-primas da arte da Guerra. Numa e noutra o poder criador da inteligência conceptual do guerreiro foi o agente que as tornou resistentes ao tempo e as imortalizou. A técnica e a tática são variáveis permanentes; a concepção intelectual, produto do espírito, mantém a pureza original sem se alterar. Tanemberga, em agosto de 1914, foi uma das edições contemporâneas mais completas da Itália, parafraseou Alexandre que recomendava a “marcha com tropas divididas e a sua concentração para a batalha”.

Quando a desproporção de forças entre os contendores é muito acentuada, a Política não pode exigir à Guerra a solução rápida e vitoriosa do problema. Pode, marcar ao guerreiro os objetivos de não se deixar bater e de ganhar tempo. A estratégia global tem o fim político de cansar o adversário e desgastar a sua vontade de prosseguir a luta. Entretanto, sobretudo se o antagonista é uma coligação, existem quase linhas de menor resistência, prováveis linhas de fratura, cuja exploração pode alterar favoravelmente a situação do conjunto. Este processo de conduzir a Guerra exige meios militares de boa qualidade, bem treinados, com bom moral e comandados por chefes decididos e capazes. A “qualidade” deve suprir, dentro do possível, a “quantidade” dos meios do adversário. Na Guerra dos Sete Anos, Frederico II, o Grande, adotou esta estratégia para fazer frente à coligação que ameaçava a Prússia. O rei-soldado explorou com inteligência a superior qualidade das suas forças e a incapacidade do inimigo. A manobra rápida, por linhas interiores, a originalidade da tática — a ordem oblíqua — deram-lhe as saborosas vitórias de Rossbach e de Leuten; mas as batalhas seguintes de Zorndorf, Horkkirch, Kunersdorf e Maxen desgastaram profundamente



as suas forças. Em 1760, a situação não tinha nada de brilhante mas o tempo fôra ganho e um acaso — a morte da Tzarina Isabel — fêz subir ao trono da Rússia Pedro III, velho admirador de Frederico, que promoveu a Paz. A estratégia de Frederico teve êxito apesar de todos os riscos que implicava. O sucesso foi possível devido à fraqueza política característica das coligações, às qualidades excepcionais do rei-soldado e ao excelente instrumento militar à sua disposição.

A Guerra de 1939-45 apresenta um exemplo de estratégia semelhante mas sem êxito. Um Estado, com um potencial de Guerra muito inferior — o Japão — ataca outro Estado com um poder nitidamente superior — os E.U.A. Os objetivos da estratégia nipônica foram os seguintes:

- Conquista da superioridade de forças no teatro de operações (ataque a Pearl Harbour);
- Conquista rápida dos objetivos indispensáveis ao domínio do teatro de operações e à obtenção de matérias-primas necessárias para a continuação da Guerra;
- Manutenção das posições conquistadas e prolongamento da luta até ao limite da resistência.

O fim político em vista parece ter sido ganhar tempo e *perder* até fadigar e amolecer o adversário, quebrar-lhe a vontade de lutar e levá-lo a assinar uma *paz de compromisso*. A ser assim, a estratégia japonesa deve ter tido origem numa apreciação subjetiva de uma variável de natureza psicológica: a capacidade de resistência moral dos americanos na derrota brutal e a sua vontade de reagir e de lutar. Se foi assim, os políticos e os chefes militares japoneses enganaram-se redondamente. No erro deve ter tido forte influência a forma de governo adotada tradicionalmente pelos americanos e o descrédito em que o sistema era tido na época. Os êxitos obtidos pelos alemães na Europa exerceram certamente um efeito concorrente no erro de apreciação. Este erro comprometeu o sucesso obtido de início. A galopada das forças japonesas até aos limites das águas australianas foi impressionante. Mas o reverso da medalha revelou a falta de senso dos dirigentes nipônicos ao fundamentarem a hipótese de vitória em dados subjetivos sem atentarem na desproporção das forças em presença. Aos E.U.A. foram suficientes pouco mais de 3 anos para aniquilar a totalidade da frota mercante japonesa e isolar nas posições conquistadas as guarnições nipônicas. A partir desse momento o Japão tinha perdido a Guerra. As bombas de Hiroxima e de Nagasaki, lançadas com o Japão "in articulus mortis", foram um alarde de meios muito mais de acordo com a maneira de ser dos americanos do que a renúncia, fundamento da concepção política dos dirigentes nipônicos.

A História é um alfobre de surpresas; de julgamentos e decisões acertadas, discutíveis ou erradas dos políticos e dos guerreiros. O tão celebrado Estado-Maior Alemão, herdeiro das tradições militares prussianas legadas por Frederico, o "Grande", não pôde enjeitar a sua res-



ponsabilidade na derrota de 1918. Apesar dessa experiência dolorosa, esse mesmo Estado-Maior, de valor indiscutível, não soube, ou não pôde, evitar o desastre de 1945. Na Primeira Guerra Mundial o Estado-Maior Imperial decidiu utilizar a arma submarina sem quaisquer limitações. A decisão foi com certeza pensada e amadurecida. No entanto, a ação indiscriminada dos submarinos alemães foi a causa próxima da entrada dos E.U.A. na Guerra. Os ataques indiscriminados à navegação não impediram, nem retardaram, a chegada do corpo expedicionário americano à França. O fato teve repercussões materiais e psicológicas da maior importância. Vinte e poucos anos depois os E.U.A. desencadearam no Pacífico uma operação do mesmo gênero, contra a navegação japonesa. Enquanto em 1917 a guerra submarina foi tida pelos E.U.A. como uma "violação do Direito Internacional", em 1941 não houve quaisquer escrúpulos em a praticar. Não há acerto na decisão do Estado-Maior Alemão em 1917; nem a posição assumida pelos E.U.A., nessa época, se coaduna com a utilização que fez da arma submarina na Segunda Guerra Mundial.

A coexistência da Política e da Guerra — do todo e da parte — não se verifica sem atritos. A fricção produz perdas de energia capazes, consoante a sua gravidade, de afetarem o equilíbrio do sistema e de comprometerem. O político e o guerreiro são homens de formação diferentes. Nem tôdas as formas de Guerra favorecem um entendimento espontâneo, recíproco, nascido de um interesse comum caldeado pela inteligência e fundamentado em princípios superiores e intangíveis. *"Não é possível elaborar nenhum dos planos gerais de Guerra sem ter um conhecimento íntimo da situação política; quando se comenta, como sucede tantas vezes, a influência nefasta da Política na conduta da Guerra, critica-se na realidade um fato muito diferente daquele que se pretende verberar. Não é a influência, mas a Política em si mesma, que se deve incriminar. Se a Política é acertada, isto é, se está em conformidade com os seus fins, a sua influência na Guerra só pode ser benéfica; mas se não corresponde aos fins, a Política está errada"* (Clausewitz). De março a princípios de maio de 1954 feriu-se numa aldeia da Indochina uma batalha dura e sangrenta. A povoação — nó de comunicações importante — chama-se Dien Bien Phu. Os franceses que se bateram com heroicidade foram derrotados pelo Vietminh. Dien Bien Phu localiza-se no Norte da Indochina, junto da fronteira do Laos, sensivelmente a meio de uma vasta planície encaixada num círculo de altas montanhas. Os franceses, devido à configuração do terreno, chamam-lhe "le pot de chambre". O comando francês resolveu estabelecer ali um campo entrincheirado com o objetivo de barrar às forças de Giap o caminho do Laos. Esta decisão foi tomada em obediência ao fim político de evitar a perda daquela região que tinha interesse militar secundário. Entretanto, na Europa, organizava-se a conferência de Genebra — fato que o comando francês desconhecia. A situação política engendrada em Paris modificou os dados iniciais determinantes da ocupação de Dien Bien Phu. Para o Vietminh era da maior importância apresentar nas negociações um *êxito militar de relêvo*. A presença dos franceses em Dien Bien Phu, a configuração do terreno



extremamente favorável ao atacante, a proximidade da fronteira com a República Popular da China, a cobertura do terreno adjacente, facilitavam extremamente a concentração, o cêrco e o ataque. A manutenção da ocupação a todo o custo favoreceu os fins políticos visados pelo inimigo. O erro foi fruto de uma Política inconseqüente e da falta de reação oportuna por parte do Comando francês. *“Se a Guerra deve corresponder integralmente às instruções políticas e se a Política se deve adaptar aos seus erros com a desculpa de uma ordem recebida do seu soberano ou do seu ministro quando qualquer deles está longe de teatro de operações, que conhece mal, ou ignora a evolução da situação. Qualquer general em chefe que executa um plano que considera deficiente ou errado é culpado; deve apresentar as suas razões, insistir para que o plano seja alterado, pedir até a sua demissão, mas não deve apressar-se a ser o instrumento da ruína do seu exército”* (Clausewitz).

O desastre de Dien Bien Phu tem sido motivo de polêmica entre o político e o guerreiro. Cada um pretende assacar ao outro a responsabilidade da derrota. *“Na Guerra um general em chefe não pode cobrir os seus erros com a desculpa de uma ordem recebida do seu soberano ou do seu ministro quando qualquer deles está longe de teatro de operações, que conhece mal, ou ignora a evolução da situação. Qualquer general em chefe que executa um plano que considera deficiente ou errado é culpado; deve apresentar as suas razões, insistir para que o plano seja alterado, pedir até a sua demissão, mas não deve apressar-se a ser o instrumento da ruína do seu exército”* (Napoleão — “Máximas e Pensamentos”).

A Política nem sempre simpatiza com o guerreiro — um mal necessário: na última conflagração mundial, durante a campanha da Rússia, Stalin não gostou da popularidade alcançada por alguns chefes militares. Uma das vítimas foi o marechal Zukov. Depois da vitória conquistada na batalha de Moscou, foi-lhe retirado o comando da frente. Só mais tarde recebeu o encargo de um novo comando de relêvo. Pouco tempo depois do fim da Guerra foi enviado para uma região militar de importância secundária. Stalin, a propósito de uma remodelação de comandos, disse: *“A unidade estratégica das operações foi restabelecida sem favorecer os bonapartistas”*.

O guerreiro, afeito à forma canônica da Guerra, imbuído de uma doutrina, mecanizado numa técnica e numa tática, conservador devido às características e à ética profissionais, não se adapta com facilidade às inovações profundas, nem se sente à vontade — “como o peixe está na água” (1) — quando são abalados ou alterados radicalmente os parâmetros do quadro geral da batalha. O fenômeno não é novo: ressalta, por exemplo, na análise das reações dos adversários dos Exércitos franceses em 1797. A França foi invadida, por todas as fronteiras pelos melhores Exércitos europeus da época. Era lógico admitir uma derrota estrondosa. Sucedeu exatamente o contrário: os adversários da França mostraram-se incapazes de assimilarem a forma de Guerra gerada pela Revolução e levaram anos até compreenderem e conseguirem aplicar a estratégia e a tática dos chefes dos Exércitos franceses. A surpresa foi total.

(1) Mao-Tsé-Tung — “A estratégia e a tática da Guerra Revolucionária”.



Em Aljubarrota, os orgulhosos feudais — produto de uma estrutura em decomposição — ficaram cegos, alucinados, em estado de estuporação; não podiam compreender “aquela” nova forma de guerrear e muito menos a verdadeira natureza das forças que lhes abateu a garimpa: ao caírem derrotados das montadas tombavam numa terra onde morria o feudo e nascia a Pátria.

*“Na Guerra os acontecimentos inesperados, bons ou maus, produzem maior efeito quanto maior fôr a surpresa provocada” (Xenofonte).*

Em seguida às 1ª e 2ª Guerras Mundiais tem eclodido no nosso planeta, aqui e acolá, com a sintomatologia de um surto epidêmico, cada vez com mais intensidade, uma série de agressões cujas características específicas, de ordem geral, permitem classificá-las numa mesma família; muito se tem escrito sobre o tema: nem por isso há acôrdo na nomenclatura mais conforme à identificação desta forma particular de agressão. Uns adotam os termos “guerra revolucionária”; outros preferem as designações mais modestas de “guerra subversiva”, “subversão”, etc. Seja como fôr trata-se de uma “agressão” conduzida por processos e por métodos *fora do habitual*. A novidade, ou a surpresa, está na sistematização e na metodologia técnico-tática. O processo evolutivo — muito heterogêneo e nem sempre completo — apresenta várias metamorfoses entre o incipiente estado larvar e o estado adulto de “guerra”. Os caracteres específicos dependem de inúmeros fatores muito variáveis de estrutura para estrutura. As oscilações apresentam valores profundos: é erro grave pretender comparar a patologia observada num dado caso com os sintomas revelados noutros e deduzir uma profilaxia ou uma terapêutica standardizadas. Cada caso clínico, adentro das características gerais do mal, tem de ser tratado especificamente. Preferimos designar o morbo pelo termo genérico ‘subversão’. Os chineses, há milênios, já conheciam o vírus e serviam-se dele com êxito — Sun-Tzu fez a sua apologia (“Regras da Arte Militar”). Nos nossos dias foi Lenine o cultor que lhe deu sujeito e verbo — numa doutrina coerente — e concretizou o complemento direto técnico-tático. Mao-Tsé-Tung impregnou-o da inteligência sutil, da perfídia e da paciência orientais. Os exemplos da revolução russa e da revolução chinesa são de antologia. A transplantação para outras latitudes e outras gentes não é praticável sem adaptação nem sempre fácil de executar.

A “subversão” é um coquetel de “persuasão” e de “violência” misturados em doses estudadas. A violência pode ser utilizada em várias gradações; desde o ato isolado de terrorismo, ou de sabotagem, à guerrilha e até, em casos excepcionais, à Guerra com efetivos e armamento importantes. A “subversão” tem um objetivo político: a substituição do “Poder” legalmente estabelecido por outro “Poder”. É, por consequência, um instrumento ao serviço da Política.



A função "subversão = f (persuasão, violência)" é integrável na Guerra. O seu limite, quando a variável "violência" toma o valor máximo, é a Guerra. As características que lhe dão personalidade distinta são:

- Não procura obter a decisão, isto é, atingir os fins políticos que se propõe, pela força das armas.
- É incompatível com as regras de Direito geralmente aceitas. A Guerra obedece a normas jurídicas — variáveis com época histórica — que lhe emprestam legalidade. A "subversão" não se subordina, não respeita e contraria qualquer construção jurídica. É ilegal (1). Esta característica embebe-a de um atrativo de mistério; converte-a em atividade subterrânea; dá-lhe como lugar geométrico a clandestinidade.
- A fraqueza aparente, que se traduz por uma esmagadora desproporção de forças em relação aos meios à disposição do Poder legal.
- O desencadeamento e a condução por uma pequena minoria — sempre com o apoio de um ou mais Estados — em geral a partir de um País limítrofe do País agredido.
- O Estado que concede a "base de apoio" costuma chamar-se "santuário".
- A importância que concede ao fator ou variável psicológica (Propaganda).
- A orientação da estratégia global no sentido de conquistar o sucesso político sem ter obtido a vitória militar.
- A economia com meios reduzidos, muitas vezes até improvisados, obriga o adversário a empregar efetivos e meios importantes e dispendiosos.

O vírus da subversão, para se desenvolver e para se multiplicar, necessita do caldo de cultura. Não só no meio específico a contaminar como também no âmbito internacional onde não pode dispensar pontos de apoio. Neste aspecto, a subversão é favorecida por um fenômeno ou constante do panorama do mundo atual: O Direito Internacional, "fundado na soberania e na igualdade dos Estados", não é respeitado — ou está ultrapassado (?). As chamadas grandes potências são as primeiras a intervir dissimulada ou abertamente nos negócios internos dos outros Estados. A U.R.S.S., por exemplo, defende os princípios de soberania e igualdade dos Estados, mantém relações diplomáticas com esse fundamento mas não se coíbe de fomentar e organizar a subversão interna nos Estados com os quais tem relações. Por fim, a ONU, fiel depositária dos princípios de convivência internacional, legaliza o processo e reconhece oficiosamente a "subversão".

---

(1) A asserção, embora seja correta, não corresponde à realidade. A ONU não considera a "subversão" como uma agressão — quer na forma psicológica (Propaganda), quer na forma violenta (terrorismo, sabotadores, etc.). O termo "agressão" é reservado para o caso de um Estado violar as fronteiras de outro Estado com tropas regulares.



A "subversão", na grande maioria dos casos, não tem meios suficientes para conferir à variável "violência" valor capaz de alcançar a vitória.

A proposição decorre da enorme desproporção entre as forças em presença. Por consequência, a "subversão" não atribui àquela variável um valor decisivo. A missão atribuída à "violência" consiste em obrigar o adversário a empenhar efetivos e meios, furtando-se a choques frontais: manter a insegurança, no espaço e no tempo, sem se deixar bater. Qual é o objetivo? Cansar e amolecer; quebrar a vontade de lutar do adversário; sujeitá-lo a encargos de toda a espécie. Na "subversão" a "violência" concorre para o fim político mas não é o fator decisivo. Há exemplos de "subversões" que alcançaram a vitória política *sem terem triunfado militarmente*.

Se analisarmos o problema no sentido inverso apuram-se para a função "contra-subversão" — das mesmas variáveis da função "subversão" — valores que só serão positivos, isto é, capazes de assegurarem o êxito, quando à variável independente "violência" forem atribuídos valores tão elevados quanto possível. O efeito será tanto maior quanto maior for o acréscimo da "violência" no binômio dimensional espaço-tempo. Para a "subversão" é suficiente *não perder*. A "contra-subversão" *tem que vencer*. Quando se atribui à violência um valor secundário a asserção está certa no domínio da função "subversão". No domínio da função "contra-subversão" a afirmação é um erro. Não devem daqui induzir-se valores nulos ou negativos para a variável "persuasão". Mas o acréscimo deve estar na razão direta do "sucesso" — *comprovado* — da "violência". Não esqueçamos o drama da Hungria quando da revolta contra o governo comunista de Imre Nagy.

Para a U.R.S.S., a luta do povo húngaro por uma independência de fato, luta que não foi fomentada por "agitadores", nem por "minorias" vindas do exterior, era "subversão". A "contra-subversão" foi executada com a maior "violência", brutalmente, até ao esmagamento total. A U.R.S.S. seguiu a máxima de Maquiavel: "*Para o Rei é preferível, muitas, muitas vezes, ser temido a ser amado*". A "Persuasão" só foi realizada mais tarde. A União Soviética que refinou o vírus da subversão deve conhecer muito bem o antídoto e a forma de o aplicar.

Dissemos que a condução política da Guerra se não for adequada, pode constranger e até, em certos casos, frustrar o guerreiro. Ora o esforço da "subversão" exerce-se, em especial, no campo político-psicológico. A "violência" é o entretém, o apoio, da ação político-psicológica. Sem continuidade no espaço e no tempo, tem por objetivo manter o "clima" de insegurança, de dúvida e de incerteza. Não arrisca; adota a tática de "bate e foge". Os recontros têm, quase sempre, a curta duração do premir o gatilho e fazer uma rajada. Não há frente. Não há retaguarda. O inimigo não está em parte alguma e está em toda a parte. Sob a fisionomia pacífica e inexpressiva do homem que se cruza no caminho pode estar o sabotador, o terrorista ou o agitador. A norma é a



punhalada desferida nas costas. Na “subversão” não há convenções jurídicas ou morais. A luta é um combate sem lei e sem elevação moral. Não respeita as mulheres, nem os velhos, nem as crianças. Não faz prisioneiros. Os mortos não escapam: os cadáveres são mutilados. O ambiente é a antítese da Guerra tal como o guerreiro a entende no mais alto e digno significado. A “subversão” é um estado híbrido, anômalo e corrupto. *“Corromper tudo quanto o inimigo tem de melhor; manter ligações secretas com os indivíduos de baixa moral e multiplicar o número destes. Confundir o poder constituído, semear as dissensões, provocar a indisciplina, explorar todos os motivos de descontentamento; proceder de maneira que os soldados nunca estejam onde devem estar: ausentes quando devem estar presentes, em descanso quando o seu lugar é na linha de combate; provocar falsos alarmes e dar falsas informações; explorar a corrupção dos maus funcionários...”* (Sun Tzu).

A adaptação do guerreiro às características da “subversão” põe problemas de ordem psicológica — a mentalização — e de ordem técnico-tática. A contra-subversão, para ser eficiente, tem que libertar-se da canonicidade da Guerra e do pesado processo de documentação, de impedimento e de “relais”. O guerreiro tem de pôr de parte a ética, os procedimentos clássicos: deve combater usando os métodos, a manha, a crueldade, o silêncio, o terror, a sobriedade do adversário. Tem de adotar a tática e a técnica da subversão. Esta imposição pode ser origem de fricção entre a Política e a Guerra; a Política deve criar as condições indispensáveis para a Guerra poder tomar a forma adequada e abandonar os métodos ortodoxos. Se a Política não compreende o conjunto e a natureza do conflito, a Guerra não chega a adquirir uma forma definida. A “contra-subversão” exige como condição do êxito — como a subversão — que o guerreiro esteja, na estrutura a *defender*, “como o peixe está na água”.

\*

As histórias tôscas, mal alinhavadas, sem interesse, contadas sem preocupações de estilo, nem de forma, com erros de apreciação e de análise, muito provavelmente com conclusões pouco acertadas, apenas pretendem focar a dificuldade em conjugar três vetores que nos parecem fundamentais:

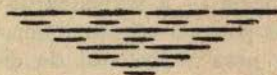
- O vetor político: a bússola do sistema.
- O vetor sentimental ou psicológico, a alma ou força psíquica do sistema — a Nação.
- O vetor técnico — o guerreiro.

Os restantes vetores ou variáveis — e não são poucos — influem, direta ou indiretamente, nos elementos das forças fundamentais. A resistência e a força viva do sistema dependem da conjugação equilibrada de todos eles. Não se trata de uma construção mecânica mas de um orga-



nismo vivo, no qual o espírito consiga extrair e arrancar à matéria a força capaz de suportar e vencer a prova suprema que Deus impõe aos Homens: A Guerra.

*“Sempre que evocarmos Deus e lhe rogamos a vitória não Lhe pedimos para alterar as leis gerais do Universo; isso seria disparate; mas aquelas leis podem conjugar-se de mil maneiras diferentes até a um limite indeterminado. Três homens são mais fortes do que um só: a proposição é incontestável; mas um homem hábil pode aproveitar certas circunstâncias e um só Horácio vencerá três Curiáceos” — Joseph de Maistre.*



## PREÇOS

### ASSINATURA ANUAL

Brasil .....	NCr\$ 2,50
Exterior .....	NCr\$ 10,00

### NÚMERO AVULSO

Último número .....	NCr\$ 0,50
Número atrasado .....	NCr\$ 0,70

**NOTA** — As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do interessado.

— Haverá acréscimo nos preços acima, em caso de registro ou via aérea.

— Estes preços vigoram a partir de Jan 67.



# HERÓIS ANÔNIMOS

Gen

JOSÉ CAMPOS DE ARAGÃO

Poucos brasileiros sabem que, na Amazônia, as nossas fronteiras são balisadas pela presença de pequenos Destacamentos do nosso Exército. Sim, ora são Companhias, ora simples Pelotões. Capitães e tenentes formados na famosa Academia das Agulhas Negras vão ali prestar, pelo menos, dois anos de relevantes serviços. São quase duas dezenas de postos intervalados, às vezes de centenas de quilômetros. Dir-se-ia perdidos nas selvas, onde a clareira em que se localizam está, quase sempre, à margem de um rio ou igarapé. Poucos são os que podem ser atingidos por estradas carroçáveis; a maioria tem a sua ligação efetiva com Manaus apenas por embarcações de pequeno calado, ou por canoas.

Descrever a vida naqueles ermos confins do nosso Brasil daria livros e não simples crônica. Sabe-se lá o que é a monotonia da floresta sempre agressiva e húmida; o que significam as noites escuras com enxames de mosquitos, bezouros e, às vezes, até su-suaranas a deixarem em sobresalto a minúscula localidade; o que significa a proximidade de tribos de índios ainda em estado quase de antropofagia? Tudo isso nada tem de fantasia, realidade no duro. Não têm sido poucas as tentativas de assalto por parte

de silvícolas. Há fase em que, ao anoitecer, os comandantes de pelotão fazem os seus soldados disparar para o ar as suas armas para amedrontá-los. Só a bôca de fogo aterroriza o índio.

Esse conjunto de postos avançados, que tem a denominação de Grupamento de Elementos de Fronteira ou simplesmente GEF, está, presentemente sob as ordens do jovem General Ayrton Tourinho.

Não é difícil compreender-se como são complexos os problemas desse comandante do GEF que tem por sede a cidade de Manaus.

Não sei o que seria daquele punhado de abnegados se não fôsse o excelente apoio que a nossa gloriosa FAB presta com os seus velhos aviões catalinas, principalmente. O Comandante do GEF tem sempre à sua disposição um jovem tenente da aeronáutica com sua tripulação pronta para qualquer emergência.

Poucos dias antes daquele desaparecimento de um dos nossos C-47, na Amazônia, e que tanto consternou a Nação, vivera o Comandante GEF uma aventura que me pareceu interessante aqui contar, a fim de que vejam os brasileiros como é a vida no Grupamento dos Elementos de Fronteira.



De repente, o rádio de um dos postos pede, com urgência, a presença do Comandante do GEF de modo a que um problema de certa importância seja resolvido. O General atende. Toma conhecimento da gravidade da situação. Resolve ir, pessoalmente, ao posto. Chama ao Quartel-General o tenente aviador do catalina e, momentos depois a velha máquina começa a ganhar velocidade no Rio Negro para, depois, alçar-se ao céu. O tempo que inicialmente era bom começa a modificar-se. Na Amazônia é assim, uma tempestade se forma em minutos. Pouco depois o enorme colchão, de nuvens espessas, faz o hidroavião voar quase roçando à copa das árvores. Sentindo que violenta chuva vai se precipitar resolve ganhar altura e em minutos o imenso e infinito mar de nuvens impede por completo a navegação, já que a mesma ali é normalmente baseada nos acidentes geográficos. Como não podia deixar de acontecer o piloto se perde. Assim, durante três longas horas o catalina está voando às cegas. Quando o piloto sente que se aproxima o esgotamento da gasolina comunica ao General que vai tentar furar as nuvens e procurar descer em qualquer rio ou lagoa que encontrar. O General permanece calmo e estimula o aviador: — Tenente o senhor é o comandante da aeronave e sabe o que faz! E quando as nuvens menos densas deixam ver o escuro da floresta, o piloto desce e começa a descortinar, lá

mais adiante, um rio que nem de longe pôde imaginar qual seja e, muito pior, se não é encachoeirado ou se não há toros de madeira flutuantes. Mas o aviador não tem outra alternativa e, acaba sendo feliz na aterisagem. O General suspira a fundo e vai felicitar a tripulação. Depois que os motores param, num bote de borracha dois sargentos vão tentar encontrar um seringueiro, ou um caboclo qualquer, que possa informar em que ponto se encontram. E com tanta sorte que um velho seringueiro pôde com precisão dar a informação.

O tenente faz um ponto no mapa. Tira uma reta sobre o posto da fronteira e determina o novo rumo. Consulta a gasolina. Há apenas essência para uma hora de voo. Pergunta mais uma vez ao General: — Que devo fazer? E, na mesma calma de sempre, o General Torinho sorri e acrescenta: — Só uma cousa nos interessa Tenente, atingir o posto da fronteira e o mais breve possível! Quase incontinente os motores roncam, as águas barrentas do rio vão sendo sulcadas. O hidroavião ganha o céu...

E contando-me essa história, quase de rotina no âmbito do GEF, sem ter, em nenhum momento, tentado dramatizá-la, lamentou o General Tourinho, em tom consternado: — Infelizmente, uma semana depois o nosso radio-telegrafista do Catalina morria, naquela brutal tragédia do C-47 que se espatifou nas selvas...





## EFEMÉRIDES DE ARTILHARIA

### CAMPANHAS DO URUGUAI E PARAGUAI

Gen (Res)  
HEITOR BORGES FORTES

#### OITAVA PARTE (\*)

(1864-1870)

1869

**Agosto — 1** — O 1º CEX (Osório), com a Div Oriental (Gen Castro) e a Div Cel Campos, do Ex Argentino, iniciou seu deslocamento de Pirajú para Paraguari. Compunham esta coluna também as 3ª DI, 3ª DC, reforçada pelo 2º Reg de Cav, 2º Reg Prov A Cav e ala do 1º BAPé (uma bateria de canhões de montanha Whit cal 2 e uma bateria de foguetes).

**2** — Demonstração de fogos nas subidas de Ascurra (pelas forças de Auto Guimarães que estavam em Pirajú, Pedrosa (pelas forças argentinas) e Cabanas (a cargo do Cel Neri, que estava em Taquaral). Da ação em ASCURRA, a cargo do CEX Reserva, conforme instruções enviadas ao Gen Polidoro, participou a ala do 1º BAPé, que estava em Pirajú, com 2 baterias, uma La Hitte cal 4 e outra Whitworth cal 12. Laçaram-se sobre as trincheiras de ASCURRA mais de 400 granadas, sem resposta por parte dos paraguaios.

O 2º CEX (Mal Polidoro) marchou de Taquaral para Paraguari, com a 2ª DC, ala esquerda do 1º RA CAV (4ª, 5ª e 6ª Bía) e Corpo de Pontoneiros, tendo assistido à demonstração de fogos sobre Cabanas (em frente a Pirajú).

**3** — Retirou-se da campanha, por doente, o Mal Polidoro Jordão, sendo substituído interinamente pelo Gen DESIN.

**4** — O 1º CEX acampou perto de Paraguari e a 4 em Mobicuá. O 2º CEX deslocou-se nesta jornada de Pirajú para Paraguari.

**5 — Combate do Desfiladeiro de Sapucaí:** Estando esta posição ocupada por força inimiga, contra ela foram empenhadas elementos do 1º escalão do 1º CEX, dirigidos pessoalmente pelo Conde D'EU, Marechal Vitorino Monteiro e Generais Emilio Luiz Mallet e Henrique Castro (uruguaio). Uma bateria do 2º R PROV A Cav ocupou posição na picada geral e forçou o inimigo a abandonar a posição, com perdas. (T. Fragoso, 4º vol, pág. 258 e mapa).

(\*) Continuação do número de Jul/Agô.



— Neste dia o 1º CEx foi acampar na fazenda Sapucaí e reforços foram enviados à vanguarda do Bribadeiro J. M. Mena Barreto, para Ibitimi (Bda Inf Valporto e uma Brigada Cav).

— O Brigadeiro J. M. Mena Barreto, com sua vanguarda de cavalaria, da qual faz parte a ala do 1º RA Cav, atingiu Ibitimi.

— O 12º BI e Bia Everton Quadros embarcaram no pôrto Jara em navios da Esquadra, com destino a Assunção.

6 — O grosso do Exército Brasileiro (mais Div Oriental) subiu a Cordilheira. Ao atingir a bifurcação de estradas para Valenzuela e Vila Rica, na costa do Arroio Pipucu, o Conde D'Eu determinou ao 1º CEx o envio de uma vanguarda para Valenzuela sob o Comando do Cel Wanderley, com a qual seguiu uma bateria do 2º R PROV A Cav.

— A DC J. M. Mena Barreto e a ala do 1º RA Cav reuniram-se ao Exército em operações.

7 — O Marechal Vitorino Monteiro assumiu o Comando do 2º CEx.

— Ocupação de Valenzuela pelas forças do Conde D'Eu.

8 — Retomada da marcha na direção de Peribebui; acampamento às margens da estrada, em fim de jornada.

9 — Prosseguiu a marcha sobre Peribebui, nova capital paraguaia, acampando o Exército, em fim de jornada, a meia légua da vila.

— O Cel Bueno foi destacado com sua 1ª DC, levando 6 bôcas de fogo (1ª Bia + 1/2 4ª Bia/2º R PROV A CAV) sobre Barreiro Grande, em exploração.

Agosto — 10 — O Exército ocupou posições em torno de Peribebui e sitiou o inimigo aí instalado (Cel Caballero com 1800 homens; dispunha de 19 bôcas de fogo, das quais 13 canhões de calibres 4 a 32, e um morteiro de 12 pol). O 1º CEx (Osório) ocupou as saídas S e SW e o 2º CEx (V. Monteiro) as de SE e E, sendo igualmente ocupadas as estradas para Barreiro Grande e a face N, por forças das três armas. (Bda Wanderley, reforçada).

— Determinou-se a construção de 5 espaldões para artilharia, nas colinas que dominam a vila.

— O Cel Pinheiro Guimarães fez um reconhecimento do caminho para Piraju, passando pelo desfiladeiro de Mobicuá.

— A 1ª DC (com a Art comandada pelo Major JC Rêgo Monteiro) chocou-se com tropa do Cel Vernal, em Barreiro Grande. O inimigo fugiu na direção de Caacupê. Foram enviados reforços à Divisão Bueno que, por se terem tornado desnecessários, regressaram ao sítio de Peribebui, com eles vindo a 1ª Bia/2º R Prov a Cav (Cap Bezerra Cavalcanti).

Agosto — 11 — Terminada a construção dos 5 espaldões, foram nêles instaladas as baterias, ficando as 3 da direita debaixo da di-



reção do Brig Emílio Mallet, e as 2 da esquerda comandadas pelo Cel Gama Lôbo D'Eça (Diário do Exército, 11 Agô 69).

Nas posições do 1º CEx foram dispostas: 4 peças de campanha e 4 de montanha do 2º Reg Prov, com o Cap Mourão Pinheiro; 1 divisão de foguetes à-congreve, do 1º BAPé; 4 canhões Whitwort de montanha, cal 2, do 1º BAPé, e 4 canhões de montanha La Hitte de 4, do 2º R Prov, sob o comando do Major Francisco Antonio de Moura.

A outra divisão de Bia foguetes do 1º BAPé (Cap Nicolau Carneiro da Fontoura) operou no 2º CEx.

Na posição da direita do 2º CEx foi instalada a 6ª Bateria (Cap Leite de Castro — 4 canhões LH 4) do 1º RA Cav; na do centro, sob o comando do Cap Bernardo Vasques, a 2ª Bateria, reforçada com uma divisão (2 peças) do 1º RA Cav.

Na da esquerda instalaram-se 14 peças do 1º RA Cav, sob a direção do Major Thomaz Teodosio Gonçalves (eram três baterias e uma divisão (2p) da 3ª).

Com as forças enviadas pelo Cel Bueno, vindas de Barreiro Grande e que participarão da batalha do dia seguinte, regressou a 1ª Bateria do 2º R Prov (Cap Bezerra Cavalcanti).

11/12 — O Destacamento Emílio Mitre (CEx Reserva) rompeu do vale do Piraju e tomou, na manhã de 12. o reduto de Altos, ação em que se destacou a vanguarda comandada pelo Cel Camilo Mercio.

#### 12 — Batalha de Peribebuí :

“Dispostas as tropas, decidiu o Príncipe (Conde D'Eu) tomar de assalto a Capital Paraguuaia, no d'a 12, e pela manhã, ordenou um forte bombardeamento às trincheiras e à Vila”. As 6 horas da manhã rompeu o bombardeio. O nevoeiro intenso causado pelo fogo de nossos canhões não permitiu que se descobrisse logo a posição. As 7,30 dissipou-se a cerração. As 8,30 cessou o bombardeio e do Comando-em-Chefe partiu o toque de “avançar”. Nossa infantaria arrojou-se aos objetivos, respondendo com a fuzilaria de seus atiradores à metralha dos artilheiros paraguaios.

— “A posição é atacada por três lados: — Ao N a Brigada Wanderley e o batalhão de engenheiros; a leste os argentinos (Div Campos), e ao S os 1º e 2º CEx. Em menos de 20 minutos acha-se a nossa frente na contra-escarpa da trincheira. Os engenheiros entulham o fôssco. A Bandeira do 23º de voluntários (Maj Augusto R. Chaves) é a primeira que tremula, fincada no pára-peito inimigo. Os nossos soldados penetram por todos os lados. A vila é nossa”. (Jourdan, pág. 205). Segundo Tasso Fragoso, o saliente mais oriental do entrincheiramento de Peribebuí foi o objetivo do 2º CEx (Vitorino Monteir), setor em que atuou o 1º RA CAV; suas



baterias ficaram sob proteção da Divisão Oriental (Gen Castro) e de um BI.

— O 1º CEx formou as duas colunas da esquerda, e suas unidades, guiadas por Osório e João Manuel, integradas pelas brigadas Deodoro (8ª). Valporto (2ª) e Lourenço de Araújo (6ª), atiraram-se impávidas contra as trincheiras e nesta ocasião foi o Brigadeiro Mena Barreto mortalmente ferido. Quanto à cavalaria, colocada toda no flanco esquerdo, cobrindo parcialmente a direção de Ascurra, por onde se receava a vinda de reforços paraguaios, foi empenhada sob o comando do Brigadeiro Câmara, envolvendo a posição por noroeste. Ao norte operaram duas colunas, comandadas pelo Conde D'Eu; à direita as 4ª Bda Inf (Cel Wanderley) e 1ª Bda Inf (Cel Pereira de Carvalho), e à esquerda a Divisão Argentina (Cel Luiz Maria Campos). Cobria-lhes a retaguarda e o flanco direito a 3ª LC (Vasco Alves), reduzida a uma Brigada.

A 1ª LC (Cel Bueno) atingiu o campo de batalha pela estrada de Barreiro Grande, no intervalo entre o 2º CEx e as forças do Conde D'Eu, mandando avançar em 1º escalão a 7ª Bda Cav (Cel Bento Martins) com a divisão da 4ª Bia/2: RA Cav (Cap Barbosa), a qual não só completou o cerco de Peribebui, como impediu a fuga de inúmeros paraguaios pela estrada em que marchara.

— Como prês de Guerra, apossamo-nos de toda a artilharia inimiga e de 12 bandeiras. As perdas aliadas foram em número de 499, sendo mortos 8 oficiais e 45 praças; feridos 46 oficiais e 324 praças, e contusos 15 oficiais e 61 praças (inclusive 15 mortos e 96 feridos ou contusos, argentinos).

**Agosto — 13** — Iniciou-se a exploração em busca das últimas forças já assinaladas, que acompanhavam Lopez. A 1ª DC Cel Bueno) tornou a marchar sobre Barreiro Grande e com ela 2 bôcas de fogo. O Conde D'Eu seguiu com o 1º CEx (agora comandado pelo Brig José Luiz Mena Barreto), para Caacupê. Com êle seguiram o 2º R Prov A Cav, reforçado com as duas Bias do 1º BAPé. Na mesma direção marcharia o 2º CEx (V. Monteiro), depois de deixar convenientemente guarnecida a posição de Peribebui, com êle seguindo o 1º RA Cav.

**Agosto — 14** — O General Osório retirou-se para Assunção, por doente.

**14 (à tarde)** — O Conde D'Eu foi informado, por um emissário do Cel Bueno, do rumo tomado por Lopez e seus seguidores.

**15** — O 2º CEx recebeu ordem de contra-marchar para Peribebui e tomar o rumo de Barreiro Grande, precedido pela DC Gen Câmara, esta devendo forçar seus movimentos e tomar a frente do inimigo. Com a DC do Gen Câmara seguiu uma ala do 1º RA Cav, e no grosso do 2º CEx a outra ala. Comandava o Regimento o Cel Severiano da Fonseca.



— O 1º CEx (José Luiz Mena Barreto) atingiu Caacupê, que ocupou.

16 — De madrugada, o 1º CEx avançou na direção de Caraguatai, em busca das tropas paraguaias, que foram alcançadas depois de duas léguas de marcha forçada, pela Cav da Vanguarda 3ª DC (Brig Vasco Alves).

— Enquanto isto, o 2º CEx marchava no mesmo rumo, por Barreiro Grande, numa estrada paralela àqueia, precedido pelas DC Gen Câmara e Cel Bueno, com uma ala do 1º RA Cav.

### BATALHA DE CAMPO GRANDE (NHUGUASSU)

16 — Travada nos passos dos arroios Juqueri e Peribebui, sôbre a estrada que liga Caacupê—picada de Caaguijuru—Caraguatai, contra as forças de Caballero, foi superiormente dirigida pelo Conde D'Eu, Comandante-Chefe do Exército Brasileiro, que nela empenhou a maior parte de suas forças. Enquanto o 1º CEx (Com o qual se achava o Conde D'Eu) atacou o inimigo postado no passo do arroio Juqueri, com a vanguarda, e logo em seguida com o grosso da coluna, o 2º CEx levava sua Vanguarda (LC do Gen Câmara) até a picada de Caaguijuru, bloqueando-a tenazmente, sob os fogos da ala esquerda do 1º RA Cav (Maj Theodósio Gonçalves), para em seguida encaminhar diversas brigadas de Cavalaria e Infantaria, no rumo do passo de Peribebui, por onde o inimigo tentava escapar. Tomadas assim entre dois fogos, foram as tropas de Caballero esmagadas, deixando em nosso poder grande parte do carretame. Somente escaparam os elementos que já haviam transposto, na véspera, a picada de Caaguijuru, fugindo para Caraguatai, precedidas por Lopez e sua comitiva.

Durou a Batalha cinco horas e meia. Em ambos os Corpos de Exército destacaram-se vários Comandantes de Brigadas em seus rápidos deslocamentos sôbre o inimigo, sob a proteção dos fogos das baterias de seus Regimentos correspondentes. No 1º CEx, a bateria Mourão Pinheiro, do 2º RA Cav, teve papel de destaque acompanhando a brigada Valporto, no engajamento diante do Passo; e a bateria B. Cavalcante foi com a Bda Deodoro fazer o prolongamento do flanco N e o envolvimento da direita inimiga, enquanto o restante da unidade (reforçada pelas duas baterias do 1º BAP, ala Major Moura) protegia o grosso empenhado frontalmente no passo. Comandava a artilharia o Cel Gama Lôbo D'Eça.

No 2º CEx foram encaminhados sôbre o inimigo, em sua nova posição no passo do Peribebui, e sob as ordens dos Generais Resin e Mallet, substanciais reforços à Bda Cav Chananeco (que dispunha de duas bocas de fogo), que o havia localizado. Foram elementos das brigadas Sabino (9ª), Augusto Silva (3ª Bda Inf), Pereira de Carvalho (1ª Bda Inf), e toda a 10ª Bda Inf (Cel Hermes



da Fonseca), com oito bôcas de fogo do 1º RA Cav (2ª e 3ª baterias, sob o comando do Cap Bernardo Vasques). Mais tarde foram enviados elementos da 10ª Bda Cav (Silva Tavares), e observando a posição da picada do Caaquijuru ficaram as restantes unidades do 2º CEx, prontas a atuar nesta direção ou na do passo do Peribebui.

Perdas brasileiras: — mortos, 5 oficiais e 21 praças; feridos, 32 oficiais e 227 praças, — total 323 homens fora de combate. (Tasso Fragoso, pág. 293 (\*). Os paraguaios perderam cerca de 3.000 homens e entregaram 23 bôcas de fogo, muitas bandeiras e 42 cartuchos de munição.

#### Consumo de Munição de Artilharia:

— Diz Gama Lôbo D'Eça que o 2º R Prov a Cav deu perto de 1.700 tiros e uma de suas peças de campanha arrebitou inopinadamente. A ala esquerda do 1º RA Cav (4ª, 5ª e 6ª Bta) atirou contra a boca da picada de Caaquijuru 683 granadas e 3 lanternaes. A bateria Vasques (2ª/1º RA Cav) deu 41 tiros.

Agosto — 17 — O Exército Brasileiro, sob o comando do Conde D'Eu, acampou no próprio local da batalha de Campo Grande, para descanso, ficando o 2º CEx em Pindoti, fronteira à boca da picada de Caaquijuru, vigiando o inimigo.

— Chegou o CEx de Reserva (Gen Emilio Mitre), formado do Exército Argentino e da tropa do Brig Auto Guimarães — (uma Di, 2 RC e 18 bôcas de fogo; cerca de 7.000 homens, segundo o Diário do Exército). Com esta estavam o 4º CPA (12 canhões La Hitte de 4) e uma bateria do 1º BAPé (6 canhões Whitworth de 12, de montanha).

#### NOTA ESPECIAL N. 12

a) De acôrdo com as instruções de 30 de julho de 1369, do Comandante-Chefe do Exército Brasileiro, estabeleceu-se a seguinte repartição da artilharia, para a subida das Cordilheiras:

— Com a flanco-guarda do Gen JM Mena Barreto: ala direita (1ª, 2ª e 3ª baterias) do 1º RA Cav (12 canhões La Hitte de 4).

— Com o 1º CEx, do Gen Osório: 2º R Provisório Art a Cavalo (4 baterias — 16 canhões LH 4) e ala do 1º BAPé, formada por uma bateria de 4 canhões Whitworth de montanha (em dorso de muros) calibre 2, e uma bateria de foguetes à-congreve.

— Com o 2º CEx, do Mal Polidoro: ala esquerda (4ª, 5ª e 6ª baterias) do 1º RA Cav, ficando determinado que o Brig Mallet, Comandante Geral da Artilharia, marcharia com o 1º CEx.

(\*) Continuação do n. de Jul/Agô.



— Permaneciam no vale do Piraju, em condições de marchar às ordens do Brig José Auto da Silva Guimarães: 4º Corpo Provisório de Artilharia, parte guarnecendo Areguá (370 homens), parte em Taquaral, com 3 bateriais (12 canhões de montanha La Hitte 4), e ala do 1º BAPé — guarnecendo o reduto de Piraju, formada por uma bateria de 6 canhões La Hitte de 4 e uma bateria de 6 canhões Whitworth, de montanha, de 12.

— Em Assunção achava-se o 3º BAPé, com a tropa de guarnição, e em Luque um depósito, sob a guarda de elementos do 4º CPA.

b) Tôda a artilharia atribuída aos 1º e 2º CEx pelas instruções acima mencionadas estêve presente nas batalhas de Peribebuí e Campo Grande, travadas em 12 e 16 de agôsto. principais ações da Campanha das Cordilheiras.

Diz o Gen Tasso Fragoso, no 4º Vol de sua "História da Guerra entre a Tríplíce Aliança e o Paraguai" (pág. 267), quanto à artilharia presente em Peribebuí: "O General Emillo Mallet, Comandante Geral da Artilharia, declara que havia 24 bôcas de fogo do 1º Regimento a Cavalo, 19 do 2º Provisório, 4 peças e 4 estativas do 1º BAPé. Total: 47 peças e 4 estativas. Entre as peças contavam-se, pelo menos, 8 de montanha".

c) Quanto à artilharia atribuída ao Corpo de Exército de Reserva, formada de argentinos e brasileiro, consistia em 18 peças, isto é, 3 baterias de 4 canhões de montanha, La Hitte de 4, do 4º CPA, e uma bateria de 6 canhões Whitworth, cal 12, de montanha, do 1º BAPé. Não tomou parte nas batalhas de Peribebuí e Campo Grande. Permaneceram nas bases de operações: em Piraju, ala do 1º BAPé, comandada pelo Maj Manuel Pereira Júnior; em Areguá. 4º CPA (379 homens), com o Maj Clarindo de Queiroz; e em Assunção o 3º BAPé, com o Ten-Cel Nolasco da Cunha.

(Continua)

---

(\*) Excelente descrição da batalha de Campo Grande encontra-se no 4º vol de História da Guerra da Tríplíce Aliança e o Paraguai, pelo Gen Tasso Fragoso. Ver também o Diário do Exército.

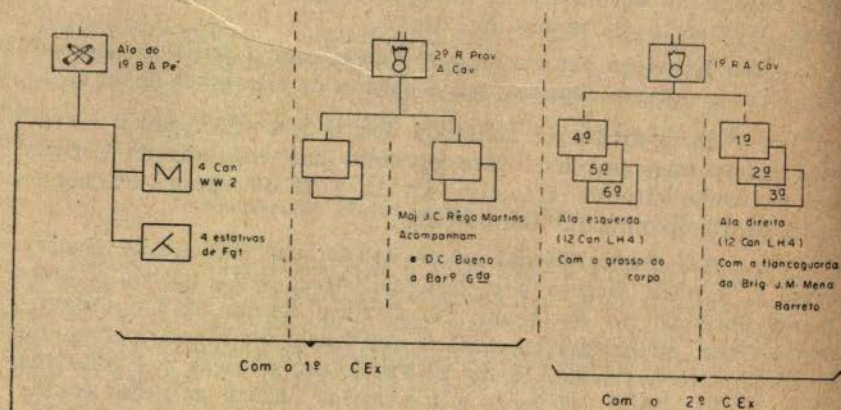


## SUBIDA DAS CORDILHEIRAS

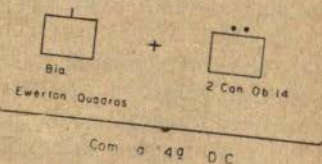
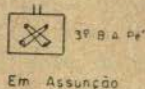
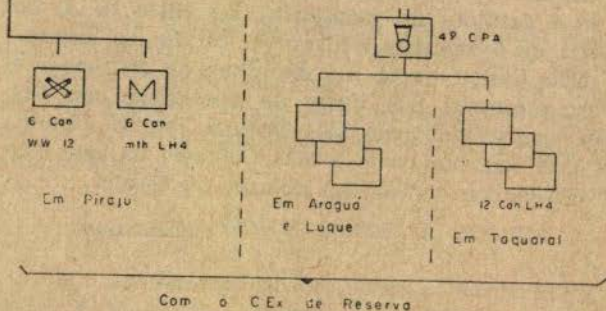
Q. 1

## REPARTIÇÃO DA ARTILHARIA

(segundo as Instruções de 30 Jul 69)



## NO VALE DO PIRAJU:

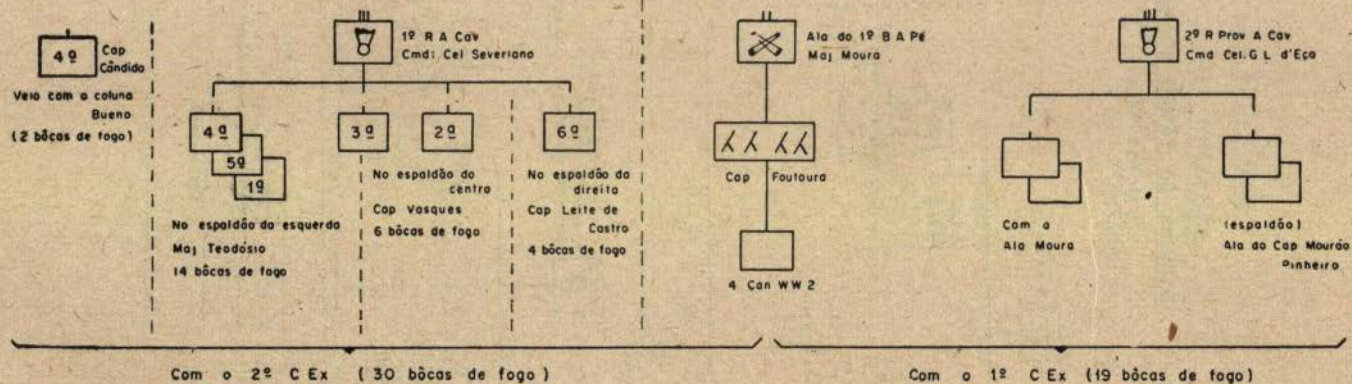




Q. 2

**BATALHA DE PERIBEBUI**

- 12 AGO 69 -

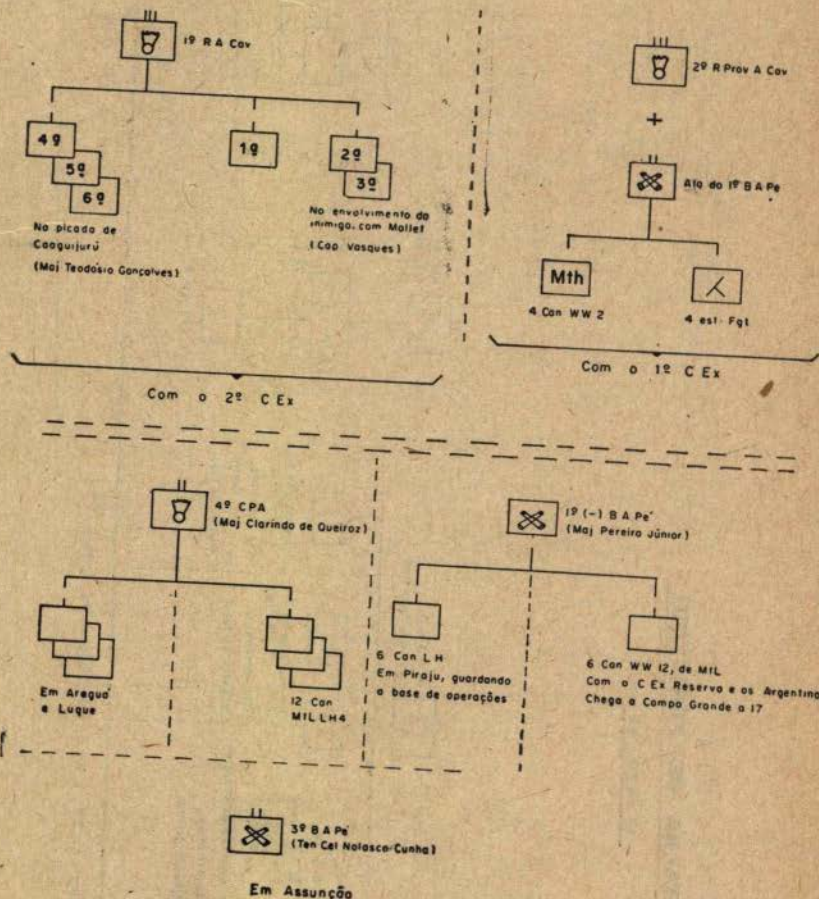




## BATALHA DE CAMPO GRANDE

- 16 Ago 69 -

Q.3

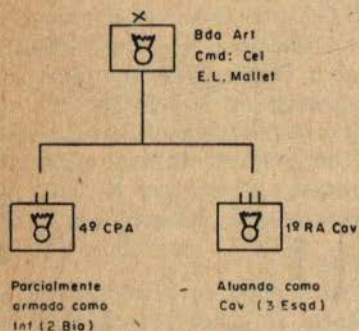




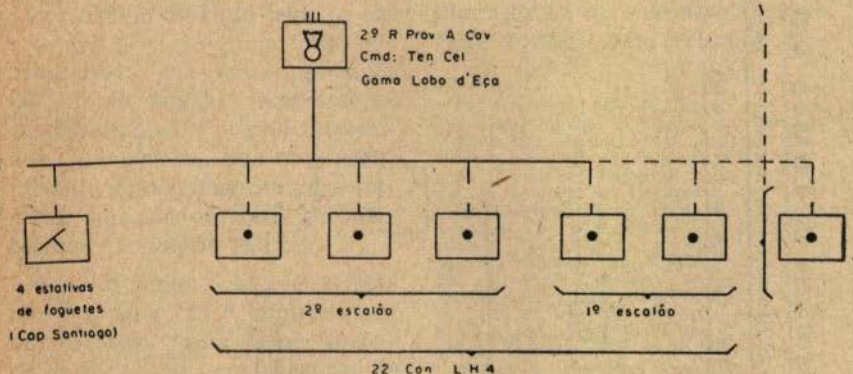
Q.1

OPERAÇÕES DO DIA 21 DEZ 1868ATAQUE À POSIÇÃO DO PIKISIRI:

- PELA FRENTE:



- PELA RETAGUARDA:

RECONHECIMENTO A VIVA FÔRÇA DA  
POSIÇÃO DE LOMAS:

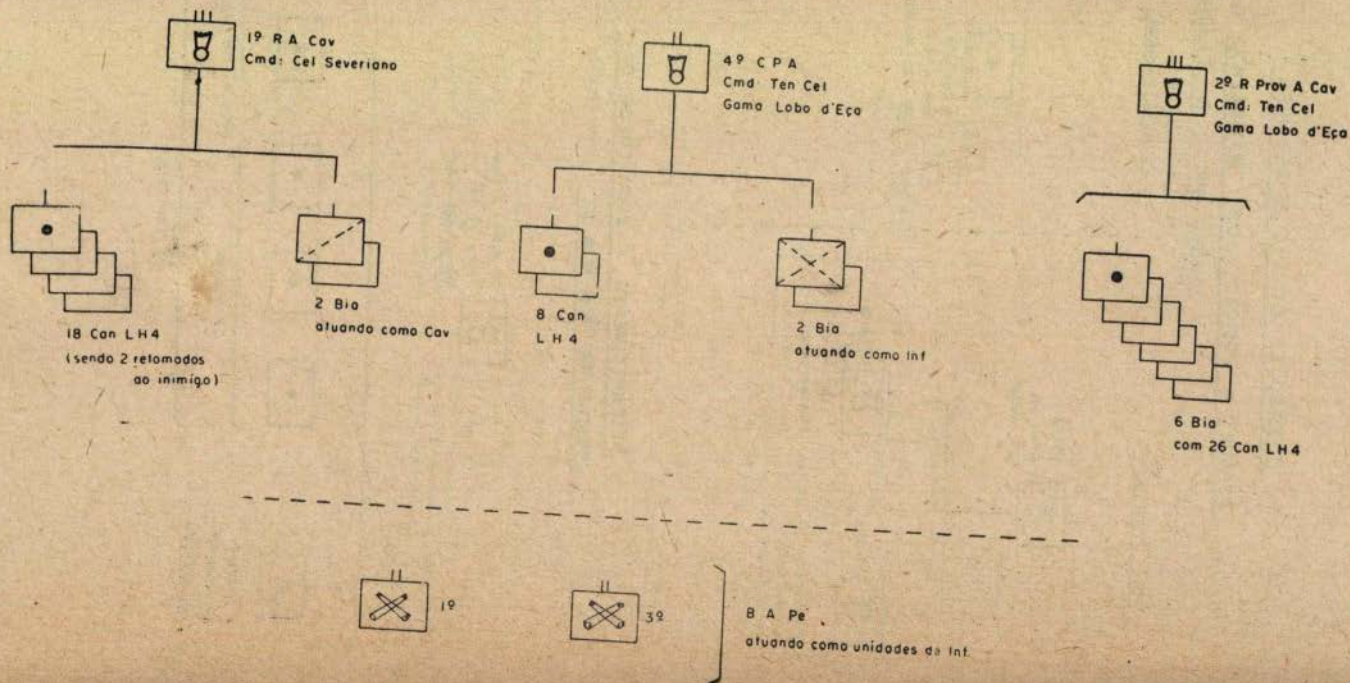


**BATALHA DE LOMAS VALENTINAS**  
**ARTILHARIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO**

Cmd. Cel. Emilio Luiz Mallet

— 25 / 27 DEZ 68.

Q. 2





# A PROBLEMÁTICA DO MAGISTÉRIO DO EXÉRCITO

JOSÉ DENIZARD MACEDO DE ALCANTARA (\*)  
Professor do Colégio Militar de Fortaleza

É notícia corrente no seio do professorado militar que os altos escalões do ensino cogtam da elaboração de uma nova lei orgânica para o magistério do Exército. A ser verdade o fato, é indiscutível que foi relegado a segundo plano e suspensa a tramitação legal do Projeto de Lei n. 3.667-A, em via de aprovação final pelo Senado, o qual visava idêntico objetivo.

A ocorrência só pode merecer os aplausos de todos os interessados nos problemas do sistema de ensino mantido pelo Exército, dada a sua importância e significação. Supomos que assim se procura atualizar as normas jurídicas que regem o magistério do Exército, reorganizando-o em bases mais modernas, desde que o seu último diploma legal, o conhecido Decreto-lei n. 103, de 23-12-1937, está mais perempto pelas sucessivas modificações constitucionais e legais introduzidas na espécie, que o desfiguraram e desatualizaram por completo, gerando um caos prejudicial ao magistério militar.

Como afirmou o Marechal Mário Travassos, só o conhecimento histórico "vale como verdadeira chave para compreensão de uma série de fenômenos que ainda persistem nos cursos das escolas militares de nossos dias" (Carta-Prefácio em Cel. Adail-

ton Pirassununga — "O Ensino Militar no Brasil"). Temos pois um conjunto de coisas e instituições que permanecem no ensino e no magistério do Exército, sem mais razão de ser, apenas pela força da inércia e o impacto da rotina.

Com efeito, certas normas institucionais ainda perdurantes remontam a tempos prístinos. Consignemos, como ilustração, a norma do Decreto-lei citado que fixa um professor catedrático e dois adjuntos para cada disciplina: ela figura por igual nos Estatutos da Real Academia de Artilharia, Fortificações e Desenho da Cidade do Rio de Janeiro, de 21 de dezembro de 1792, fundada por D. Luiz de Castro, 2º Conde de Resende, como também na Carta Régia de 4 de dezembro de 1810, editada pelo Príncipe Re-

---

(\*) NOTA DA REDAÇÃO — O Professor José Denizard Macedo de Alcantara é Bacharel em Ciências Contábeis e Doutor em Ciências Econômicas. Professor Catedrático de Geografia Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará e Vice-Reitor para Assuntos Culturais da mesma Universidade. Professor de História do Brasil da Faculdade Católica de Filosofia e do Magistério do Exército (Ex-CELF e CMF, desde 1944). Sócio efetivo do Instituto do Ceará e da Sociedade Cearense de Geografia e História.

Vogal do Conselho Estadual de Cultura do Ceará. Participou do 1º Seminário de Ensino do Exército e em bancas examinadoras para catedrático nas Universidades Federais do Ceará e do Recife. Autor de vários ensaios sobre assuntos históricos, geográficos, sociológicos e educacionais.



gente D. João, que criou a Real Academia Militar. Apenas designa o catedrático por "lente", e os dois adjuntos são intitulados de "substitutos" ou "coadjuvantes".

Aliás, a referida Carta Régia atribuía aos primeiros professores militares do Brasil "todos os privilégios, indultos e franquias que têm e gozam os lentes da Universidade de Coimbra" e que "serão todos havidos como membros da Faculdade de Matemática existente na dita Universidade". Procede dessa matriz a equiparação de que sempre usufruíram os professores do ensino militar ao professorado de ensino superior do País, inclusive em vencimentos, condição esta que só recentemente perderam em parte pelas últimas leis que regularam os proventos dos servidores civis e militares da União.

A presença de civis no magistério do Exército data, também, dos seus primeiros dias no Brasil e, entre outros, honrou-o com a sua presença um dos mais eminentes estadistas do império, o insigne Visconde do Rio Branco. Parece ter sido o primeiro professor civil Joaquim Inácio de Lima, nomeado em 1808 para lecionar Geometria, na aula que funcionava no Regimento de Artilharia da Praça do Recife, onde o Governador e Capitão-General D. Tomás de Melo fundou uma Academia Militar em 1788, o qual professor foi transferido em 1812 para a Real Academia da Marinha, do Rio de Janeiro. É de 6 de julho de 1810 a nomeação do médico Dr. Daniel Gardener para lecionar Química na antiga academia, criada pelo

Conde de Resende, e logo aproveitado na nova academia, instituída pela Regente. Para esta foi designado a ensinar História Natural o ilustre franciscano Frei José da Costa e Azevedo, graduado em Coimbra, antigo Diretor do famoso Seminário de Olinda, Diretor do Museu Real, atual Museu Nacional, que foi transferido para a Cadeira de Mineralogia, em 1818.

Outro exemplo do caráter obsoleto do remanescente Decreto-lei n. 103 é o caso do professor catedrático, cuja figura é ali conceituada de maneira diametralmente oposta ao estabelecido na posterior Constituição de 13 de setembro de 1946. Para o Decreto-lei invocado, catedrático significa o chefe, o supervisor dos docentes de uma determinada disciplina. Para a Constituição Federal, catedrático é o professor que logrou conquistar o seu cargo mediante concurso de títulos e provas, na forma dos arts. 168-VI e 187.

Cogitando-se de traçar uma disciplina jurídica para o magistério do Exército, nada mais louvável que o novo estatuto tenha o escopo elevado de modernizar a organização do professorado militar, não apenas atendendo ao interesse peculiar dos seus componentes, mas sobretudo não perdendo de vista a meta de dotar o ensino do Exército de um excelente magistério, norteado e seguro por uma justa e sábia legislação, especialmente compatível com a realidade sócio-educacional do momento histórico.

Segue-se a estrita conveniência de ouvir previamente os in-



interessados na questão, sobretudo os comandos dos estabelecimentos de ensino e os professores, cuja experiência funcional e vivência diuturna autorizam a fornecer sugestões valiosas que permitam superar a dubiedade e insegurança de deveres e direitos que assistem aos membros do magistério do Exército, freqüentemente extravasadas em lides judiciárias, oriundas da confusão dos dispositivos legais que regem o seu status e, quase sempre, elaborados por quem se encontra alheio aos problemas do magistério e da sua realidade específica.

Uma nova lei orgânica para o magistério deve ser o fruto do estudo coordenado do assunto para o que se requer um conjunto de técnicos de diferentes categorias: o oficial de Estado-Maior, o professor, o jurista, o pedagogo e o técnico de pessoal, para citar apenas os principais. É essencial, porém, que o grupo de trabalho assim constituído conceda audiência aos interessados para se enriquecer com novos dados, visando uma solução legítima.

Admitimos ser esta uma oportunidade magnífica para resolução dos nossos problemas. Como pitorescamente assinalou um observador do assunto, a impressão delineada no espírito da classe é que as diretrizes, seguidas no presente, em relação ao problema estão assentadas sobre três premissas irreais e desprovidas de objetividade: a) a docência constitui uma profissão desidiosa e privilegiada; b) há perfeita facilidade em obter bons professores;

c) tudo no ensino é da responsabilidade exclusiva do mestre.

É evidente que este enfoque da questão somente seria admissível se houvesse um divórcio total da realidade brasileira em matéria de educação, constituindo o aceite de um ponto de vista que desvincula o sistema de ensino militar do quadro objetivo das condições pedagógicas do País, em cuja moldura ele deve ser considerado para uma melhor compreensão de suas necessidades, sob pena racionarmos no espaço lunar sobre questões terrenas. Impõe-se, pois, um retrospecto sumário da evolução do sistema brasileiro de ensino e, particularmente, do magistério nacional, embora com as servidões próprias a qualquer observador.

#### A EVOLUÇÃO DO ENSINO E DO MAGISTÉRIO

A partir de 1930, assistimos a maior transformação pedagógica do Brasil, pela invasão da massa no ensino secundário, enxergando no mesmo um instrumento de ascensão sócio-econômica, geradora de uma multiplicação imprevista e acelerada da rede escolar. Tínhamos, então, menos de uma centena de estabelecimentos secundários contando 30 mil alunos. Hoje, 35 anos passados, andamos pela casa das 5 mil unidades de ensino médio com mais de um milhão de alunos. Crescimento desordenado, mas nem por isso menos pujante e acelerado, criando novas e difíceis equações para a educação nacional.

Fato análogo registramos no ensino superior. Em 1930, poucas



dezenas de Faculdades isoladas, restritas aos cursos de Engenharia, Medicina, Direito, Agronomia, Farmácia, Odontologia e mais nada. Hoje, dezenas de Universidades e centenas de Faculdades isoladas com milhares de alunos e espalhadas em todos os quadrantes do território pátrio. Existem cerca de 40 ou 50 modalidades de cursos superiores para graduação, com currículos definidos pelo Conselho Federal de Educação. O caso do Ceará é bem típico: em 1955, na instalação da sua Universidade, funcionavam aqui seis cursos superiores; hoje, decorrido apenas um decênio, a oferta é de 24 cursos superiores, exatamente quatro vezes mais em dez anos.

É lógico que um crescimento dinâmico e acelerado da rede escolar exige um ritmo proporcional no preparo e na formação quantitativa e qualitativa do magistério, para atender o aumento da demanda de novos professores, imposto pelas condições sobrevindas, sob o risco de entrarmos em deficit da força de trabalho disponível, constituindo-se mais um ponto onde se estrangula o desenvolvimento educacional.

Infelizmente, porém, é impossível conciliar de chofre, as duas necessidades antagônicas, pela sua própria natureza, pois, só o tempo permitirá vencer gradativamente o obstáculo, como coordenada básica do problema.

Um novo estabelecimento de ensino médio ou superior pode ser instalado em poucos meses, precária ou satisfatoriamente, conforme o montante dos recur-

sos materiais disponíveis. Mas a formação de um professor é feita lentamente em anos de estudo, de dedicação e experiência. Podemos instalar uma escola em quinze dias, com material pré-fabricado, mas ainda não se inventou um processo que transforme o inexperiente em mestre em igual período de tempo.

A disparidade no ritmo evolutivo das duas faces do problema cria um dos aspectos mais dramáticos da nossa educação, gerando uma crise que perdurará ainda por longos anos. Somente quando a rede escolar brasileira atingir o ponto ótimo pelo atendimento total das necessidades nacionais, entrando então num ritmo lento de crescimento, e persistindo a formação de professores no ritmo máximo que fôr possível, poderemos cobrir a distancia entre a oferta e a procura, aproximando-se do equilíbrio desejável.

Como o magistério não pode crescer em quantidade e qualidade na mesma cadência com que se expande a rede escolar, é manifesto que os dirigentes dos sistemas e unidades do ensino são obrigados a recorrer a mestres improvisados e inexperientes para atender o irresistível impulso da rede escolar, tornado irreversível pela pressão dos fatores sociais. Por esta conjuntura excepcional e quanto a esta parcela imatura do magistério, é que se pode falar numa deficiência do magistério do País, considerando-o aquém de suas responsabilidades. Nunca, no que se refere ao professorado de carreira, constituído nor-



malmente nos últimos decênios e muito superior ao que foi conhecido dos nossos avós e por nós próprios nos bancos escolares, poder-se-ia aplicar tal generalização.

Um caso extraído da nossa experiência pessoal ilumina fartamente a tese. Em 1964, convidado a presidir uma banca examinadora de História para vagas do magistério secundário no Ceará, onde existem quatro Faculdades de Filosofia para graduar professores secundários, deparamos com 17 candidatos para 27 vagas. Examinados os títulos, surpreendeu-nos a existência de um único licenciado em História dentre os concorrentes. Feita a primeira prova, verificamos o nível insatisfatório dos participantes. Alarmados, demos ciência da situação à autoridade competente, que nos respondeu singelamente: "Aprovados ou não, os candidatos serão nomeados, pois não podemos cerrar as portas de dez ginásios da Capital e do interior". Este o panorama deficitário do magistério brasileiro. Todas as unidades escolares lutam tenazmente pela falta de professores, quantitativa e qualitativa.

A carência ocorre em quase todos os setores do magistério secundário como do superior, incluindo-se o professor de boa qualificação profissional naquela "íome de técn.cos" existente no mundo inteiro, quer em muitos setores dos países desenvolvidos, quer generalizada na área subdesenvolvida, tornando-o uma mercadoria rara e altamente disputada.

Em 1961, contava-nos o Reitor de uma Universidade brasileira, onde estávamos participando de uma comissão examinadora, que ali existia um curso de Geologia do petróleo, ministrado por dois professores norte-americanos. Como estes, ultimado o prazo contratual, não desejassem permanecer no Brasil, a autoridade universitária enviou ofício às Universidades americanas e européias, solicitando a cessão de professores para aquele encargo, oferecendo simultaneamente uma proposta julgada altamente vantajosa: vencimentos em dôbro do que ganhava um catedrático brasileiro, moradia gratuita e automóvel à disposição. Todas as respostas foram negativas e uma Universidade francesa, cremos que a de Nancy, fêz blague, pois, na sua resposta, praticamente, dobrou a oferta ao interessado que desejasse ensinar Geologia do petróleo, caso houvesse algum disponível no Brasil.

É esta escassez de professores e técnicos que justifica plenamente dentro da nossa realidade social os dispositivos dos artigos 96 e 185 da Constituição Brasileira, permitindo a acumulação de um cargo do magistério com outro ou com um de natureza técnica ou científica. Trata-se de um imperativo do nosso limitado capital humano, permitindo usá-lo no máximo de sua capacidade ociosa. Se um governo desejasse cerrar as portas do ensino superior e liquidar as Universidades brasileiras, não precisaria tomar outra providência. Bastaria emendar a Cons-



tuição para suprimir o direito de acumulação.

O fato tem chegado a ponto de levar algumas Faculdades a entregar turmas inteiras de alunos a simples "monitores", isto é, discentes de série mais avançada, a fim de, bem ou mal, não assistir à paralisação dos seus cursos. Sabemos de certa Faculdade que deslocou provisoriamente uma nova disciplina curricular da 2ª para a 3ª série, no intuito de dar tempo a que um de seus instrutores fizesse estágio de um ano numa Universidade americana e pudesse voltar com o mínimo de conhecimentos imprescindíveis ao ensino da matéria.

As dificuldades enumeradas tornam-se mais freqüentes nas unidades secundárias. É comum ver simples estudantes das séries iniciais de medicina e engenharia a ensinar Química, Física, Biologia ou Matemática, com conteúdo insuficiente e nenhum lastro didático, trazendo prejuízos à aprendizagem, em consequência da falta de professores disponíveis para essas e outras matérias, circunstância a que não logrou escapar nem mesmo o C. M. F.

Acrescente-se a isto as situações mais vantajosas oferecidas ao bom professor por Universidades e outras instituições de ensino, para se ter uma idéia da surda competição travada na educação brasileira, no que respeita ao recrutamento de seus mestres.

Historiando-se o magistério brasileiro vê-se que a sua formação é problema cogitado recente-

mente e ainda não solucionado, como outrossim tem sido encaminhado da base para a cúpula, isto é, temos enfrentado sucessivamente a formação do professor primário, posteriormente a do professor do ensino médio e ainda não curamos satisfatoriamente do preparo de professores em nível superior.

De fato, é no fim do Segundo Império que surgem as primeiras escolas normais, destinadas a libertar o professorado primário das garras da improvisação, dando-lhe preparo cultural e didático. Os docentes médios e superiores, salvo a exigência raramente cumprida dos concursos no magistério oficial, praticamente continuaram a ser improvisados, salientando-se apenas algumas vocações espontâneas e autodidáticas e, sócio-econômicamente, considerado o trabalho professoral como uma atividade subsidiária da principal, exercida pelo mestre, em geral inteiramente estranha ao ensino.

Recordamos muito bem esta época em que médicos, engenheiros, juizes e até comerciantes davam algumas horas do seu tempo disponível ao ensino, em disciplinas sem nenhuma correlação técnica ou científica com as profissões habituais. Vimos um engenheiro-civil ensinando Português, um juiz que ensinava Geografia, um advogado que foi mestre de Cosmografia, um comerciante professor de Alemão, um sacerdote católico que lecionava Matemática, um farmacêutico ministrava História do Brasil, um dentista o Inglês, um engenheiro-militar doutri-



nando Lógica e Filosofia, um bacharel em Direito, em aulas de Química, um funcionário municipal que prelecionava... Física!

A partir da década, 1930-1940. esse panorama foi sensivelmente modificado para melhor. A regulamentação profissional pela exigência do registro no Ministério da Educação, o aparecimento das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, a garantia salarial do pagamento das férias, tiveram o duplo mérito de encaminhar para uma solução o problema da formação do professorado secundário e, ao mesmo tempo, profissionalizaram o magistério, conseqüência altamente benéfica, pois, o professor passou a viver exclusivamente de sua cátedra ou, quando muito, de uma atividade técnica correlata, deixando a função de ensinar de ser aleatória e esporádica.

Como resultante, adveio a superioridade inegável que o atual magistério secundário brasileiro, naquela parcela que obteve uma formação adequada e normal, possui em relação ao de eras anteriores. É certo que há outra parcela representada pelo material humano improvisado, já descrito, e que faz lembrar em parte o magistério de outrora, mas que, segundo deixamos explicando, é o produto normal do gigantesco crescimento da rede escolar nos últimos decênios.

Se a formação do professorado primário teve o seu caminho nas escolas normais, o do magistério médio nas Faculdades de Filosofia, é claro que a do magis-

tério superior ainda permanece nebulosa, não se abrindo uma clareira para o problema nem mesmo no recente Estatuto do Magistério Superior, pois, ali não se cogita do preparo técnico para o seu exercício. Os novos regulamentos das Faculdades brasileiras, decorrentes da reforma imposta pela Lei de Diretrizes e Bases, tem abordado o problema sem se animar a resolvê-lo.

O que de resto permanece em pé a esse tocante é o dispositivo legal que exige de todo pretendente ao ensino de uma disciplina em nível superior, que o mesmo tenha cursado a disciplina em causa no curso universitário pelo qual foi graduado. É basicamente a exigência nuclear do magistério superior. Aliás, esta reserva no tratamento do assunto tem a sua procedência na realidade atual. Estabelecer e multiplicar novas exigências para o magistério superior não seria agravar a crise já existente para o seu recrutamento, gerando novos óbices à demanda atualmente apresentada para essa categoria de trabalhadores intelectuais?

Em suma, há um deficit quantitativo e qualitativo de professores. Há uma sensível carência de bons mestres, com gabarito razoável, para o atendimento das necessidades escolares. Com frequência ocorre o deficit quantitativo: simplesmente, não existe o numero desejado de professores, nem bons nem maus. Os concursos são abertos e não aparecem concorrentes, ou estes são tão reduzidos que não permitem uma boa seleção.



Interroga-se: é possível a um sistema de ensino obter nestas condições professores ao menos com razoável lastro de conteúdo didático, sem se criar uma política de estímulos, sem eliminar amaldiçoadas injustificadas, e oferecer vantagens compatíveis, sem uma avaliação realista e objetiva da situação presente?

Cremos que não. Nenhum sistema de ensino do Brasil, inclusive o militar, logrará vitória na surda competição que se trava no mercado de trabalho do magistério nacional, à cata de mestres qualificados, se não entrar no jogo competitivo com decisão agressiva, representado por uma oferta de vantagens sedutoras aos interessados. Algumas Universidades brasileiras compreenderam em tempo e têm exaurido de bons recursos humanos não somente as unidades de ensino médio mas também outras Universidades rotineiras e titoladas por um estranho alheamento dos fatos.

E nesta conjuntura que se enquadra, ao nosso ver, a reformulação da política a ser seguida quanto ao magistério do Exército, se não quisermos que ele reduza os seus honrosos padrões intelectuais, uma gloriosa tradição ciosamente preservada. Impõe-se a necessidade de rever por completo a focalização dos seus problemas, aproveitando a oportunidade do novo regime jurídico que se pretende fixar para a sua estrutura e para os seus componentes. Discuti-los é prestar um serviço assinalado ao ensino, é ajudar na busca dos caminhos adequados. Daí as indi-

cações que se seguem nos tópicos seguintes, inspiradas pelo espírito de colaborar e bem servir.

## I — Ingresso

1) É mister solucionar a tramitação legal do processo de nomeação dos aprovados em concurso. Quando se trata de um civil, fica na dependência de vaga criada por lei ordinária no Congresso. Alguns aguardaram essa providência durante quase oito (8) anos. Quanto ao militar, é suficiente um simples decreto executivo, rápido e sem tropeços.

2) É possível que haja conveniência em aumentar o limite máximo de idade, para inscrição em concurso, de 35 para 45 anos, pois temos perdido bons professores por esse motivo.

— indispensável manter a exigência da graduação do candidato, militar ou civil, pelo curso superior respectivo das Faculdades de Filosofia ou outros equivalentes, como ocorre no caso de Desenho, os quais concedem a permissão legal para o exercício do magisterio.

## II — Concurso

4) A regulamentação dos concursos, prevista pelo Decreto n. 37.396, de 26 de maio de 1955, deve sofrer algumas modificações. Primeiramente, simplifiquem-se as exigências burocráticas. Segundo, a supressão da prova de tese para os candidatos ao ensino médio ou a sua permuta com a prova escrita. Terceiro, a organização de um cri-



tério de julgamento que valorize a prova de títulos. Quarto, um parema de aferição de títulos realmente correlacionados com a disciplina em concurso.

### III — Organização

5) A estrutura do magistério do Exército comporta vários aspectos que valem ser esclarecidos: a) a caracterização definitiva da transferência para a reserva dos militares efetivados, no magistério; b) novos interstícios para as promoções, sobretudo, a do posto de Coronel, a ser atingido aos 25 anos de serviço; c) a natureza mista do magistério, com docentes militares e civis sujeitos a uma duplicidade de legislação que tem sido fonte de numerosas dificuldades; d) a unificação dos catedráticos e adjuntos numa categoria única de professores um dos quais, em cada disciplina, será o supervisor do trabalho, o chefe da Cadeira, sem que isto importe em maiores vantagens materiais.

### IV — Remuneração

6) O problema da remuneração dos professores é dos mais salientes pelas suas vinculações ao quadro descrito do magistério brasileiro. Sem um mínimo de remuneração adequada, não é possível atrair professores de bom nível. A questão oferece um duplo aspecto, externo e interno.

7) Externamente, é acentuado o declínio dos proventos financeiros do professor do magistério militar, especialmente do professor civil, até bem pou-

co tempo com remuneração igual aos de nível superior. Hoje, com 384 cruzeiros novos mensais, está situado abaixo da remuneração paga pelo Estado do Ceará e até por estabelecimentos particulares.

8) Internamente, sobreveio uma diferença acentuada entre os vencimentos percebidos pelos docentes de origem civil e os de origem militar, por força da legislação decretada em 1964. Anteriormente, havia uma relativa equivalência entre o que venciam os catedráticos e adjuntos civis e os seus colegas militares, nos postos de Coronel, Tenente-Coronel e Major. A legislação citada acarretou decesso dos catedráticos a um padrão remunerativo inferior ao percebido por um Primeiro-Tenente e dos Adjuntos ao que vence o Segundo-Sargento, o que não pode favorecer nem estimular o ingresso de civis no magistério militar.

9) Ora, submetidos a um mesmo conjunto de deveres e obrigações, pois, são igualmente professores e apenas professores, não se compadece esta situação com o chamado princípio da iscnomia — igual trabalho, igual remuneração, assegurado pela Declaração de Direitos do Homem e pela Constituição Brasileira.

### V — Obrigações

10) O número de aulas recomendável como obrigação semanal deve ser fixado em 12 (doze), múltiplo de 2, 3 e 4, que são os limites de aulas habitualmente destinadas às várias disciplinas.



11) Cumpre eliminar uma segunda disparidade aqui existente. Os docentes militares, pelo Decreto-lei n. 103, têm um teto de 9 aulas semanais, embora atualmente sejam obrigados a 18 horas, desconhecendo-se o fundamento legal desta exigência. Os civis, por dispositivos manifestamente ilegais do Decreto n. 2.895, de 21 de dezembro de 1940, e do Decreto-lei n. 3.153, de 27 de março de 1941, são submetidos a um regime de 18 aulas semanais. Mais trabalho e menor remuneração no exercício de funções idênticas.

12) Igualmente, as condições para tempo integral e, dedicação exclusiva devem ser objetivadas de maneira apropriada.

#### VI — Inamovibilidade

13) Numerosas razões militam a favor da segurança dos docentes nos lugares em que se acham lotados, evitando-se a transferência, como condição de tranquilidade indispensável ao exercício do magistério.

#### VII — Acumulação

14) O problema da acumulação de outro cargo de magistério ou técnico-científico, permitido pela Constituição, deve ser definido em relação aos docentes de origem militar. A Constituição não distinguiu o magistério civil e militar. O oficial que passa ao magistério em caráter permanente, nêle predomina essencialmente a qualidade de professor. Não é justo privar instituições técnicas ou educativas do País do precioso capital

humano, representado pela competência e cultura de numerosos docentes militares, que têm, por esse motivo, uma limitação imposta a suas aspirações de professor ou técnico e um desperdício em capacidade ociosa.

#### VIII — Aperfeiçoamento

15) A criação e o favorecimento de oportunidades em bolsas de estudo, cursos de aperfeiçoamento e especialização, seja no País ou no estrangeiro, hoje de uso corrente e habitual nos vários sistemas de ensino do Brasil, constitui uma medida de estímulo ao recrutamento de novos professores.

16) Igualmente, não se deve embaraçar a promoção social do mestre, especialmente no que se refere às posições superiores ligadas à carreira docente. É da própria condição humana realizar justas e nobres ambições, Circunscrever o professor aos trilhos de um singelo repetidor de aulas é cortar aspirações indeclináveis e produzir frustrações que vão afetar para sempre o ensino e a aprendizagem.

#### IX — Jubilação

17) A legislação vigente estabeleceu 35 anos para a reforma e aposentadoria dos docentes. É de estrita conveniência ao ensino a redução do prazo para 30 anos. Sábiamente, a Carta Régia de 4-12-1810 do Regente D. João concedia o prazo de 20 anos para a jubilação dos professores do Exército.



### **X — Situações Jurídicas Adquiridas**

18) Pelo menos, duas situações jurídicas adquiridas por força de legislação anterior e já decididas judicialmente devem

ser solucionadas, a saber. os remanescentes da antiga gratificação do magistério e o reconhecimento da condição de catedrático a vários professores civis.





## JUVENTUDE

"A juventude não é um período da vida; a juventude é um estado de espírito, um efeito da vontade, uma qualidade da imaginação, uma intensidade emotiva, uma vitória do valor sobre a timidez, no gosto pela aventura sobre o amor ao conforto.

Alguém não se torna velho por haver vivido um certo número de anos; torna-se velho porque desertou dos ideais. Os anos enrugam a pele, mas a renúncia a um ideal enrugam a alma.

As preocupações, as dúvidas, os temores e as desesperanças são os inimigos que, lentamente, nos fazem vergar para o chão e nos convertem em pó antes da morte.

Jovem é o que se deslumbra e se maravilha... o que pergunta como o menino — E depois? ... Jovem é o que desafia os acontecimentos e encontra alegria no jogo da vida. As provas o galvanizam, os fracassos o tornam mais forte, as vitórias o fazem melhor.

Serás tão jovem como tua fé, tão velho como tuas dúvidas; tão jovem como a confiança que tenhas em ti, tão velho como tuas desesperanças; e mais velho ainda quanto o teu abatimento.

Permanecerás jovem tanto quanto permaneceres verdadeiramente generoso, tanto quanto sentires o entusiasmo de dar alguma coisa de ti: pensamentos, palavras, amor; tanto quanto o fato de dar te der a impressão de receber; e, por conseguinte, de sempre estar devendo e desejando dar mais.

Permanecerás jovem enquanto fôres receptivo a tudo quanto é belo, bom e grandioso, podendo desfrutar das mensagens da natureza, do homem e do infinito.

Se um dia, qualquer que seja a tua idade, teu coração fôr mordido pelo pessimismo, torturado pelo egoísmo, roído pelo cinismo, que Deus tenha piedade de tua alma de velho."

General DOUGLAS MAC ARTHUR



## ERROS QUE DERAM A ROMMEL A SUA VITÓRIA

*Liddell Hart reexaminando, dez anos depois, a Guerra do Deserto, revela que o sucesso de Rommel foi devido não só a sua brilhante estratégia como também aos graves erros cometidos pelos britânicos.*

(De "JOHN BULL")

Em 12 de fevereiro de 1941 chegava Rommel à África, desembarcando em Castel Benito, nos arredores de Trípoli. Atendia-lhe a uma determinação urgente de Hitler.

Era um General jovem, que 18 meses antes ainda trazia os galões de Coronel, e que o destino colocava face a um já veterano e experimentado cabo de guerra — Wavell.

Os acontecimentos que haviam se desenrolado nessa região faziam prever para Rommel amargos e sombrios perspectivas, pois recebera a missão de procurar salvar o que ainda restasse de um Exército que semanas antes fôra quase totalmente destruído.

Num relativamente curto espaço de 16 meses seria ele elevado à categoria de Marechal de Exército, como prêmio pelas brilhantes vitórias que obteve, infringindo aos britânicos derrotas tão sérias, que levaram Churchill a remover Wavell e posteriormente o seu sucessor.

Somente após a chegada de reforços e armamento para os britânicos, numa escala que superava de muito o que Rommel pôde

receber, foi que Alexander e Montgomery conseguiram em Alamein virar a maré que até então se mostrara grandemente adversa aos britânicos.

Da primavera de 1941, no entanto, até o outono de 1942, Rommel anulou todos os esforços daqueles que o queriam expulsar do N. da África e pôs repetidas vezes em xeque as forças britânicas. Ele as repeliu para cerca de 1.000 milhas além do ponto em que as encontrara, quando assumira a direção das operações.

Essas sucessivas vitórias tão repentinas e estonteantes fizeram com que a opinião pública mundial, se esquecesse totalmente dos brilhantes feitos das tropas britânicas anteriormente à chegada de Rommel.

Foram esquecidos os fulminantes avanços britânicos através do deserto na 1ª fase da campanha do N. da África e quão perto estiveram eles de expulsar definitivamente da região o seu adversário (Dois anos antes da real efetivação).

Na verdade não foram os britânicos felizes com a escolha feita pelos alemães de um General superlativamente brilhante para seu



antagonista, porém mesmo antes da nomeação de Rommel golpes profundos já tinham sido desferidos contra as tropas britânicas pelos seus responsáveis mais altos.

A história de certas determinações, que puderam as tropas britânicas verdadeiramente em xeque por repetidas vezes diante do adversário, foi mantida em segredo até agora, porém já é tempo de trazê-la à luz.

A 1ª fase da campanha da África do Norte, agora esquecida por todo o mundo, foi para as tropas britânicas um período assaz brilhante, em que vitórias foram obtidas face um inimigo bastante superior em número.

Em Junho de 1940 entrava a Itália na guerra.

Nessa ocasião tinham os britânicos na África cerca de 50.000 homens para fazer face a aproximadamente meio milhão de italianos.

Na África Italiana de Leste se encontraram 200.000 homens que poderiam ser empregados na direção W. sobre o Sudão, cuja guarnição contava apenas com 9.000 britânicos e sudaneses ou para o S. sobre Kenya, guarnecida por 8.500 homens das tropas da África Oriental Britânica.

A aspereza da região, as longas distâncias, as dificuldades que os italianos encontravam para manter a Etiópia, recentemente conquistada, e a incapacidade de seus generais, constituíram sem dúvida a principal proteção do Sudão, durante este período crítico.

Na Líbia uma grande força italiana, sob o comando do Gene-

ral Graziani, defrontava-se com 36.000 britânicos, neozelandeses e idianos, que guarneciam o Egito.

O Deserto Ocidental, dentro da fronteira egípcia, separava em duas partes o teatro norte-africano.

A primeira posição britânica se encontrava em Mersa Matruk, 120 milhas dentro da fronteira e 200 milhas a W. do delta do Nilo.

Uma tremenda carga de responsabilidade caía sobre os ombros do Gen. Wavel, Comandante-Chefe do Oriente Médio, pela imensa área que tinha a proteger e pela exigüidade de seus recursos.

Essa situação angustiosa tornou-se ainda mais grave, quando da entrada da Itália na guerra, porque a linha de comunicações através o Mediterrâneo tornava-se demasiado precária para ser utilizada, obrigando os reforços enviados a fazerem a rota do Cabo da Boa Esperança. Um pequeno contingente embarcado em maio para o Egito, tendo que fazer a rota do S. da África, em agosto ainda não aportada àquela região.

Wavel apesar de tudo preferiu tomar uma atitude dinâmica a permanecer na passividade, lançando na direção do Deserto a sua incompleta Divisão Blindada numa ofensiva de cobertura.

Essa ofensiva tomou a forma de uma série de incursões continuadas sobre a fronteira com a finalidade de inquietar e acossar os postos italianos. Desde o início da campanha obteve a 7ª Divisão Blindada — os famosos Ratos do Deserto — uma ascendência moral extraordinária sobre o inimigo. Somente a 13 de Setembro após emassarem cerca de 6 Divisões,



foi que os italianos iniciaram, de modo cauteloso, o seu deslocamento para a frente, dentro do Deserto Ocidental.

Depois de avançarem cerca de 50 milhas, menos da metade da distância à posição inglesa de Matruk, se detiveram em Sidi Barrani, instalando-se aí numa posição defensiva fortificada.

Semanas foram decorridas sem que qualquer tentativa de prosseguimento fôsse efetuada.

Nesse meio tempo recebe Wavel alguns reforços e decide então procurar o inimigo, forçando-o a uma surtida, para então, batê-lo de modo irremediável. Essa operação deveria ser fulminante, de modo a, estonteando o Exército Italiano, levá-lo à inteira destruição e portanto obter o colapso das forças italianas no N. da África.

**Aparece aqui a primeira revelação.**

A operação fôra prevista, e portanto planejada, não como uma ofensiva decididamente apoiada, mas sim como um incursão em grande escala.

Julgava Wavel que com um golpe astuto e estonteante paralisaria temporariamente os invasores, enquanto êle desviava parte das suas tropas para o Sudão, a fim de fazer face ao outro Exército Italiano. Por essa razão não foram feitos preparativos perfeitamente adequados ao prosseguimento do movimento, quando a vitória se pronunciasse de modo imprevisto e esmagador.

\* \* \*

A força do Deserto Ocidental sob o Comando do Gen. R. N.

O'Connor compreendia cerca de 30.000 homens contra 80.000 que dispunha o adversário. O número de carros de combate era de 275 para 125 italianos.

Os carros de combate "Matildas" do 7º Regimento Real de Carros, invulneráveis à maioria das armas anticarro italianas, tiveram um papel particular e saliente nas batalhas que se seguiram.

Na noite de 7 de Dezembro a força inicia seu deslocamento da posição de Matruk para a aproximação de cerca de 70 milhas através o Deserto.

Na noite de 8 conseguia infiltrar-se através uma brecha da posição fortificada italiana e, ao clarear do dia 9, a 4ª Divisão Indiana e o 7º Regimento Real de Carros assaltaram o inimigo pela retaguarda.

Entrementes a 7ª Divisão Blindada se dirigia para W. sobre a linha de retirada do inimigo.

Ao cair da noite, Sidi Barrani era capturada e a vitória consolidada. Os Ratos do Deserto prosseguiram para W. em perseguição ao inimigo totalmente desbaratado.

Cerca de 40.000 prisioneiros, 400 canhões e 50 carros de combate caíram nas mãos dos britânicos.

As perdas inglesas durante toda a ação somaram a cifra de apenas 500 baixas.

Os remanescentes italianos após atravessarem a sua própria fronteira refugiaram-se nas fortalezas costeiras de Bardia, onde foram imediatamente cercados e isolados pela 7ª Divisão Blindada.

Não tendo sido previsto o apoio pela Divisão de Infantaria não foi



possível explorar devidamente, tirando o máximo de proveito, a desmoralização reinante entre as forças italianas.

Surge então uma segunda revelação.

O Alto Comando Britânico planejara retirar tão logo Sidi Barrani fosse capturada, a 4ª Divisão Indiana, enviando-a para o Egito e posteriormente para o Sudão.

O seu afastamento do campo de batalha impedia que O'Connor desse o golpe de morte nas forças italianas, aproveitando essa imensa oportunidade que se lhe oferecia. Não obstante as inúmeras objeções, a ordem de retirada da 4ª Divisão permanecia de pé e em 11 de Dezembro, quando os remanescentes italianos fugiam em pânico para W., metade da força britânica vitoriosa marchava para L., — para trás!

Cerca de um mês depois chegava da Palestina a 6ª Divisão de Infantaria Australiana, para auxiliar na captura de Bardia, permitindo a continuação do avanço britânico.

\* \* \*

Em 3 de Janeiro de 1941 foi lançado o ataque contra Bardia com os "Matildas" do 7º Regimento Real de Carros como ponta de lança — verdadeiros abridores de lata (tin openers).

A defesa entrou em colapso rapidamente e a guarnição rendia-se no terceiro dia de luta. Foram feitos 45.000 prisioneiros e a presa de guerra elevou-se a 462 canhões e 129 carros de combate.

Somente 16 carros "Matildas" foram empregados nesse assalto e mais uma vez sua ação foi decisiva.

O rápido progresso de O'Connor tornou-se ainda mais notável por ter sido efetuado enfrentando vários e sérios embarços.

Reforços, meios de transporte e aviação que deveriam ter sido enviados para êle, foram mantidos à retaguarda no Egito e muitas unidades desviadas para outros destinos.

A imaginação de Churchill andava agora à caça de uma nova lebre.

Seguindo o rasto da sua velha aventura da 1ª Guerra Mundial e estimulado pela maneira com que os gregos mantinham em xeque as forças italianas nos Bálcãs imaginou a possibilidade da criação de uma poderosa aliança dos países balcânicos contra a Alemanha. Era um quadro realmente atrativo, porém irrealista no momento, porque os exércitos balcânicos não tinham poder suficiente para oferecer resistência às treinadíssimas divisões blindadas e à aviação germânicas. Acresce ainda que o auxílio britânico seria muito pequeno.

Em princípios de Janeiro, Churchill decidiu forçar os gregos a aceitarem um contingente britânico de unidade de carros de combate e artilharia, a ser desembarcado em Salônica e determinou a Wavel que fizesse imediatamente os preparativos necessários para isso, enfraquecendo assim o já pequeno efetivo de O'Connor.

O Gen. Metaxas, que se encontrava à testa do Governo grego, re-



cusou tal proposta, alegando que a força oferecida poderia provavelmente provocar uma invasão alemã e não seria suficientemente forte para contê-la.

O Gen. Papagos, Comandante em Chefe, expressando seu ponto de vista dizia que seria mais prudente que os britânicos completassem suas operações na África, antes de tentar um outro esforço noutra região.

\* \* \*

Esta política de recusa dos gregos coincidindo com a captura de Tobruk por O'Connor fez com que o Governo Britânico decidisse permitir a captura do porto de Benghazi. Esta ação completaria a conquista da Cirenaica metade da parte ocidental da África do Norte Italiana.

Churchill entretanto continuava a acariciar o seu projeto balcânico e determinou a Wavel que não desse mais reforços a O'Connor, reservando-os para a organização de uma nova força destinada aquele teatro.

Recebendo permissão para continuar no seu avanço, O'Connor obteve ainda muito mais do que seria possível obter com seus minguados recursos.

Sua arma móvel, a 7ª Divisão Blindada fôra reduzida a 50 carros pesados e 95 leves (meras latas de sardinhas numa batalha de carros, visto como não possuíam blindagem e não eram providos de armas anti-carro).

Encontrando o inimigo numa forte posição em Derna, sobre a estrada costeira, planejou ele por um movimento de flanco lançá-los para

fora, tão logo recebesse os suprimentos e os carros de combate solicitados.

Estes suprimentos e carros eram esperados a tempo de iniciar o movimento no dia 12 de Fevereiro.

No dia 3 entretanto, a aviação de reconhecimento revelava que o inimigo preparava-se para abandonar Benghazi e retroceder para o desfiladeiro de Agheila, onde poderia bloquear a estrada da Cirenaica para a Tripolitânia.

A aviação assinalou várias colunas em deslocamento para essa direção.

O'Connor decide então lançar uma arrojada cartada para ver se pode interceptar a retirada inimiga, empregando para isso a sua reduzida 7ª Divisão Blindada, sob o comando do Gen. Creagh. Despacha-a através o interior do deserto com o objetivo de atingir a estrada costeira bem além de Benghazi e antes do inimigo.

A Divisão tinha 150 milhas para percorrer, do seu estacionamento em Mechili ao objetivo, percurso esse cuja primeira metade seria através um terreno árduo e difícil. A Divisão iniciou seu deslocamento, conduzindo somente 2 dias de ração e o carburante estritamente necessário, numa das mais ousadas e temerárias corridas de todos os anais do Exército Inglês.

A 4ª Brigada Blindada do comando do Brig. J. A. L. Caunter iniciou seu movimento às 8,30 da manhã do dia 4 de Fevereiro, precedida pelos carros do 11º Regimento de Hussars. (A outra Brigada Blindada da Divisão, a 7ª, fôra reduzida a uma única unidade, o 1º Regimento Real de Carros).



Ao meio dia os reconhecimentos aéreos trouxeram a má notícia que a retirada inimiga já se iniciara ao S. de Benghazi.

Numa tentativa, para apressar a intercepção, o Cmt da Divisão determinou ao Gen Caunter que organizasse um destacamento inteiramente motorizado, com infantaria e artilharia e o despachasse imediatamente para a frente, juntamente com o 11º Regimento de Hussars, tudo sob o comando do Ten. Cel. Combe.

A única demora havida foi a necessária à constituição do destacamento, vinda à frente de unidades que se encontrava à retaguarda, organização do transporte especial e das transmissões necessárias.

O terreno árduo e difícil, dando pouco rendimento de marcha ao destacamento, fez com que ele quase fôsse alcançado pelos carros de combate, que marchavam numa coluna mais atrás.

Caunter, forçando a marcha e aproveitando o luar, continuou sua progressão sem parar para descanso dos seus homens.

Pela manhã o terreno, tendo se tornado menos difícil, permitiu que o destacamento progredisse com maior rapidez e ao cair da tarde COMBE atingia a região ao S. de Beda Fomm, onde estabeleceu-se de maneira a bloquear as duas estradas de retirada do inimigo aí existentes. Nessa mesma noite duas colunas inimigas, uma de artilharia e outra de civis evacuados, caíam sob grande surpresa, nas mãos dos britânicos.

A força de carros de Caunter, que seguia de perto a força de Combe, atingiu por volta de 5 horas da tarde a linha de retirada

inimiga, além de Beda Fomm. Essa ação tão bem completada, com um avanço de 170 milhas em 33 horas, constitui sem dúvida um recorde de mobilidade de uma força blindada, até então ainda não igualado. A região percorrida, em pleno interior do deserto, árida e difícil, tornou essa ação ainda mais admirável.

O dia iniciou-se com uma extraordinária ação individual, verdadeira façanha. Dois carros de combate inimigos foram assinalados na estrada. Um homem do 2º Regimento Real de Carros, enviado em reconhecimento, os capturou cada um por seu turno saltando na torre e obrigando as guarnições respectivas a se renderem.

Na manhã do dia 6 começaram a aparecer as colunas principais inimigas, escoltadas por carros de combate.

Foram assinalados mais de 100 carros pesados novos, enquanto Caunter dispunha de apenas 22.

Felizmente os carros de combate italianos vinham dispersos ao longo da coluna, em pequenos grupos ao invés de concentrados para um esforço comum, e muito próximos à estrada.

Os carros britânicos hábilmente manobrados, ganharam posições de tiro com suas torres camufladas e protegidas pelas dobras do terreno.

Durante toda a jornada foram travados combates entre os carros e o choque foi suportado pelos 12 carros pesados do 2º Regimento Real de Carros, que ao entardecer já se encontravam reduzidos à 7. Por essa ocasião chega ao campo de batalha o 1º Regimento Real



de Carros, da outra Brigada Blindada, com seus 10 carros pesados.

Durante a ação o 3º e 7º Regimentos de Hussars apossavam o inimigo por todos os lados com os seus carros de combate leves.

Quando a noite caiu, no campo de batalha restavam 60 carros italianos destruídos. Na manhã seguinte foram encontrados mais 40 abandonados pelas suas guarnições.

As perdas britânicas somaram apenas 3 carros totalmente inutilizados. Destruídos os carros de combate italianos, sua infantaria e outros tipos de unidades se renderam imediatamente.

A força de COMBE agindo à retaguarda encarregava-se de apanhar as frações que se evadiam do campo de batalha.

Na batalha de BEDA FOMM foram feitos 20.000 prisioneiros, e capturados 216 canhões e 120 carros de combate.

As perdas britânicas nas forças de CAUNTER e COMBE somadas atingiam a cifra de 3.000 homens.

Quando Bardia caiu, Eden formulou uma nova versão da famosa frase de Churchill — "nunca tantos haviam se rendido a tão poucos".

Em síntese, é óbvio que a destruição total do Exército Italiano de Grazianni terminara, nessa breve campanha de 4 batalhas, pela ação decisiva da 7ª Divisão Blindada e do 7º Regimento Real de Carros.

O brilho dessa vitória no entanto foi quase que imediatamente obscurecido.

A completa extinção do Exército de Grazianni deixara aberta a

porta de Tripoli aos britânicos, através do desfiladeiro de Agheila.

Quando O'Connor julgava ter chegado o momento de, correndo atrás do inimigo, tomar Tripoli e jogá-lo para fora do seu último reduto no continente Norte-Africano, recebeu ordem do Gabinete Britânico para cessar de modo definitivo a sua ofensiva.

Em 12 de Fevereiro Churchill enviava a Wavel um longo telegrama, no qual após expressar a sua satisfação pela tomada de Benghazi, determinava a paralisação do avanço e a preparação de remessa da maior quantidade de tropa possível para a Grécia, deixando apenas o necessário para manter a Cirenaica ocupada.

Quase toda a força aérea de O'Connor foi removida, permanecendo apenas um esquadrão de caça.

\* \* \*

O que havia produzido tal reviravolta

O Gen. Metaxas morrera subitamente em 29 de Janeiro e o novo Primeiro Ministro da Grécia era um homem fraco.

Churchill viu uma oportunidade para reviver e realizar o seu acariciante e velho projeto balcânico e prontificou-se a executá-lo.

Insiste novamente na sua oferta ao Governo Grego e o persuade a aceitá-la. Em 7 de Março o primeiro contingente britânico de 50.000 homens desembarca na Grécia.

Em 6 de Abril os alemães invadem a Grécia e os britânicos são levados rapidamente a uma se-



gunda "Dunquerque", deixando nas mãos inimigas todos os seus carros de combate, a maioria do seu novo equipamento e cerca de 12.000 homens.

O pior de tudo no entanto foi que tal sacrifício acarretou um ainda muito maior e mais prolongado no N. da África.

O'Connor e seu Estado Maior estavam perfeitamente convencidos de que poderiam capturar Tripoli. Essa operação exigiria no entanto a utilização de Benghazi como um porto-base e o emprêgo de alguns dos transportes que foram reservados à aventura da Grécia.

O Gen. Guingand, que mais tarde tornou-se o Chefe de Estado Maior de Montgomery revelou que o "Joint Planning Staff" no Oriente Médio estava convencido da possibilidade da captura de Tripoli e da expulsão conseqüente dos italianos do N. da África antes da primavera.

O Gen. Warlimont, um dos principais chefes do Estado Maior de Hitler, revelou também que o Supremo Comando Alemão admitia o mesmo ponto de vista, dizendo não poder compreender porque naquela ocasião não exploraram os britânicos as dificuldades dos italianos na Cirenaica, capturando Tripoli. Nada os poderia deter.

As poucas tropas italianas que se encontravam em Tripoli estavam tomadas de pânico esperando a qualquer hora o apârecimento dos carros de combate britânicos.

\* \* \*

A 6 de Fevereiro, dia em que o Exército de Grazianni foi finalmente destruído era Rommel cha-

mado por Hitler e designado para, assumindo o Comando de uma pequena força blindada alemã, procurar socorrer o que ainda restasse dos italianos na África do Norte.

Consistia essa pequena força em 2 Divisões — a 5ª Divisão Blindada Leve e a 15ª Divisão Blindada Panzer. O transporte da primeira não poderia estar terminado senão em meados de abril e o da segunda em fins de maio.

O programa era demasiado lento e os britânicos tinham o caminho à sua frente completamente aberto.

A 12 de fevereiro Rommel voava para Tripoli.

Dois dias depois um transporte alemão desembarcava um Batalhão de Reconhecimento e um Batalhão Anticarro, como 1ª prestação da futura força. Rommel os lançou imediatamente para a frente, fazendo-os seguir por uma grande quantidade de falsos carros de combate, que êle rapidamente fizera construir, com o intuito de simular força.

Esses falsos carros foram montados em "volkswagen", o carro de turismo popular germânico, produzido em massa na Alemanha.

Somente em Março chegou a Tripoli o Regimento de Carros da 5ª Divisão Blindada Leve.

Como os britânicos não se movessem, resolveu Rommel experimentar uma ação ofensiva, para isso movimentando-se com todos os meios de que dispunha na ocasião. Seu objetivo inicial era a ocupação do desfiladeiro de Agheila.

Dada a facilidade com que apoderou-se em 31 de março do seu



primeiro objetivo, resolve Rommel prosseguir no seu avanço.

Era evidente que nessa ocasião os britânicos superestimavam as forças alemãs, iludidos pela presença dos falsos carros de combate.

Rommel fôra também feliz na escolha da ocasião para a retomada do seu movimento.

A 7ª Divisão Blindada havia retornado ao Egito, em fins de fevereiro a fim de repousar e re-completar-se. Fôra substituída por parte de uma Divisão recentemente chegada e sem experiência — a 2ª Divisão Blindada — cuja outra metade fôra enviada à Grécia.

A 6ª Divisão Australiana fôra enviada à Grécia e a 9ª Divisão de Infantaria que a substituíra, se encontrava mal equipada e sem treinamento adequado.

O'Connor recebera como prêmio um descanso e fôra substituído pelo Gen. Philip Neame, um comandante não experimentado.

Nesse meio tempo Wavel não dava crédito às informações que lhe chegavam com relação a um ataque alemão iminente. As aparências justificavam seu ponto de vista plenamente e ele não pode ser censurado por não acreditar num Rommel.

Desprezando as ordens recebidas de esperar até fins de maio, Rommel retoma em 2 de abril o seu avanço com 50 carros de combate pesados, seguido por 2 novas Divisões Italianas, que progrediam em sua esteira vagorosamente.

Por meio da astúcia e da mobilidade procura Rommel aumentar o poder da sua força por demais leve.

O efeito obtido foi por assim dizer mágico. As tropas britânicas mergulharam rapidamente na confusão e o 4º Regimento evacua Benghazi. Nessa emergência O'Connor é enviado para aconselhar Neame mas a sua viatura sem escolta cai no meio de uma patrulha alemã e é ele aprisionado.

Na mesma noite os remanescentes de uma Brigada Blindada são emboscados e destruídos.

O Cmt. da 2ª Divisão Blindada com uma Brigada Motorizada e outras unidades é cercado e obrigado a render-se.

Essa rendição deve-se unicamente à astúcia de Rommel, que com as suas linhas de viaturas levantava enormes nuvens de poeira propositadamente, para, mascarando sua fraqueza em carros de combate, fazer acreditar aos britânicos que ele possuía superioridade em blindados esmagadora.

Em 11 de abril foram os britânicos varridos para fora da Cirenaica através da fronteira egípcia, exceto uma pequena força encurralada em Tobruk.

Essa proeza de Rommel fôra, sem dúvida, admirável da mesma forma que admirável fôra a conquista da Cirenaica por O'Connor.

Tinham os britânicos de recomençar todos os seus esforços para tornar o N. da África limpo das hostes do Eixo e isto sob embaços bem mais pesados do que antes — acima de tudo, a presença de Rommel.

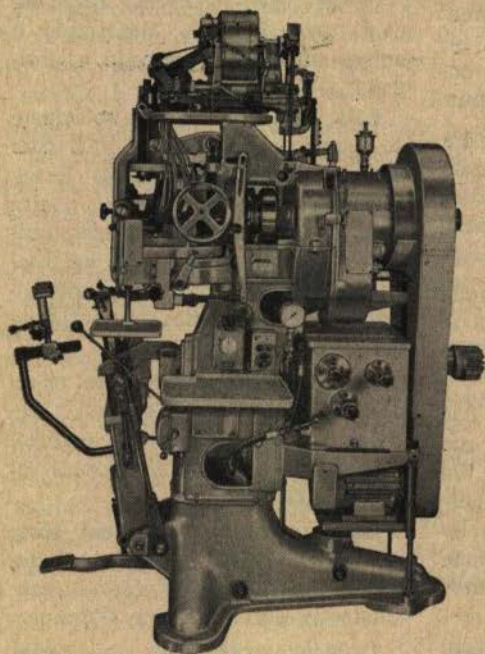
O preço a ser pago pela perda da oportunidade de ouro que se oferecera, em fevereiro de 1941, seria bem mais pesado.





# MOENUS

*constrói,  
há mais de 100 anos,  
máquinas de alta qualidade para a*  
**INDÚSTRIA DE CALÇADOS**



FABRICAÇÃO DA GASPEA  
PREPARAÇÃO DO SOLADO  
CONSTRUÇÃO DOS  
SALTOS

CORTE  
SECÇÃO DE MONTAGEM  
FIXAÇÃO DE SOLAS E  
SALTOS  
ACABAMENTO  
FURNITURAS

FORNECEDORA DA  
INDÚSTRIA MILITAR  
DE CALÇADOS

**CALZERA 1224 HA**

máquina automática de montar calcanhar com suporte  
hidráulico das fôrmas

**MASCHINENFABRIK MOENUS AG**

RIO DE JANEIRO

AVENIDA RIO BRANCO, 25 — 17°/18° — CP 759 — ZC-00



# EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE VETERINÁRIA DO EXÉRCITO

Maj Vet (QEME)

ANTÔNIO AUGUSTO PIRES DA ROCHA

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho "Evolução do Serviço Veterinário do Exército" um dos assuntos por nós escolhido e selecionado pela ECEME para que o realizássemos, é a reunião de dados diversos, é a consulta a documentos vários sobre o assunto que procuramos reunir em um único. É um extrato, uma condensação de tudo que sobre o Serviço de Veterinária já foi dito e escrito.

Como condensação e extrato, contem apenas dados indispensáveis à compreensão do assunto. Muitos detalhes, às vezes bastante interessantes e pitorescos, tiveram de ser omitidos para que este pequeno trabalho não se tornasse um livro.

Alguns detalhes foram mais desenvolvidos devido a importância que tiveram na "Evolução do Serviço", e mereceram portanto este tratamento.

Para melhor entendimento resolvemos desenvolver o assunto em três partes: O PASSADO, O PRESENTE e o FUTURO, ou em outras palavras o que foi, o que é e o que será o Serviço de Veterinária do Exército.

Veremos o que foi a luta travada para a obtenção de Cursos Técnicos que nos faltavam. Era o interesse do colonizador impedindo o desenvolvimento da colônia naquilo que pudesse concorrer com a Metrópole ou os grupos interessados no não desenvolvimento de nossa indústria pastoril, fazendo com que o Brasil país agrícola importasse carne, laticínios, etc. Veremos a ignorância popular impedindo as primeiras medidas saneadoras de higiene. Esta mesma ignorância não compreendia como se interessavam tanto pelos animais e tão pouco pelos homens, sem saber que a saúde de ambos está interligada.

Veremos o surgimento em boa hora dos vultos de Muniz de Aragão, Oswaldo Cruz, Hermes da Fonseca, Afonso Pena, Leite de Castro e outros, dando ao Veterinário o destaque que merece, convencendo a todos da importância da existência deste técnico para o País, e deste Quadro para o Exército.

Veremos o que faz hoje o Serviço e a Escola de Veterinária do Exército.

Veremos por fim o que fará o Serviço de Veterinária se lhe fôr dado o apoio do Escalão Superior.



## O PASSADO

*O Brasil Reino*

É nesse período, que vamos encontrar os primeiros passos para a organização do Quadro de Veterinária do Exército.

Pelo Decreto de 5 de dezembro de 1810, assinado pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra, Conde de Linhares, foi criado no primeiro Regimento de Cavalaria do Exército "hoje 1º R C G" o cargo de Veterinário, com sôldo mensal de 10\$000.

A 31 de janeiro de 1818 é publicado o seguinte Decreto, com a rubrica de Sua Majestade.

"Manda crear uma aula de alveitaria no 1º Regimento de Cavalaria do Exército: Sou servido nomear para exercer a João Batista Moncouet, Artista Veterinário vencendo de soldo 20\$000 por mez, com obrigação de crear uma aula desta arte, no logar que mandarei destinar, gozando da graduação, que competir ao referido logar. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido e lhe faça expedir os despachos necessários."

Nos Arquivos militares e atos Officiais nada foi encontrado sôbre o local, alunos, programas ou tempo de duração da "aula" mandada criar por D. João VI.

*Brasil Império*

Sômente seis anos após a criação da "aula" por D. João VI, vamos ver reaparecer em manifestação official algo sôbre atividade profissional Veterinária. É no ato governamental da Secretaria do Estado da Guerra, em 12 de julho de 1824 que fixa o sôldo do Veterinário militar em 300 réis diários.

Em 15 de setembro dêste ano, o Ministro João Vieira de Carvalho determinava que o Veterinário do Exército, de acôrdo com as ordens da Tesouraria Geral das Tropas, examinasse os animais inutilizados para o Serviço do Exército, avaliando-os para a venda em Hasta Pública.

Em 28 de janeiro de 1826, no plano de organização do 6º Corpo de Artilharia Montada de 1ª Linha do Exército, que se achava anexo ao 7º Corpo de Artilharia de Posição é que vai aparecer funcionalmente o Veterinário na Tropa.

Pelo Decreto número 30 de 22 de fevereiro de 1839, foi dada nova organização ao Exército do Brasil tendo sido atribuídos Veterinários aos seguintes Corpos de Tropa:

Um Regimento de Cavalaria Ligeira, Dois Esquadrões de Cavalaria Ligeira (Constituindo um Corpo) e Corpo de Artilharia a Cavallo.

Em 1851, sendo Ministro da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Melo foi pelo Decreto número 782 de 19 de abril, aprovado o Plano da Organização do Exército que criava Corpos Móveis e Corpos de Guarnição.



Nesta organização do Exército Imperial, encontramos o Veterinário na composição do Quadro do Regimento de Cavalaria e no de Artilharia a Cavalo.

O Regimento de Cavalaria compunha-se de : Estado-Maior, Estado-Menor, Oito Companhias em quatro esquadrões. A composição do Estado-Maior do Regimento de Cavalaria era a seguinte: 1 Coronel Comandante — 1 Tenente-Coronel — 1 Ajudante — 1 Quartel Mestre — 1 Secretário — 1 Capelão — 1 Primeiro Cirurgião — 1 Segundo Cirurgião — 1 Veterinário — 1 Picador.

Os Regimentos de Artilharia a Cavalo eram também compostos de um Estado-Maior semelhante ao do Regimento de Cavalaria.

Em 1852, o S. V. obedecia aos Regulamentos do Exército Português, naquilo que fôsse possível aplicar no Brasil.

Desta regulamentação, conforme a "Coleção Sistemática das Ordens do Exército" desde 1809 até 1858 coordenada por Vital Prudência Alves Pereira, volume III, Lisboa 1861, publicação da Tipografia de Francisco Xavier de Souza e Filho, vamos citar alguns artigos, a título de curiosidade, e para comparação com o nosso atual RISG:

Art. 1º. Os facultativos Veterinários serão obrigados a residir dentro do Quartel, ou o mais próximo que fôr possível dos Corpos a que pertencerem.

Art. 2º. ....

Parágrafo único: Sempre que algum cavalo adoça repentinamente, o Oficial do Estado-Maior mandará chamar o Facultativo, o qual será obrigado a comparecer imediatamente.

Art. 4º. O Facultativo Veterinário será autorizado a tomar conhecimento do alimento que se dará aos animais, e modo de lhe ser administrado, propondo, motivadamente e por escrito ao Comandante do Corpo as providências que julgar convenientes.

Art. 7º. O Facultativo Veterinário proporá e o Comandante do Corpo fará executar o sistema de Enfermaria e demais serviços de curativo que julgar necessário.

Art. 19. Quando nas visitas que o Facultativo Veterinário f'zer aos animais, encontrar algum incapaz de todo o serviço, e que portanto deve ser vendido, dará parte ao Comandante do Corpo e o mesmo fará quando em consequência de moléstia contagiosa, entender que algum deva ser morto.

Como vemos, muitos artigos desta Lei ainda são atuais...

Em 1865, na Organização do Exército, aprovada pelo Decreto número 3.555, de 9 de dezembro, sendo Ministro da Guerra Angelo Muniz



da Silva Ferraz, foi criado no Corpo de Caçadores a Cavalo o cargo de Veterinário.

Pelo Decreto 4.572, de 12 de agosto de 1870, sendo Ministro da Guerra, o Barão de Muritiba, a reorganização do Exército conserva nos Estados-Maiores dos Regimentos de Artilharia a Cavalo e nos Regimentos de Cavalaria Ligeira o Oficial Veterinário.

A princesa Imperial Regente, em 1876, quando Ministro da Guerra o Marechal Duque de Caxias, assinou o Decreto número 6.373 de 15 de novembro, aprovando o "Regulamento para a Disciplina e Serviço dos Corpos Arregimentados do Exército nos Quartéis Fixos" em cujo título II que tratava das disposições relativas aos Corpos montados determinava no Capítulo VII as atribuições do Veterinário. Estas atribuições eram com pequenas diferenças e adaptações às já vigariantes desde 1852.

Em 1883, o Quadro Sanitário humano e animal era aterrador. Na população humana a febre amarela, peste bubônica, mormo, malária, cólera, etc.

Nos animais, o mormo, o carbúnculo, estreptococia eqüina etc. eqüina, etc.

Os militares no Rio de Janeiro pagavam pesado tributo pelas endemias e epidemias na população e pelas doenças dos animais transmissíveis aos homens (Mormo).

Veterinários não existiam, pois não havia Escolas para formá-los.

A profissão era desempenhada por curiosos, abnegados ou aventureiros.

O baixo nível cultural da população e o desenvolvimento de rudimentos da higiene pública completavam o quadro desolador da época.

Foi nesta ocasião que a "Revista do Exército Brasileiro", periódico editado pelo Ministério do Exército, e sob a direção dos Majores Alfredo Ernesto, Jacques Ouriques e Antonio Vicente Ribeiro Guimarães e Capitão Francisco Agostinho de Melo Menezes, em seu número de 1883 trazia um artigo do Capitão de Artilharia Araujo Correa, no qual o autor expunha a situação e batalhava pela fundação de uma Escola de Medicina Veterinária, citando em determinado trecho:

"A ausência de Escolas de Veterinária e a extrema necessidade que delas temos acentua-se cada vez mais de um modo mais pronunciado entre nós, não só por meio de graves prejuízos para as indústrias criadoras, como tanto para a higiene e alimentação pública.

.....

Não é só a fortuna particular que sofre funestas conseqüências desta falta, o Governo também as sente e os cofres públicos despendem centenas de contos em pura perda, que poderiam ser aproveitados dotando-se o País de Escola dessa especialidade, que trariam largas messes de benefícios reais.



Assim é que a Remonta do Exército atinge anualmente a uma cifra bem considerável, porque a compra não precede a um exame sério, detalhado e consciencioso como é de rigor, por falta de Veterinários capazes de o fazerem.

E concluía: Se as nossas palavras despertarem as autoridades competentes, temos esperança de que em breve teremos êsse indispensável melhoramento, restando-nos a satisfação de têmos apontado uma medida tão útil quanto necessária."

### *Brasil República :*

Pelo Decreto número 21 de 28 de novembro de 1889, que aprovou o plano de uniformes para o Exército, é fixado o distintivo para o Veterinário consistindo de um V de galão dourado de 13mm de largura, para ser usado em cada manga do fardamento.

Além do distintivo, a República manteve a mesma organização imperial de 1888.

Depois da "Aula" mandada criar por D. João VI é em 1893 a 5 de agosto que o Deputado Gastão da Cunha apresenta a Câmara dos Deputados, projeto elaborado pelo professor Azevedo Sodré, baseado no Regime universitário alemão e a pedido de Rodrigues Alves projeto que criava cinco Universidades e era instituído o Ensino de Medicina Veterinária com a Fundação do Curso anexo na Escola de Minas, de Ouro Preto.

Segundo Primitivo Moacir "Evolução do Regime Universitário no Brasil na República" "Jornal do Comércio de 18 de fevereiro de 1937" uma das atividades destas Universidades seria "verificar as habilitações profissionais de médico, dentista, farmacêutico, parteira, advogado, engenheiro, agrimensor e veterinário".

Embora previsto o funcionamento do Curso de Medicina Veterinária anexo a uma Escola de Minas, como desde D. João VI, todo o projeto neste sentido desaparecia misteriosamente.

A situação precária do Estado sanitário dos rebanhos, em 1894, determina o contrato de um Veterinário inglês Radclif que chegou ao Rio para dirigir essa campanha sanitária.

A campanha da Radcliff iniciou-se no segundo Regimento de Artilharia cujo Comandante era o Ten Cel Hermes Rodrigues da Fonseca e incluía o uso sistemático da maleína, desinfecção, uso de bebedouros individuais, sacrifícios dos mormosos etc. Idênticas medidas foram tomadas no 1º Regimento de Cavalaria na época comandado pelo Cel José Caetano de Farias.

As medidas de sacrificio sumário dos mormosos (Regentes positivos à prova de maleína) e a antipatia aos sanitaristas trouxeram uma reação muito grande, obrigando o Veterinário Radcliff a abandonar o serviço para o qual fôra contratado.



Mais uma vez as zoonoses venciam os técnicos, apoiadas na ignorância popular...

Em 1904, o Almanaque do Ministério da Guerra dava a seguinte composição do Quadro de Oficiais do Serviço de Veterinária: Na Artilharia seis Oficiais; Na Cavalaria, quatorze Oficiais.

Neste mesmo ano, em nove de abril é João Muniz Barreto de Aragão designado para o Laboratório Militar de Bacteriologia, atual Instituto de Biologia do Exército. É durante os estudos e o desempenho de suas funções neste Laboratório, que Muniz de Aragão sente a necessidade da fundação de uma Escola de Veterinária pois seus estudos são dificultados pela inexistência de profissionais que conhecessem a Biologia e a patologia dos animais.

A partir daí, a fundação de uma Escola de Veterinária passa a ser um objetivo, para cuja conquista Muniz de Aragão empregará todas as suas energias.

Esta sua vontade foi reforçada, quando como resultado de seus estudos chegou à conclusão e afirmou que: "muita suposta tuberculose no soldado não passa de verdadeiro Mormo Pulmonar".

Em 1906 a composição do Quadro teve a seguinte alteração para mais: 1 Oficial Veterinário para o Corpo de Transporte e 1 Oficial para a Coudelaria Nacional de Saican.

Pela lei n. 1.860 de 4 de janeiro de 1908, foi fixada a divisão do Exército em Armas e Serviços.

O Serviço de Veterinária, foi incorporado ao Serviço de Saúde com a denominação genérica de Serviço de Saúde e Veterinária, e teve a seguinte constituição em Oficiais:

2 Capitães, 23 Primeiros-tenentes e 25 Segundos-tenentes.

Estes oficiais seriam recrutados mediante concurso, facultando o seu art. 135, que os oficiais veterinários já existentes fôsem transferidos para o Quadro reorganizado desde que se sujeitassem ao exame de admissão. Como nesta época ainda não existisse no País Escola de Veterinária para formação de técnicos que mediante concurso viessem integrar o quadro de Veterinária, o Dec. n. 6.972 de 4 de julho de 1903, que regulamentou a Lei n. 1.860 já citada, em seu art. 6º, criava a Escola de Veterinária com seu respectivo curso, e estava assinada pelo Presidente Afonso Augusto Moreira Pena e pelo Ministro da Guerra Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca.

Em 1907 foi o Diretor do Corpo de Saúde da Guerra Gen Dr. Ismael da Rocha enviado à Europa para contratar profissionais estrangeiros para a fundação da Escola, e em 10 de maio de 1908 chegavam ao Rio de Janeiro os Ten. Cel. Dupuy e Cap. Ferret, formados pela Escola de Alfort e indicados pelo cientista Prof. Roux, Diretor do Instituto Pasteur de Paris.



Este cientista ao receber o Gen. Dr. Ismael da Rocha, assim se expressa: "O seu Ministro é um vidente; vê certo; porque ataca um problema que parecendo atender só ao Exército, se irradia pela produção nacional e a riqueza do Brasil". Estas palavras acham-se registradas nos Anais de 1903 da Academia de Medicina.

Aqui chegados Dupuy e Ferret, vendo que o problema sanitário era o mais grave e que necessitava maior urgência, atacaram-no com afinco, não sobrando tempo para a organização do curso da Escola de Veterinária. Reiniciava-se assim a "Era profilática" que havia sido começada por Radcliff em 1894, mas que a reação havida obrigou-o a abandonar.

Este trabalho levou 12 anos a ser completado e coincidiu com o trabalho saneador de Oswaldo Cruz, que, regressando da Europa onde havia estudado no Instituto Pasteur, recebera a missão de exterminar a peste bubônica e fundar a medicina experimental no Brasil. Para tanto, julgou indispensável a colaboração da Veterinária e contratou o Veterinário Carré do mesmo Instituto Pasteur. Segundo Gastão Pereira da Silva em seu Livro "O Romance de Oswaldo Cruz".

Por Aviso n. 2.226, de 2 de agosto de 1910, é o então Cap. Muniz de Aragão pôsto à disposição do Ministério da Agricultura para organizar o Serviço de Veterinária e resolver numerosos problemas sanitários e econômicos da produção animal.

Ali permanece até 11 de dezembro de 1911, quando o Ministério da Guerra reclama seus serviços e o traz de volta, pois que regressavam à França os oficiais Drs. Dupuy e Ferret.

Os assinalados serviços prestados por Muniz de Aragão ao Ministério da Agricultura são postos em reconhecimento no Av. so n. 186 de 21 de dezembro de 1911, publicado no Boletim do Exército n. 23.

Nova Missão Francesa é contratada. Desta vez vem ao Brasil o Maj. André Vantillard e o Cap. Henri Marliangeas, da mesma Escola de Alfort, que constituem a 2ª Missão Francesa que chega ao Brasil em 1913.

Chega 1914. A Polícia Sanitária segue seu curso na Guarnição. Muniz de Aragão concentrava esforços para a fundação da Escola de Veterinária, criada pela Lei n. 1.860. Um obstáculo levantava-se aparentemente intransponível: falta de local para sua instalação.

Quando mais remota parecia a possibilidade de obtê-lo, conversava Muniz de Aragão com o então Maj. Leite de Castro durante a maleinização que se realizava no Quartel Tipo do antigo Grupo Provisório de Obuses, atual 1º G Can A Aé 40. Leite de Castro sempre pronto a amparar idéias nobres, nesta mesma noite prometeu um compartimento na ala direita do Quartel Tipo para que fôsse instalada a Escola de Veterinária.

Mas não ficou só na promessa. Cedeu o pavilhão e não apenas animou Muniz de Aragão, como colaborou devotada e inteligentemente. Graças a este apoio, em pouco tempo a dependência está pronta. Muniz de Aragão



vai à presença do Gen Antonio Geraldo de Souza Aguiar, Cmt da Região, que também estava interessado na organização do Serviço, comunica-lhe a obtenção do local e convida-o para uma visita.

Neste mesmo dia, Souza Aguiar vai com Muniz de Aragão visitar o Quartel Tipo e admira o trabalho realizado. Solicitado a que marque a data da inauguração, o ilustre Chefe propõe dar solenidade ao ato, convidando o Chefe do Estado-Maior, o Sr. Ministro e obtendo o convite ao Sr. Presidente da República.

Em 17 de julho de 1914, com a presença das autoridades acima, é inaugurada a Escola de Veterinária do Exército, primeiro núcleo formador de profissionais Veterinários criado no Brasil.

Mas a alegria e euforia durariam pouco. Com a eclosão da Grande Guerra, o Governo Francês solicita a presença de seus Oficiais que compunham a 2ª Missão Francesa.

Com a partida dos dois Oficiais, Muniz de Aragão convoca os amigos e idealistas já entrosados no plano e leva à frente seu projeto. Foram eles: Alves Cerqueira, Tito da Fonseca, Luiz de Lima Bittencourt, Teles Pires, Moreira Sampaio, Castro Pinto, Mário Bittencourt, Goulart Bueno, e Azevedo Lima.

Os esforços foram recompensados, pois em 1917, saía a 1ª Turma de veterinários, logo incluídos no Quadro. Outras mais se sucederam, e o local do Quartel Tipo já se tornava pequeno para abrigar os jovens que procuravam a Escola. Foi quando Muniz de Aragão obteve do Gen. Cardoso de Aguiar então Ministro da Guerra, orçamento e o início das obras da Escola de Veterinária do Exército, no local onde ainda hoje se encontra. Ao Gen Cardoso de Aguiar, sucede na Pasta da Guerra o grande Pandiá Calógeras que dá continuidade à obra, tornando possível sua inauguração em 1920.

Desta Escola saem os Veterinários que indo servir nos Corpos de Tropa no interior do Brasil, com seu entusiasmo e colaboração fazem a semente frutificar trabalhando no desenvolvimento do ensino Veterinário, colaboram gratuitamente na fundação de Escolas de Veterinárias civis, como ocorreu no Rio Grande do Sul (Porto Alegre); Paraná (Curitiba); São Paulo (São Paulo); Minas Gerais (Belo Horizonte); Pará (Belém) e no Estado do Rio de Janeiro (Niterói).

Em 1920, chega a terceira Missão Francesa, composta do nosso já conhecido Maj. Henri Marliangéas e o Cap. Paul Dieulouard, que aqui permaneceram até 1933.

Assim com a criação da Escola de Veterinária do Exército pôde o Quadro de Veterinária expandir-se, prestando serviços ao Exército e à Pátria.

#### O PRESENTE

##### *Realizações*

Com a Escola de Veterinária em pleno funcionamento, e seus profissionais aproveitados no Serviço de Veterinária, este Quadro entrou



em expansão distribuindo-se êstes oficiais em tôdas as Unidades que possuíam equídeos em seus efetivos.

Graças ao trabalho honesto e profícuo, pela Portaria n. 14 de agosto de 1931, o Serviço de Veterinária, separou-se do Serviço de Saúde tornando-se um Quadro à parte;

Mas nem tudo seriam alegrias e vitórias para o Quadro pois pelo Aviso 412 de 30 de junho de 1937 o Exmo. Sr. Ministro da Guerra determinou o fechamento da Escola de Veterinária. O rude golpe, antes de atingir o Quadro, atingiu em cheio os jovens que na época cursavam a Escola, e apesar das ponderações apresentadas, pois apenas pediam permissão para concluir o curso que haviam iniciado, nem isto obtiveram do Ministro na época. Foram obrigados a recorrer ao favor das Escolas civis, para que pudessem ter seu curso concluído, quando o mais humano seria não realizar mais exames de admissão para novas turmas e deixar terminar o curso os que já o haviam iniciado.

Mas durou pouca esta atitude, pois dois anos após, pela Portaria n. 2.530 de 24 de outubro de 1939, era reaberta a Escola de Veterinária, desta vez não formando Veterinários mas adaptando à vida militar os veterinários formados pelas Escolas civis. Em sua maioria, os profissionais que acorreram aos primeiros chamados foram os mesmos que tinham sido cortados em 1937. O ideal falava mais alto que o temor da insegurança da época.

A partir de 1946, foram os veterinários militares, saindo de sua rotina nos Corpos de Tropa e procurando desenvolver-se em proveito de suas Unidades, muitas das quais possuíam Invernadas para seus animais.

Nestas foram iniciadas hortas, pomicultura, plantio de pastagens e pequenas culturas desenvolvendo pequenas criações.

Com esta atividade desenvolvia-se de modo desordenado, e prevendo o grande alcance social e os recursos que canalizaria para a Unidade Administrativa que a possuísse, em 9 de novembro de 1948, pela Portaria n. 181, eram organizadas as Granjas Militares, que tiveram sua regulamentação em 1951, pela Portaria n. 64 de 15 de março.

Esta regulamentação sobre as Granjas Militares foi uma legislação pioneira no assunto. Como tal, contém muitas imperfeições que devem ser corrigidas; adaptadas outras para enquadrarem-se na evolução e progresso atuais.

A Es V E nesta época, visando o aprimoramento cultural dos futuros Oficiais do Quadro, paralelamente ao curso normal, de adaptação do Veterinário civil à carreira militar, contando com o concurso de técnicos civis do Ministério da Agricultura, e Catedráticos da Universidade Rural, criou em seu Curriculum, cursos de Aprimoramento em: Avicultura, Inseminação Artificial, Genética Animal etc.

Neste assunto, não nos aprofundaremos pois sabemos que é tema do trabalho de um colega, que o analisará com maior profundidade.



Para auxiliá-lo neste trabalho, precisa o veterinário militar contar com eficientes elementos. Onde buscá-los? Aproveitar os Enfermeiros-Veterinários e Ferradores já existentes e ministrar-lhes os conhecimentos necessários à nova atividade. Para tanto foi criado na Es V E, o Curso de Auxiliares de Granja (C A Gr), que tem devolvido às Unidades possuidoras de Granjas elementos capacitados para estas novas funções.

Entre as funções regulamentares dos veterinários de um Corpo de Tropa, está a Inspeção e Reinspeção de alimentos e forragens. Para maior eficiência desse serviço, foram criadas vaças de Veterinário em todos os Estabelecimentos de Subsistência do Exército, onde a função do Veterinário é a Inspeção, com a Análise Prévia e Fiscal dos gêneros adquiridos para distribuição às Unidades.

Com o advento da 2ª Guerra Mundial, a procura de alimentos em todo o mundo aumentou, provocando o desenvolvimento de novas Indústrias com novas técnicas de produção de alimentos.

Que fez o Serviço de Veterinária? Manteve-se estático? Não. Apesar de nos curriculum de tôdas as Escolas existir a Cadeira de Inspeção de Alimentos, tornando o Veterinário apto à esta função, o Serviço de Veterinária conseguiu matrícula para vários de seus Oficiais, no curso de Bromatologia existente na Faculdade Nacional de Farmácia, e diga-se com orgulho que os oficiais que completaram este Curso sempre o fizeram entre os primeiros colocados. Estava solucionado o problema? Não.

Mais uma vez o núcleo formador do Quadro, a Es V E, entrava em funcionamento. Pela Portaria n. 70 de 11 de junho de 1961, cria-se na Escola o Curso de Inspeção de Alimentos e Bromatologia (C I A B) e complementando o nôvo Curso, é criado para Sargentos o Curso de Auxiliar de Inspeção de Alimentos (C A I A L).

Todos os formados nestes Cursos vão servir nos Estabelecimentos de Subsistência, órgão centralizador das aquisições de alimentos para o Exército.

Mas não parou aí a contribuição da Veterinária Militar na Inspeção de Alimentos. Não é só na paz que a tropa precisa de alimentos sãos. Em campanha maior é a necessidade deles. Também este ponto foi estudado e está resolvido. A Es V E idealizou, construiu e testou a Canastra de Inspeção de Alimentos, contendo em seu interior todos os reagentes e material necessários à Inspeção. Esta Canastra aguarda apenas a aprovação do Estado-Maior do Exército para ser iniciada sua construção em série e feita sua distribuição aos Corpos de Tropa localizados em regiões onde não existam Estabelecimento de Subsistência com Laboratórios Instalados, para que os exames sejam feitos na própria Unidade, e o que é mais importante, esta Canastra poderá acompanhar a Unidade em seus deslocamentos pois sua pequena dimensão (0,50m x 0,55m) o permite e, em pleno campo, o soldado receberá o alimento inspecionado e em boas condições.



### *Conquistas*

Através dos campos foi o Quadro de Veterinária crescendo dentro do Exército e impondo-se pelas realizações e eficiência de seus profissionais.

Como coroamento deste trabalho honesto, silencioso e profícuo, obteve o Quadro pelo Decreto n. 1.630 de 30 de junho de 1952, publicado no D. O. n. 150 de 1 de julho do mesmo ano, a criação de um General para chefiar seu Quadro e sua atual composição.

Como decorrência deste fato, obteve o Serviço de Veterinária pela Portaria n. 182 de 22 de março de 1954, a criação de seu Curso de Aperfeiçoamento, funcionando junto com os Cursos das Armas e dos Serviços de Intendência e Saúde, na Es A O. Para este Curso, acorreram todos os Veterinários chamados, e hoje seu curso está suspenso, por não possuir em seu Quadro capitães para aperfeiçoar, salvo os últimos promovidos quando já em funcionamento o 2º turno dos Cursos daquela Escola.

Não descansaram aí os Veterinários, até que, em 1958, conseguiram, submetendo-se a concurso igual aos demais, o ingresso nesta Casa de Ensino Superior de nosso Exército (ECEME).

O interesse dos Veterinários pelo ingresso no curso desta Casa pode ser verificado pelos seguintes dados: Desde sua criação, apenas em 1963 o número de candidatos foi inferior ao número de vagas.

Em 1964 para uma vaga fixada inscreveram-se três candidatos, logrando todos aprovação no concurso. Para o ano de 1965, também para uma vaga fixada inscreveram-se 10 candidatos.

É o entusiasmo dos Veterinários militares, e o seu desejo de melhor servir ao Brasil, ao Exército e a seu Quadro que os faz acorrer a esta Casa, em busca de novos conhecimentos e maiores horizontes.

### O FUTURO

Para o Futuro, deverá o Serviço de Veterinária desenvolver-se principalmente em três setores importantes, os dois já citados como realizações do Presente, e iniciar imediatamente o terceiro setor que é a Criação e Treinamento do Cão de Guerra, cujos detalhes também não serão aqui abordados por tratar-se de assunto de outro colega.

#### *Produção Agropecuária*

— Aumentar a produtividade das Granjas, corrigindo falhas e senões em sua legislação para permitir-lhes franco desenvolvimento.

— Treinamento de quadros para permitir a exploração, por parte do Exército, de algumas de suas Fazendas e Campos, que realmente apresentem condições de produção econômica visando o abastecimento dos Corpos de Tropa.



### *Inspeção de Alimentos*

— Aumento do número de vagas no Curso de Inspeção de Alimentos e Bromatologia (CIAB) com aquisição de mais material para a Es V E a fim de permitir a especialidade de maior número de Oficiais.

Dotar a Es V E do restante dos equipamentos necessários à instalação, ali, de um verdadeiro Laboratório Central de Bromatologia do Exército, dando-lhe meios e condições de trabalho para que possa auxiliar na complementação dos estudos sobre Alimentação e Reações nas Forças Armadas.

### *Cão de Guerra*

— Início imediato deste setor no Exército, com a criação das raças indicadas e testadas em países mais adiantados, adaptando ao nosso País os sistemas de criação e treinamento desses animais, para as diversas funções que desempenharão.

— Envio de nossos profissionais ao estrangeiro, em busca de conhecimentos "in loco" com a finalidade de transmitir suas observações, aumentando os Quadros dirigentes deste novo setor.

— Instalação de canais de criação e treinamento, no mínimo 1 em cada Região Militar.

Outras medidas de ampliação destes setores poderiam ser apontadas, o que alongaria demais este Trabalho. Temos a certeza que surgirão como decorrência do próprio desenvolvimento que tomarem qualquer destes setores, o que tornará a Veterinária, ainda, indispensável ao nosso Exército quer seja ele motorizado em parte ou no todo.

## CONCLUSÃO

Como pudemos observar da exposição acima, foi em ambiente hostil e de lutas que se organizou o Serviço de Veterinária do Exército.

Não foi em terreno hortado e adubado que se lançou a semente da Veterinária. O terreno teve que ser conquistado, a terra desbravada e trabalhada para só então ser lançada a semente, que germinou e desenvolveu, graças ao cuidado e idealismo de vultos inesquecíveis para os Veterinários Militares.

Para têrmos idéia do que foi a luta, vamos relatar um episódio que nos foi contado pelo Gen R/1 Waldemiro Pimentel, um dos primeiros oficiais veterinários formados pela Es V E e grande colaborador e companheiro de Muniz de Aragão.

Certo dia estavam ambos procedendo a maleinização dos animais do atual 1º R C G.. Este serviço, como medida de controle, uma vez iniciado, somente era paralisado após a inoculação do último animal.



O serviço havia sido iniciado às 7 horas da manhã, e estavam malinizadas pouco mais da metade do efetivo eqüino ao meio-dia. Aproximando-se o almoço, foi Muniz de Aragão procurar o Cmt da unidade para solicitar sua autorização para que, mediante indenização, êle e Pimentel pudessem almoçar no Regimento. Seu pedido foi negado, apesar de tratar-se de dois oficiais que estavam dispostos inclusive a indenizar o Rancho da Unidade.

Os trabalhos prosseguiram e Muniz de Aragão e Waldemiro Pimentel, neste dia, almoçaram às 17 horas...

Tempos mais tarde, êste Cmt encontrou-se com os dois oficiais e veio desculpar-se da grosseria que havia cometido com ambos, explicando que na ocasião estava sob influência da reação da época aos sanitaristas.

A motorização do nosso Exército em nada atingirá o Quadro de Veterinária, como poderão pensar os menos avisados, pois não estamos dependentes do cavalo para sobrevivermos como Serviço, como não dependemos dêle para a criação do Quadro.

Não foi para a preservação do efetivo eqüino que o Quadro foi criado, mas para a defesa do homem, do soldado, que êle nasceu. Foi portanto visando o combate às antroponozoonoses que surgiu o Quadro de Veterinária, e nesta luta êle expandiu-se, suas atividades aumentaram à medida que seus esforços debelavam as doenças.

Se fôssemos dependentes do cavalo, seria na Cavalaria, arma que utilizou e montou suas manobras baseadas no cavalo, e sôbre seu dorso escreveu páginas gloriosas de nossa História, que iríamos buscar proteção para nos desenvolvermos, e no entanto o que vimos nos documentos citados? Quem mais protegeu a Veterinária Militar? Foram os Oficiais oriundos da Arma de Artilharia, como o Cap de Art Araujo Correa em 1883, batendo-se pela criação de uma Escola de Veterinária. Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca como Ministro da Guerra em 1903, fundando a Escola de Veterinária. Leite de Castro, em 1914, não contente em ceder o local para a instalação da Escola, trabalhou êle mesmo nas adaptações necessárias, para não falar em Muniz de Aragão, Major Médico, grande batalhador e idealizador da Es V E.

Nossa afirmação, de que não dependemos do cavalo para sobrevivermos como Serviço, não é leviana ou poética, é apoiada em fatos concretos, que podem ser verificados diariamente, pois vemos em inúmeras Unidades de nosso Exército, como nos Batalhões Ferroviários e Rodoviários e em Unidades já inteiramente moto ou mecanizadas, a presença do Oficial Veterinário em seu efetivo de Oficiais; e êles aí se encontram trabalhando e produzindo em seus setores.

Vimos na perspectiva do FUTURO, novas funções a serem desempenhadas pelo Veterinário, e que serão por êles racionalmente exploradas, como o caso da Criação e Treinamento do Cão de Guerra, pois se para sua criação são necessários conhecimentos de genética, higiene, acasalamento etc., para o treinamento exige-se conhecimentos de Fisiologia e



Anatomia do cão, conhecimentos êstes que pelo Curriculum escolar e por sua vida profissional o Veterinário os possui, sendo por isso o elemento indicado para essa função.

Antes de concluir o presente trabalho, queremos expressar nossos agradecimentos ao:

Gen R/1 Waldemiro Pimentel. — Hoje considerado como a "História viva do Quadro de Veterinária", a documentação que nos colocou à disposição, bem como as informações que sempre nos prestou.

Gen Bda Oswaldo Castro. — Diretor de Veterinária, que nos franqueou os arquivos da D V para que pudéssemos compulsá-lo em busca de dados.

Cel Stoessel Guimarães Alves. — Chefe de Gabinete da D V que nos apoiou e ajudou nas buscas de dados que faltavam para completar o trabalho.

Cel José Vaz Curvo Filho. — Cmt da Es VE que nos proporcionou facilidades em nossas pesquisas naquela Escola.

#### BIBLIOGRAFIA

PIMENTEL, CAP WALDEMIRO — Vulto da História Militar do Brasil — CEL DR. JOÃO MUNIZ BARRETO DE ARAGÃO

Rio de Janeiro 1942

PIMENTEL, CAP WALDEMIRO — História e Organização do Serviço de Veterinária do Exército — Revista Militar de Medicina Veterinária

Números 1, 2, 4 e 5 — Ano I — 1933

Arquivos da Diretoria de Veterinária do Exército.

Arquivos da Escola de Veterinária do Exército

A DEFESA NACIONAL é a **sua** Revista  
de estudos e debates profissionais. É a **sua**  
**tribuna.**

MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!



# ARTILHARIA AEROMÓVEL

Cap DONALD G. HARMON

Tradução e adaptação do Cap Art NEWTON ELMOR PADÃO

Como você reagiria, no comando de uma Bateria de Obuses de 105 mm, se lhe fosse dada às 0900 horas, ordem de mudança de posição, para ocupar nova área a 130 ou 160 km e estar pronto para abrir fogo duas horas depois?

Incrível que pareça, a Artilharia, utilizando helicópteros "Chinook" CH 47, realiza tal proeza. Com a capacidade de 2½ toneladas, tais helicópteros vêm substituir as tradicionais viaturas tratoras para permitir à moderna Artilharia cumprir sua missão.

A extraordinária rapidez de movimento transfigurando consideravelmente o modo de agir, acarreta inúmeras dificuldades que, em última análise, precisam ser solucionadas com muita habilidade e imaginação.

As atividades não mais se processam a 25 ou 40 km por hora, porém a 180, modificando, sob todos os aspectos, as noções básicas de Artilharia convencional.

Nos bancos escolares o Artilheiro aprende os pontos básicos de uma entrada em posição: estudo na carta das possíveis posições, seguido de reconhecimento, escolha e ocupação. No entanto, tratando-se deste novo tipo de Artilharia, em que o deslocamento se faz a grande velocidade, tais ações são tão comprimidas no tempo que, distingui-las, se torna difícil. Em verdade, o reconhecimento, a escolha e a ocupação de posição assumem um novo aspecto, um tanto complexo, exigindo decisões rápidas e precisas.

Não obstante, a missão precípua do artilheiro permanece imutável.

Em operações desta natureza, o reconhecimento terrestre ou aéreo sofre limitações. É evidente que não se pode fazê-lo com o emprêgo de viatura em território inimigo ou pelo ar, em vôos demorados em torno das possíveis posições. Não há tempo para rápidas descidas, reconhecer posição, determinar o Centro da Bateria ou os sítios das massas. O Comandante fará um estudo superficial, voando sobre o topo das árvores a 180 km por hora. A decisão é tomada em frações de segundo e transmitida ao piloto: "ponha-me ali". Não há margem para erro na seleção da posição; uma vez designada não haverá segunda ordem.

A Bateria é desembarcada e as aeronaves se retiram para local seguro. Apenas, com os obuses, permanecem 2 (duas) viaturas de ¼ ton para pequenos deslocamentos.

Podemos sentir que sobre os ombros do Comandante da Bateria pesam inúmeras responsabilidades. Naquela fração de segundo em que toma a sua decisão, se lhe apresentam diversos fatores a considerar: a posição permite atirar em 6.400 milésimos? há obstáculos que impeçam a aterrissagem? o terreno é pantanoso ou arenoso? a posição permite atirar em 6.400 milésimos? há estradas de aproximação? é muito grande o sítio da massa? e outras considerações necessárias.





Uma vez escolhida a posição, a ocupação é imediata. Poderá o comandante da Bateria precedê-la de dez minutos voando num OH-13 ou CH-47, trazendo ou não um grupamento precursor. Caso o faça, marcará o centro da Bateria e agirá como controlador. Os elementos precursores orientarão a descida dos helicópteros, facilitando a rápida entrada em posição; caso não o faça, o voo na aeronave líder, tendo a sua subunidade voando imediatamente atrás, não haverá nenhuma orientação na posição escolhida, ficando dependente da responsabili-

dade e habilidade do piloto, o cumprimento das instruções traçadas antes do voo. Ao receber a missão, o comandante da Bateria reúne os seus pilotos e os orienta num estudo rápido, claro e, se possível, completo, constando de rotas de voo, a situação do inimigo nas vizinhanças de área a ser ocupadas e as possibilidades aéreas inimigas. O piloto deve saber a formação do voo, sua posição para desembarcar o material e, após o desembarque, para onde levar a aeronave.

De um modo geral assim atua a Artilharia Aeromóvel.



Outros fatores, no entanto, devem ser preparados com antecedência, tendo em vista o êxito da missão. A distribuição do pessoal o material pelas aeronaves deve ser estudada com cuidado, procurando a eficiência da subunidade, mesmo perdendo um helicóptero no deslocamento. A Central de Tiro e as comunicações serão distribuídas operacionalmente, funcionando a qualquer preço, embora incompletas.

Outro ponto importante a considerar é o treinamento do pessoal, já que praticamente irá operar sob comando descentralizado, tendo cada homem a consciência perfeita de suas funções e elevado senso de responsabilidade. A rapidez e eficiência é função de um treinamento adequado e intensivo. A voz do Comandante ou do CLF não será ouvida com o barulho das aeronaves. Os trabalhos serão realizados com automatismo. Sinais com as mãos serão os únicos

meios de comunicações enquanto os helicópteros estiverem na área.

Uma vez ocupada a posição, tudo se passa de acordo com os padrões habituais: apontar a Bateria, instalar as comunicações necessárias, demarcar os setores para o tiro direto, defesa da posição, etc... A cada homem é dada uma posição defensiva e sua responsabilidade, na eventualidade de um ataque terrestre.

Deixamos de mencionar o levantamento topográfico porque em operação deste tipo raramente poderá ser feito, aumentando a responsabilidade do Comandante da Bateria, o qual através de um estudo na carta, terá uma rápida idéia da situação topográfica. Tudo depende de sua habilidade e de seu preparo profissional.

Assim, comandar uma Bateria Aeromóvel é, sem dúvida uma tarefa que desafia a habilidade e estimula as aptidões.



A DEFESA NACIONAL é a sua Revista de estudos e debates profissionais. É a sua tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!



## REPRESENTANTE!

A Revista precisa manter ligação mais constante e íntima com o senhor. Pretende fazê-lo, mas necessita da sua máxima cooperação. Assim, para iniciarmos nova fase de entendimento entre a Redação e o Representante, pedimos-lhe comunicar-se conosco, com a possível brevidade e preferentemente por carta, informando-nos detalhadamente da situação da Revista na sua Unidade. Esperamos, também, a sua colaboração não somente no tocante a sugestões para melhoria da nossa "A Defesa Nacional", como também no envio de matéria para publicação. Estamos às ordens, aguardando sua palavra.



## INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA

### SEÇÃO DE ENSINO E PESQUISAS DE ENERGIA NÚCLEAR GT-D<sub>2</sub>O

#### ALGUMAS INFORMAÇÕES SOBRE ÁGUA PESADA

##### 1º) O que é?

É uma substância cuja molécula é constituída por 2 átomos de hidrogênio pesado (deutério) e um átomo de oxigênio. O hidrogênio pesado é o isótopo do hidrogênio que tem massa dupla da do hidrogênio comum, isto é, massa atômica aproximadamente igual a 2. Em qualquer água natural existe u'a mistura de moléculas contendo de O a 2 átomos de deutério, ou seja, moléculas de fórmulas H-O-H, H-O-D, D-O-D.

A substituição do hidrogênio pelo deutério, na molécula da água, traz como consequência pequenas variações nas propriedades físicas da mesma.

O quadro abaixo mostra algumas dessas variações:

PROPRIEDADES	H <sub>2</sub> O	D <sub>2</sub> O
Densidade máxima .....	1,000	1,105
Ponto de fusão (°C) .....	0º	3,82
Ponto de ebulição (°C) .....	100	101,42
Temperatura de maior densidade (°C)	4	11,2

##### 2º) Para que serve?

Para moderar a energia dos neutrons provenientes de uma fissão nuclear, dentro de um reator, ou como fonte de obtenção do deutério. Este último é constituinte dos explosivos nucleares.

Nas reações de fissão, são gerados neutrons com enorme cinética. Haverá novas fissões, mantendo a reação em cadeia, se conseguirmos baixar a energia cinética dos neutrons produzidos. Isto se obtém colocando, no caminho dos neutrons, certas substâncias com as quais eles se choquem, perdendo gradativamente sua energia.

Entre estas substâncias, chamadas moderadoras, estão a água, a grafite e a água pesada.

Esta última é o melhor moderador que se conhece.



### 3º) Como se obtém?

A água pesada existe na água natural, numa proporção de 1:6400 moléculas. Assim, os métodos para sua obtenção se baseiam em concentrações sucessivas, levando em conta as diferenças de propriedades.

Por exemplo, a diferença de ponto de ebulição permite que, por destilação fracionada, se obtenha um líquido cada vez mais rico em água pesada.

Outros processos muito usados são o eletrolítico e o de troca química. O **processo eletrolítico** se baseia no fato de que quando se provoca a eletrólise da água, o hidrogênio que se desprende no catodo é mais pobre em deutério que o contido na água que permanece na célula. Assim, concentrando sucessivamente os resíduos líquidos de células eletrolíticas, vai-se aumentando o teor em água pesada, até atingir o desejado.

O **processo de troca química** se baseia na variação do valor da constante de equilíbrio, com a temperatura, para certas reações entre a água e alguns gases (gás sulfídrico, amoníaco, hidrogênio, etc.)

Assim, quando a temperatura se eleva, o gás se enriquece em deutério; quando ela se abaixa, o gás cede êsse deutério a água.

O fenômeno é utilizado fazendo-se com que o gás sirva de mero transportador de deutério entre uma água que êle empobrece e outra que êle passa a enriquecer. Se o ciclo fôr repetido várias vezes, consegue-se atingir concentrações cada vez maiores em água pesada.

Cada um desses processos deve ser usado na faixa de concentração em que apresentar o maior rendimento, ou conforme as condições geoeconômicas do país produtor. A concentração finalmente obtida pode chegar a mais de 99,7%.



# UM EXTRATO DAS MEMÓRIAS DE LIDDELL HART

Pelo Cel do Exército Norte-Americano  
T. N. DUPUY (\*)

Tradução do Ten-Cel Art (QEME)  
HUGO SUCUPIRA

Tudo parece indicar que, nos dias que correm, um maior número de civis, em comparação com os militares, vem escrevendo sobre assuntos militares e tem publicado trabalhos tão sérios que, na verdade, merecem a atenção dos soldados profissionais, principalmente. Este é um fenómeno característico dos últimos quarenta e poucos anos, já que o evento de duas grandes guerras propiciou o aparecimento de três gerações distintas desses escritores civis: pré-guerra de 14/18, período intermediário (aproximadamente entre 1919 e 1939) e pós-guerra 1939/45.

É interessante notar que Winston Churchill, seja como historiador militar seja como um líder civil que tenha contribuído, com seu espírito imaginativo e renovador, para o estabelecimento de novos conceitos e técnicas militares, deve ser considerado como membro daquelas três gerações. Em vista de sua aparência, até certo ponto, imperialista e de sua orientação política conservadora, Winston Churchill foi, por seu individualismo, um representante tanto do último como do primeiro grupo de escritores civis. Em suas obras, assim como no papel que desempenhou como líder político inglês, durante e depois da 2ª Guerra Mundial, personifica a civilização guerreira e de pensamento belicoso, nos dias que correm.

A influência exercida por escritores civis, como Churchill, sobre o pensamento militar, tem sido essencialmente evidenciada na solução de problemas estratégicos de defesa, onde, pela sua magnitude sem precedentes, o método das tentativas seria, verdadeiramente catastrófico. Tal influência tem sido, de fato, relegada a segundo plano, face à preocupação geral com os problemas existentes. Pelo menos em parte, isto tem sido consequência da crescente complexidade do conflito entre as grandes nações e a mudança do centro de gravidade dos aspectos econômicos e políticos da guerra. Não terá sido Bismarck quem, per-

---

(\*) N.T. — O Cel T. N. Dupuy, da Reserva do Exército dos Estados Unidos, combinou o talento e a cultura de um soldado profissional e de um historiador na organização do Escritório de Estudos e Pesquisas Históricas (Historical Evaluation and Research Organization — HERO) do qual tornou-se presidente. Sob a sua direção, o pessoal daquele Escritório e outros consultores têm realizado pesquisas históricas para certos órgãos do Governo Norte-Americano e para Organização de Pesquisas e Desenvolvimento.



cebendo o início dessa influência civil no campo da guerra, predisse "que a nação cuja economia possa melhor contrabalançar os erros de seus Generais será a vitoriosa?"

Quando examinamos a carreira política de Churchill, é fácil esquecermos o seu papel como pensador civil e escritor sobre assuntos militares. Ainda assim, foi ele o historiador e o analista que, no aceso das operações da 1ª Guerra Mundial levou o pensamento britânico a tentar fazer face aos problemas da guerra de trincheiras, um esforço que fez com que seja ele mais responsável do que qualquer outro homem no aperfeiçoamento dos modernos carros de combate. Foi ele o cuidadoso e minucioso historiador militar que, primeiro, reviu e analisou as perdas de ambos os lados que se confrontavam na Frente Ocidental; avaliação tão detalhada que ainda hoje tem validade. Foi ele o primeiro a concluir sobre as implicações do rearmamento da Alemanha de Hitler, seja qualitativa ou quantitativamente. Seu foi o gênio imaginativo e criador que concebeu os postos artificiais que contribuíram tão decisivamente para o sucesso da invasão da Normândia. Foi ele também a primeira personalidade importante a comentar publicamente — e com a responsabilidade de seu cargo — sobre o significado e a correlação entre os dois maiores eventos militares de nossos tempos: os armamentos nucleares e a guerra fria.

Detive-me por um momento nessa análise acadêmica sobre aspectos militares da vida de Winston Churchill, o grande líder político civil, por duas razões. Primeiro, porque temos uma tendência a encará-lo como o homem que brincou de "esconde-esconde" com os Boers, e de "polícia-ladrão" nas ruas de Londres, que pro-reduziu rápida e despreocupadamente sobre Antuérpia, à frente de uma brigada naval, em setembro de 1914, que, dramaticamente, tentou manter Eduardo VIII no trono, durante o período crítico e pré-abdicação e que manteve a Inglaterra unida com palavras como "sangue e trabalho árduo", lágrimas e suor". Segundo, porque a sua imagem apareceu distorcida em certas Memórias, recentemente, publicadas e porque seu autor, seja como civil de renome ou como simples cidadão, tem exercido, possivelmente, maior influência do que qualquer outro escritor, nos assuntos militares de uma nação e de uma época, com exceção de Churchill.

As Memórias de Sir Basil Henry Liddell Hart (embora não haja qualquer hífen, seu último nome é Liddell Hart e, não apenas Hart) são aquelas a que me referi como tendo sido, recentemente, publicadas. Liddell Hart foi, talvez, o mais renomado e a seu tempo o mais influente dos escritores da segunda geração de civis que escreveram sobre assuntos militares no período compreendido entre as duas Grandes Guerras. A sua influência e a muitos de seus contemporâneos foi, em grande parte, resultado da reação inglesa contra as baixas em combate, durante a guerra de 14/18, a qual, por seu turno, foi um importante fator na atuação dos militares profissionais, seja como pensadores ou como precursores.



A despeito de outros caracteres que Liddell Hart possa ter nunca foi conhecido por sua modéstia. Suas Memórias não constituem exceção a êsse respeito. Na contracapa do primeiro volume da edição norte-americana de sua obra há quatro citações, selecionadas — alguém já deve ter suspeitado — pelo próprio autor. Assim:

*Presidente John F. Kennedy:* “nenhum especialista em assuntos militares terá merecido mais o direito a uma respeitosa atenção do que Liddel Hart”.

*General Heinz Guderian:* ... “o inventor teórico da guerra mecanizada. Fui um de seus discípulos”.

*General Lionel Chassin, do Exército Francês:* ... “o maior pensador militar do século XX, cujas idéias revolucionaram a arte da guerra”.

*Marechal Montgomery:* “... o maior historiador militar da Inglaterra de nossos tempos. (Monty, naturalmente não podia concordar com o General Chassin; êle tinha outro candidato).

É mais fácil nos mantermos neutros e eqüidistantes a respeito de Liddell Hart do que a respeito de Montgomery. Há muitos militares na Inglaterra e alguns outros nos Estados Unidos que consideram o aparecimento de Liddell Hart como o maior desastre na história militar da Inglaterra. Há outros, entretanto — a maioria dêles, talvez, esteja nos Estados Unidos — que concordariam, inteiramente, com as observações do General Guderian. No meio dessas corrente opostas estão aqueles que, como é o caso dêste que escreve o presente artigo, reconhecem o brilho nunca desmentido de uma mente voluntariosa, cheia de imaginação e penetrante, mas que demonstra claramente o tom egoístico da infalibilidade com que Liddell Hart apresenta suas opiniões — que se têm demonstrado altamente falíveis — sobre assuntos militares históricos ou modernos.

Aquêle tom de irritante infalibilidade aparece nas Memórias recentemente publicadas. Se fôssemos acreditar em Liddell Hart, êle seria, direta ou indiretamente, responsável, praticamente, por todos os aperfeiçoamentos militares bem sucedidos e por todos os mais brilhantes feitos d'armas desde 1925 até os nossos dias. Chega êle a admitir ter colocado a idéia do desembarque em Inchon, na cabeça de MacArthur, em consequência de um livro seu, publicado em 1927! É interessante comparar sua opinião padronizada sobre Churchill — expressa com mais veemência em recente artigo de revista — com as suas críticas, relativamente, amenas a respeito de Lloyd George. Cita Lloyd George quando êste se refere ao “Capitão Lidell Hart... a maior e mais destacada autoridade em assuntos de guerra moderna que me foi dada a oportunidade de conhecer”. Temos a impressão de que as observações, até



certo ponto superficiais de Liddell Hart sobre Winston Churchill (que entendeu a guerra moderna e os soldados muito, muito melhor do que Lloyd George) são uma espécie de vingança, pois que Churchill não concordou com a avaliação feita por Lloyd George a respeito dos méritos de Liddell Hart como uma autoridade em assuntos militares.

Churchill, na verdade, simplesmente ignorou a existência de Liddell Hart em sua magnífica "História da 2ª Guerra Mundial". Embora isso, talvez, não tenha sido feito deliberadamente, pois que Churchill não tinha muita coisa a dizer sobre Mr. Leslie Hore-Belisha (Ministro da Guerra Inglês de 1937 até 1939) e cujo nome é, normalmente, relacionado ao de Liddell Hart, por parte dos mais acirrados críticos desses dois homens.

Foi durante a permanência de Hore-Belisha na chefia do Ministério da Guerra que Liddell Hart exerceu maior influência sobre a política militar, a estratégia e a doutrina do Exército Inglês.

Embora tivesse Liddell Hart o cuidado de procurar encobrir o tipo de relações sub-reptícias que muitos acreditam terem existido entre ele mesmo e Hore-Belisha, as suas Memórias deixam claro que a influência sofrida pelo Ministro da Guerra Inglês foi, verdadeiramente, muito grande e, em parte, dirigida para intrigar a mais alta hierarquia militar da Grã-Bretanha com o Governo. É inegável que esta hierarquia se constituía em um conjunto omissos e digno de pena, assim com o é o fato de que a maioria dos conselhos de Liddell Hart eram não só sábios como também consistentes e equilibrados. Ao mesmo tempo, é igualmente óbvio que ele aproveitava todas as oportunidades para ultrapassar as críticas dos militares profissionais e — embora não possuísse responsabilidades oficiais — para obter o apoio do Governo ou, pelo menos, a adoção parcial dos conceitos e doutrinas estratégicas que ele vinha advogando durante os doze ou vinte últimos anos.

Quais eram esses conceitos?

Tal como Liddell Hart conta a história, foi durante aqueles anos em que ele começou a escrever sobre os conceitos operacionais que eram ignorados na Inglaterra mas rapidamente aprovados e adotados na Alemanha que os mesmos foram desvendados a todo o mundo, em 1939-40, como a doutrina de emprêgo da "blitzkrieg". Isto seria simplificar demais e nunca sobrestimar aquilo que Liddell Hart reclama para si mesmo e sua influência nos assuntos e história militares.

A verdade, entretanto, é que a origem do conceito da guerra-relâmpago (blitzkrieg) pode ser encontrada na doutrina tática desenvolvida pelo Exército Alemão em 1917 e 1918, a qual ficou bem perto do sucesso na grande ofensiva da primavera de 1918.

E, na verdade, o insucesso resultante dessas operações ofensivas, as últimas da 1ª Guerra Mundial, serviu para provar aos alemães que, por meio da conceituação formulada pelo seu grupo de batalha e pelas



táticas de Hutier, haviam descoberto a solução tática para a estagnação da guerra de trincheira. Provou também que eles não haviam solucionado os problemas correlatos da mobilidade para a artilharia de apoio e para a logística. Por outro lado, os alemães ficaram impressionados pelo relativo sucesso que os aliados alcançaram no emprêgo de carros de combate. Além do que, tanto os alemães como os aliados já haviam feito experiências, com alguma eficácia, no desenvolvimento de uma conceituação inicial para o apoio aéreo aproximado às forças de terra.

Durante os primeiros anos que se seguiram ao armistício o Estado-Maior do Exército Alemão dedicou-se a examinar os ensinamentos advindos dos bons e maus eventos da 1ª Guerra Mundial, para o estabelecimento de um sistema tático mais aperfeiçoado e mais moderno. No decorrer desses estudos, examinou e ficou muito impressionado por pensamentos, até certo ponto semelhantes, sobre o emprêgo de carros de combate que foram trazidos ao cenário militar por escritores como Charles De Gaulle e, posteriormente, J. F. C. Fuller. Notou-se também, com satisfação, que alguns daqueles pensamentos eram muito equilibrados, sob o ponto de vista doutrinário, no que respeitava ao emprêgo da Infantaria e Carros. Tal era o caso das idéias propostas pelo mais novo discípulo de Fuller, isto é, B. H. Liddell Hart. Não há dúvidas de que o EME Alemão retirou desses conceitos estrangeiros um grande lucro. Não há dúvidas de que, também, os Alemães deram grande importância às operações militares da Guerra Civil Americana — como aliás consta de documentos — e que sua nova conceituação tática foi influenciada por esses últimos estudos. Todavia, fundamentalmente, seja na sua conceituação, seja na sua execução, a “blitzkrieg” foi um produto, clara e tipicamente, “made in Germany”.

Quando passou a comentar sua atenção sobre as “Memórias”, particularmente naqueles assuntos nos quais ele pode ser considerado como um dos profetas a que deve ser dado crédito e honra, Liddell Hart, de alguma forma, esqueceu algumas afirmativas doutrinárias e estratégicas que ele próprio havia defendido, anteriormente. Embora correndo o risco de uma excessiva simplificação, podemos dizer que Liddell Hart gastou a maior parte de seu tempo e de seus esforços, defendendo uma atitude defensiva, seja estratégica ou tática, e nunca estritamente ofensiva o que compõe o espírito e a conceituação da “blitzkrieg”. Sentia ele que uma atitude defensiva era mais importante porque os armamentos modernos tinham, em sua opinião, tornado a defesa ainda muito mais forte do que o ataque, em relação aos acontecimentos da 1ª Grande Guerra.

Desde o fim da 2ª Guerra Mundial, Liddell Hart vem modificando essas idéias defensivas e apresentando-as sob uma outra roupagem, dentro daquilo que ele chama de “método indireto”. Na década dos



trinta passou, todavia, a apoiar uma nova concepção que pode ser melhor qualificada de "recesso direto".

Evidentemente, sendo um discípulo de Fuller, Liddell Hart, sempre foi a favor de forças blindadas altamente móveis. Entretanto, continuou dizendo que a Inglaterra devia ter uma força terrestre desse tipo, bastante pequena e altamente eficiente, porque devia evitar e envolver-se em uma guerra terrestre de grandes proporções.

E tais forças ao serem empregadas em combate, deviam ser mantidas em reserva, atrás das fortificações defensivas da França, em condições de participar apenas, dos contra-ataques, em apoio às tropas do 1º escalão. Essa era a maneira, no entender de Liddell Hart, de se fazer face aos ataques semelhantes àqueles que os alemães lançavam em 1918. E, nunca, nunca, deviam aquelas forças blindadas serem desperdiçadas em operações ofensivas, difíceis e que não levavam a resultados positivos.

Liddell Hart foi, sem dúvida, um profeta sobre a importância da blindagem e por muitos anos suas idéias não foram aceitas ou levadas a sério por aqueles oficiais de tendências tradicionalistas, seja em seu próprio país ou em muitos outros, inclusive na Alemanha. Essa dificuldade em encontrar adeptos tornou-se uma obsessão para ele que acabou se convencendo de que havia uma conspiração dentro das organizações militares do Exército Inglês contra as suas idéias ou contra qualquer coisa que dissesse respeito à mecanização; hoje, procura ele transformar essa conspiração em fatos e atitudes que, na verdade, são despidos, totalmente, de qualquer relação com aquelas suas idéias. Assim, sugere que, em 1941, um de seus melhores amigos, pertencente aos blindados, deixou de ser nomeado Chefe do Estado-Maior Imperial, em virtude de uma generalizada e encoberta "oposição às idéias de emprêgo dos blindados". Em uma carta recente, que o General Archibald Nye remeteu a um jornal inglês, editado por uma instituição das Forças Armadas (Journal of the Royal United Services Institution), negou completamente essas afirmações, típicas das idéias preconcebidas de Liddell Hart.

Durante o período decorrido entre as duas guerras, Liddell Hart também teve influência na política militar dos Estados Unidos — influência essa que mais se refletiu na aprovação de verbas, feita pelo Congresso em relação ao Exército. Dentre os seus maiores admiradores norte-americanos encontramos o Deputado Ross Collins (1921-35 e 1937-43), que se opôs com sucesso, aos pedidos do Departamento de Guerra para o aumento de verbas, seja referentes ao Exército Ativo ou a uma expansão de uma mobilização básica. Mr. Collins assim o fez escudado naqueles aspectos que Liddell Hart havia destacado o fato de que não necessitávamos de um exército numeroso.

Mesmo depois que os princípios fundamentais de sua doutrina de emprêgo defensivo das forças blindadas foram convenientemente esma-



gados pela "blitzkrieg" alemã de 1939 sobre a Polônia, Liddell Hart continuou a pressionar o Governo Inglês para que desse publicidade a uma política que evitasse o ataque pelas armas. O bloqueio econômico e as pressões morais deviam ser usados para trazerem uma derrota eventual da Alemanha ao mesmo tempo que a Linha Maginot e um pequeno núcleo de forças de contra-ataque seguramente deteriam os ataques terrestres alemães, que teria por finalidade quebrar ou romper o cerco estrangulador já estabelecido.

A rápida queda da França sob o tácio da "blitzkrieg" alemã parecia ter pôsto por terra qualquer reivindicação de especialista em assuntos militares, por parte de Liddell Hart. Os alemães chegaram mesmo a atacar através das Ardenas, região que êle, Liddell Hart, afirmava ser completamente desfavorável a operações de grande envergadura. Quando um escritor norte-americano (\*\*) destacou êsses fatos, durante a II Guerra, Liddell Hart retorquiu que os seus pontos de vista, dados a público, sobre a impenetrabilidade das Ardenas, foram uma das formas de que se valera para, cuidadosamente, encobrir suas reais opiniões sobre a situação militar, pois que êle achava que o inimigo poderia obter vantagens, por meio do próprio conhecimento dos fatos que estavam acontecendo ou em virtude das opiniões abalizadas de Liddell Hart.

Deve-se a duas razões principais o fato de que a estrêla de Liddell Hart voltasse a brilhar depois da guerra, de forma tal a trazer aquêles elogios que apareceram na capa de suas "Memórias" e que foram de forma liberal, introduzidos em todo o contexto do livro. Primeira razão: porque, apesar da sua completa e embaraçosa falta de modéstia, Liddell Hart é, verdadeiramente, um estudioso dos assuntos militares e da arte da guerra dispondo de muita perspicácia, alta inteligência e de um poder, muito grande, de aproveitar as lições advindas de seus próprios enganos e bem assim dos de outros. Segunda razão: porque, concentrando-se naqueles aspectos focalizados em seus escritos anteriores à última guerra e que eram de fato procedentes, pôde êle fazer com que muita gente se esquecesse de como estava Liddell Hart errado a respeito de muitos assuntos importantes.

De tudo isso e através de uma comparação de tudo o que se escreveu, os brilhantes sucessos, as falhas e as predições pouco precisas de um Liddell Hart ou de um Churchill, duas lições importantes transparecem do papel desempenhado pelos escritores civis, sobre os assuntos militares.

Se as suas idéias, cheias de imaginação e novidades, contêm qualquer mérito ou lógica, não devem ser ignoradas pelos militares profissionais que detenham qualquer parcela de responsabilidade. Mas êsses

---

(\*\*) Irving M. Gibson, autor do livro "Os Construtores da moderna Estratégia (Makers of Modern Strategy)", editado por Edward Mead Earle (Impressora da Universidade de Princeton, 1943).

O nome Gibson foi o pseudônimo adotado pelo professor Arpad F. Kovacs, da Universidade de "St. John", de Brooklin, New York.



novos conceitos devem ser encarados com cuidado (e ao mesmo tempo experimentados e testados com confiança e de mente aberta). Como Liddell Hart, com muita razão, afirmou em seu livro, mesmo um Winston Churchill pode cometer enganos e interpretar os fatos de forma irreal.

A segunda lição refere-se aos escritores civis (e acredito poder também incluir os militares reformados que se tornam escritores). Se esses estiverem convencidos de que estão certos, mas, suas idéias foram rejeitadas pelas autoridades competentes e apropriadas, não devem abandonar suas convicções. Pode, muito bem, ser que estejam total ou parcialmente, corretos e aquelas autoridades, por sua vez, total ou parcialmente erradas. Todavia, se tiverem oportunidade de influenciar as decisões das autoridades civis, de alto nível, estarão assumindo uma patriótica responsabilidade, mesmo extra-oficialmente e devem lembrar-se de que se empregam influência para ultrapassar as autoridades que são diretamente responsáveis pelos assuntos sobre os quais escrevem, a sua responsabilidade será ainda maior se, de qualquer forma, estiverem contribuindo para uma derrota ou para baixas humanas ou materiais desnecessários.

Esses especialistas civis devem pensar bem sobre mais um exemplo que Churchill nos deixou. Mesmo quando era ele Primeiro-Ministro, se seus eloqüentes argumentos não eram suficientes para convencerem seus assistentes militares a aceitarem suas numerosas e variadas sugestões, Churchill nunca empregava a sua autoridade funcional e seu fantástico prestígio para desfazer do julgamento profissional das autoridades militares em assuntos de sua especialidade.



**G. R. Schmid & Cia. Ltda.**

**PAPELARIA — TIPOGRAFIA — MATERIAL  
DE DESENHO — MATERIAL DE LIMPEZA**

**Rua Teófilo Otoni, 113-3º — Tel. 43-9462**

**RIO DE JANEIRO**



# PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO URUGUAI

Maj Int HÉLIO COSTA

## S U M Á R I O

1. Generalidades
2. A Ação de Artigas
3. A Ação de Lavalleja — A Consolidação da Independência
4. Conclusões

## DESENVOLVIMENTO

### 1. Generalidades

A fundação da Colônia do Sacramento em 1680, em território do atual Uruguai é um marco importante no processo de formação histórica desse país. A partir daí, lutas intensas em torno de sua posse se desenvolveram entre portugueses, espanhóis, lusos-brasileiros e seus descendentes. Em 1726 foi fundada Montevidéu, a atual capital. Em 1751 foi de igual modo criado o Governo de Montevidéu o que já era um passo importante para a formação futura do país como Nação Independente. No entanto em 1776 por razões diversas os governantes espanhóis criaram o V R do Rio da Prata do qual o Governo de Montevidéu passava a depender. E é nesta situação que vamos chegar ao início do Sec XIX quando tomou corpo, efetivamente, o movimento emancipador.

Hoje pode-se concluir que a Rev Uruguaia foi uma conseqüência da Rev Argentina. Isso porque desde o início deste, fizeram-se sentir na Banda Oriental os sintomas de Independência não só contra as autoridades como também contra os revolucionários argentinos. No início do ano de 1811 surgiu no cenário uruguaio a figura ímpar de patriota que foi José Gervásio Artigas. É de crer-se que se entusiasmou com a notícia da Revolução Argentina de 25 de maio e que concluiu que era chegado o momento de iniciar o movimento pela emancipação da Pátria. Dêsse modo, vai a Buenos Aires, e participa à Junta Revolucionária a próxima rebelião de seus compatriotas. Estava formado o germe da Revolução Uruguaia.

É o que veremos.

### 2. A ação de Artigas

Em Buenos Aires é lhe dado o posto de Tenente-Coronel e agora vai crefiar a onda irrefreável de rebeldia dos seus compatriotas.



Em pouco obrigou os espanhóis a concentrarem-se sobretudo em Montevideu ao qual se apressou a investir. Em seguida o General Argentino Rondeau chega a Cerrito onde se encontrava Artigas a fim de reforçar o sítio de Montevideu. Foi nessa oportunidade que o Vice-Rei Elio aceitou a colaboração suspeita de D. João VI governante do Brasil. E deste modo ia a Coroa portuguesa intervir no conflito. Com efeito, a presença de tropas portuguesas às portas de Montevideu ia, sem dúvida, acarretar uma derrota aos sitiadores uruguaios e argentinos. No entanto, para surpresa de D. Diogo de Souza comandante do Exército Pacificador da Banda Oriental, espanhóis e revolucionários argentinos celebram um Tratado de Pacificação em 20 de outubro de 1811 pelo qual as tropas argentinas deveriam levantar o cerco e retirar-se para Buenos Aires. No entanto, Artigas, como era de esperar-se se rebelou contra a pacificação. Logo que os argentinos se retiraram tomou o caminho do exílio com suas tropas e todos quantos quiseram acompanhá-lo (cerca de 16.000 pessoas). E também a 13 de junho de 1812 o exército português retornava ao solo brasileiro. No entanto, dado o espírito revolucionário existente em Buenos Aires, aliado à permanência em Montevideu de um forte grupo reacionário, era natural que em breve voltassem as hostilidades. Deste modo, Buenos Aires pôs de novo em território oriental um exército argentino. Seria natural que esse exército fosse comandado por Artigas. No entanto, isso não aconteceu o que parece demonstrar que naquela ocasião os argentinos queriam a todo custo ficar senhores do Uruguai. Pelo contrário era necessário anular o infatigável Caudilho. Deste modo recende-se em 1814 a luta no Prata. Novamente Montevideu é sitiada. O General Alvear substitui a Rondeau e realiza a queda de Montevideu. Nesta cidade se achavam reunidas, num esforço desesperador, os representantes do Governo espanhol cuja derrota significava o rompimento dos derradeiros laços que prendiam o Uruguai à Espanha.

Por ocasião desse segundo cerco a Montevideu foi que Artigas percebeu nas atitudes de Buenos Aires um desejo oculto de dominar sua pátria. Resolveu então abandonar o sítio de Montevideu (20 Jan 1814) e se retira com suas tropas.

Posadas em Buenos Aires decreta que Artigas era infame, inimigo da Pátria e fora da lei. Promete uma recompensa a quem o entregasse ao govêrnq.

Artigas fiel ao seu temperamento, aceita a luta. Em pouco tempo congrega em torno de seus ideais as Províncias de Corrientes, Córdoba, Santa Fé e Entre-Rios. Era a luta entre os Unitários de Buenos Aires e os Federalistas das Províncias do interior.

Em seguida a esses fatos, meses depois, Montevideu capitulava (20 Jun 1814).



Estava desaparecido desta maneira, o último núcleo de resistência Espanhola no Prata. No entanto logo se recendia a luta entre os argentinos e orientais.

Estes de nenhum modo queriam viver como súditos daqueles o que equivaleria a substituir o domínio de Espanha pelo de Buenos Aires. Nestas alturas dos acontecimentos, vemos crescer o prestígio de Artigas. Foi então que Posadas resolveu anular o Decreto que denunciava Artigas como traidor. Logo após Alvear substitui Posadas (9 Jan 1815) no governo e harmoniza-se com Artigas entregando-lhe Montevideu (Fevereiro de 1815). As tropas de Artigas entram triunfantes na cidade. Estava pois consolidado o sonho dos Uruguaios e cuja frente surgiu Artigas como o elemento que os comandou e os orientou no sentido da emancipação da Pátria. No entanto, cedo seria o tempo em que Artigas sucumbiria ao mesmo tempo que a Independência realizada. Vai entrar em cena a Monarquia Portuguesa. Por motivos vários aquela resolve pela segunda vez invadir o Estado Oriental. A Argentina estremeceu diante desta situação. De certo lhe era vantajoso ver aniquilado Artigas. No entanto, até onde iriam as ambições do Príncipe Regente do Brasil? Era chegado o momento da Argentina compelir Artigas a reconhecer a supremacia de Buenos Aires em troca de uma possível ajuda para fazer face às hostes portuguesas. No entanto aceitar essa ajuda significava renunciar à liberdade de sua Pátria. Dêsse modo, preferiu enfrentar os portugueses a ter que entregar sua Pátria previamente ao domínio dos argentinos. Derrotas sucessivas aniquilaram o exército de Artigas e a Batalha de Tacuarembó foi o seu derradeiro esforço e o golpe de morte em seu poder militar (22 Jan 1820) Artigas ainda esteve em luta com Caudilhos argentinos terminando por solicitar asilo ao Paraguai (Setembro de 1820) onde finalmente veio a falecer. Dêsse modo com a destruição das forças de Artigas estava o Império Livre para a execução integral de seu plano. Entrava na posse efetiva do Estado Oriental. E finalmente em 18 de julho de 1821 era votado no Uruguai sua incorporação ao Brasil com o nome de Província Cisplatina.

A idéia de liberdade total para sua pátria deixada por Artigas teria outros seguidores. E entre estes vamos encontrar João Antonio Lavalleja. A sua conduta nas marchas dos acontecimentos que se seguiram é o que veremos a seguir.

### 3. A ação de Lavalleja

#### A CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

A 19 de abril de 1825 desembarcava na margem esquerda do Rio Uruguai no local denominado Praia de Agraciada um grupo de trinta e três uruguaios comandados por Lavalleja. Vinha o grupo



decidido a empreender a campanha decisiva de libertação da pátria uruguaia. Aos poucos o bando invasor foi aumentando. Levando de vencida os obstáculos iniciais já em 25 de agosto de 1825 reuniu-se em Flórida numa Assembléia geral a qual declarou solenemente que "a Província Oriental ficava livre do Rei de Portugal e do Brasil e de qualquer outro do Universo". No entanto nêsse mesmo dia e em contradição com o que ficava estabelecido a mesma Assembléia afirmava que a Província Oriental se unia às Províncias Argentinas.

Em 25 de outubro de 1825 o Congresso de Buenos Aires respondeu às declarações da Assembléia de Flórida proclamando "a Banda Oriental reintegrada no seio das Províncias Unidas do Rio da Prata". A 4 de novembro o govêrno do Brasil toma conhecimento dêsse fato, oficialmente através do govêrno argentino, o que equivalia a uma provocação para uma guerra como assim concebeu o govêrno brasileiro.

Dêste modo, durante todo o ano de 1825 continuaram as hostilidades dos uruguaioes contra as forças do Império. Em 1826 os beligerantes se dedicaram aos preparativos para a campanha terrestre e realizaram algumas operações navais no Rio da Prata.

Em principio de 1827 as Províncias Unidas do Prata deslocaram suas tropas em direção às nossas fronteiras. E finalmente em 20 de fevereiro de 1827 trava-se a Batalha do Passo do Rosário cujo resultado ficou indeciso para os contendores. Depois da Batalha ainda prossegue a luta entre os beligerantes. No entanto graças em parte aos agentes diplomáticos da Grã-Bretanha que viam na guerra comprometidos os interesses comerciais de seus súditos não foi difícil chegar-se a um acôrdo. E em 28 de agosto de 1825 se concluiu no Rio de Janeiro um Tratado de Paz e Amizade. Por êsse tratado, Brasil e Argentina reconheciam a Independência da Banda Oriental. Assim nasceu a vida independente da República do Uruguai. Em seguida, uma Convocação Nacional aprovou a Constituição e elegeu Presidente Constitucional o General D. Frutuoso Rivera que tomou posse a 6 de novembro de 1830.

#### 4. Conclusões

1. A luta uruguaia pela sua Independência foi travada contra o português, o portenho e o espanhol o que lhe conferiu um aspecto todo especial no cenário Sul-Americano.

2. O fato de que quando estava incorporado ao Brasil, o Uruguai estava simplesmente conquistado pois persistia a diferença de raças, vida e costumes próprios o que cedo ou mais tarde haveria de romper os fracos laços que o prendiam.

3. A ação patriótica, esclarecida, valiosa e brava de Artigas empenhando-se a fundo pela libertação de sua Pátria quer contra o jugo português, argentino e espanhol.



4. A visão notável que teve dos acontecimentos o bravo uruguaio Lavalleja lançando-se com seus companheiros na luta pela libertação da Pátria num momento mais oportuno possível e aceitando, astuciosamente, a união à Argentina para com ela bater o Império de que afinal surgiu totalmente emancipado dos dois o Uruguai.

5. O fato evidente de que o Uruguai por um determinismo histórico e geográfico não poderia jamais pertencer quer ao Brasil quer a Argentina pois se do primeiro é a continuação geográfica natural, tem a se lhe antepor a raça, costumes e idioma diferentes e quanto ao segundo, se tem identidade de raça, costumes e o idioma tem se lhe a antepor o obstáculo considerável do estuário do Prata.

Tinha que ser fatalmente o Estado-Tampão que é, a separar os dois maiores países Sul-Americanos.



## PUBLICAÇÕES

*Recebemos e agradecemos as seguintes publicações:*

### DE PAÍSES AMIGOS

- |  |  |
|--|--|
| "TAM" (Terre-Air-Mer) — Paris, França                | "Armas y Servicios" (Revista del Suboficial) — Santiago do Chile                     |
| "Revue de Défense Nationale" — Paris, França         | "Revista de Las Fuerzas Armadas De la Nación" — Assunção, Paraguai                   |
| Edição da Embaixada da França no Brasil:             | "Revista de Publicaciones Navales" — Buenos Aires, Argentina                         |
| — "A França em Revista"                              | "Resúmenes Analíticos de Bibliografía Militar" — Ano I n. 1 Buenos Aires — Argentina |
| — "A França e o Mundo"                               | "Manual de Informaciones" — Buenos Aires, Argentina                                  |
| — "Boletim de Noticias Francesas"                    | "Ejercito" — Guatemala   |
| "Ejercito" — Madri, Espanha                          | "Revista de Las Fuerzas Armadas de Venezuela" — Caracas                              |
| "Guión" — Madri, Espanha                             | "Military Review" (edição brasileira) — Fort Leavenworth (EUA)                       |
| "Boina Negra" — Madri, Espanha                       | "Revista de las Fuerzas Armadas Ecuatorianas" — Quito, Equador                       |
| "Rivista Militare" — Roma, Itália                    | "Revista de las Fuerzas Armadas" — São Domingos, Rep Dominicana                      |
| "Revista Militar" — Lisboa, Portugal                 |  |
| "Jornal do Exército" — Lisboa, Portugal              |  |
| "Memorial del Ejercito de Chile" — Santiago do Chile |  |

### NACIONAIS

- |                               |   |
|-------------------------------|---|
| "Revista Militar Brasileira"  | "Revista da 3ª/6ª BC" — Uberlândia, MG                      |
| "Revista Marítima Brasileira" | "Sentinela" — Escola Preparatória de Cadetes — Campinas, SP |
| "Boletim do Clube Naval"      | "Sudene" — Boletim de Estudos de Pesca — Recife, PE         |
| "Carta Mensal" (CNC — SESC)   |   |

NR — Temos o prazer de assinalar o aparecimento da interessante, bem impressa e utilíssima publicação de referências analíticas de bibliografia militar, editada em espanhol e inglês pelo Centro de Publicações Navais, Florida 801 — Buenos Aires — República Argentina.



## UMA CURIOSA RELÍQUIA INFANTIL

Major Eng  
REGINALDO MOREIRA DE MIRANDA

O que mais comove um adulto diante da alegria infantil, são os velhos cantos que os pequeninos, na sua linguagem reduzida, chamam de "música". Fáceis de decorar, são sempre simples, puros e inocentes como os corações que os cantam, quase sempre sem saber sequer o que muitas palavras significam. Assim, resistem ao tempo e duram gerações. Algumas cantigas infantis parecem mesmo que nunca morrem.

Surpreendi minha filha Cristina, no dia do seu 5º aniversário, cantando com suas amiguinhas:

Bão — bá — lá — lão

Senhor Capitão

Espada na cinta

Gineta na mão

Neste pequeno canto existe uma palavra — gineta — pouco e mal conhecida. Era o nome de uma espécie de bastão ou lança curta, insígnia do pôsto dos antigos capitães.

Como é sabido, as antigas autoridades civis e militares usavam, como símbolo, varas e bastões de diferentes côres e formatos. Os juizes ordinários traziam uma vara vermelha e os juizes de fora, uma branca. Quando a cavalo, os magistrados deviam trazer suas varas arvoradas ao alto. (Alvará de 30 de junho de 1652 e Decreto de 14 de março de 1665). No século XVI havia o alcaide Mor e o Alcaide pequeno; o primeiro era a principal autoridade militar em cada vila e o segundo o governador civil. Também os alcaides usavam varas como símbolo de autoridade. Os quadrilheiros usavam varas pintadas de verde, com as armas reais. No Rio de Janeiro os quadrilheiros apareceram em 1626 e na vila de São Paulo seis anos antes.

Quanto à gineta, seu uso data pelo menos do século XVIII, o que prova que a nossa cantiga é antiquíssima e verdadeira relíquia



do mundo infantil. Sua sobrevivência talvez se explique pela sua simplicidade e pela afeição que a criança tem pelas coisas de soldado.

A gineta aparece nas velhas crônicas paulistas em documentos do começo do século XVIII, referentes a fatos ocorridos com os primeiros soldados profissionais que apareceram em São Paulo.

A primeira tropa regular, constituída por militares profissionais, que surgiu no atual território brasileiro ao sul do Rio de Janeiro, foram duas Companhias de Infantaria criadas e organizadas em Santos por força de uma Carta Régia de setembro de 1699. Os velhos infantes santistas foram comandados por Capitães que usavam gineta.

Tiveram os militares uma série de atritos com as autoridades da pequenina vila praiana. Segundo a resposta do Ouvidor Luiz Peleja a um protesto do Mestre de Campo Jorge Soares de Macedo, Governador e Comandante da Vila e Praça de Santos, de 6 de setembro de 1704, um dos principais moradores da vila, dali se retirou, levando a família, envergonhado por ter sido agredido pelo Capitão Luiz Antonio de Sá com golpes de gineta no rosto.

O desaparecimento da gineta dos uniformes militares, em nossa modesta opinião, talvez tenha ocorrido com a reforma que o Marechal Conde de Lippe empreendeu no Exército Português. Em São Paulo as novas normas efetivadas pelo Capitão-General Morgado de Mateus, que governou a Capitania de 1765 a 1775. A partir dessa época, o castão dos bastões de comando indicava o posto dos Oficiais: de ouro lavrado para os coronéis, de ouro simples para os tenentes-coronéis, de prata lavrada para os maiores, de prata simples para os capitães, de marfim para os tenentes e de coquilho para os alferes. Em uma ordem, datada de 20 de dezembro de 1790, o Governador de São Paulo, Capitão-General Bernardo José de Lorena, recomendava à oficialidade da Legião de São Paulo a rigorosa observância no uso daquelas insígnias.

Com o passar do tempo, os diversos postos passaram a se distinguir por vistosas dragonas, depois por galões nos punhos das túnicas, substituídos por laços húngaros nas platinas e por fim, somente no Exército, pelas atuais estrêlas azuis, simples ou radiadas. Estas últimas, somente para os Oficiais Superiores, têm, na gíria militar, o curioso nome de "gemadas".

Os atuais capitães ainda trazem a "espada na cinta", embora somente para solenidades, desfiles, etc.

A gineta morreu para sempre como símbolo de imensa autoridade, orgulhosamente ostentada pelos velhos capitães coloniais, na



maioria antigos soldados rasos que conquistavam os postos hierárquicos com imensos sacrifícios, cobertos de glórias e de cicatrizes...

Mas — como são as coisas dêste mundo! — sua lembrança vive para sempre. Neste momento o nome da velha lança pode estar nos lábios de uma mãe que acalenta o filhinho; em algum lugar talvez seja cantado por crianças que brincam de roda.

Não há dúvida de que a gineta continua na ativa e prestando o melhor dos serviços.



# Casas HUDDERSFIELD Tecidos S. A.

CASIMIRAS, LINHOS E TROPICAIS

**RUA DOS ANDRADAS, 58 — Tel. 43-6977**

**RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro :

**RUA DOS ANDRADAS, 58**

**RUA URUGUAIANA, 128**

**AVENIDA MARECHAL FLORIANO, 47**

**RUA DA CARIOCA, 29**

**Pôrto Alegre :**

**RUA DR. FLÔRES, 216**

**Belo Horizonte :**

**AV. AFONSO PENA, 464**

**Juiz de Fora :**

**RUA HALFELD, 711**

**Curitiba :**

**RUA CÂNDIDO LOPES, 234**

**Campos :**

**RUA 13 DE MAIO, 24**

**São Paulo :**

**RUA SÃO BENTO, 23**

**Goiânia :**

**AV. ANHANGUERA, 90**

**Bauru :**

**R. B. DE CARVALHO, 4-20**

**Pôrto Alegre :**

**R. DOS ANDRADAS, 1633**

**Vitória :**

**RUA JER. MONTEIRO, 173**

**Ribeirão Prêto :**

**R. GENERAL OSÓRIO, 273**

**Londrina :**

**AVENIDA PARANÁ, 467**

**Recife :**

**RUA NOVA, 253**

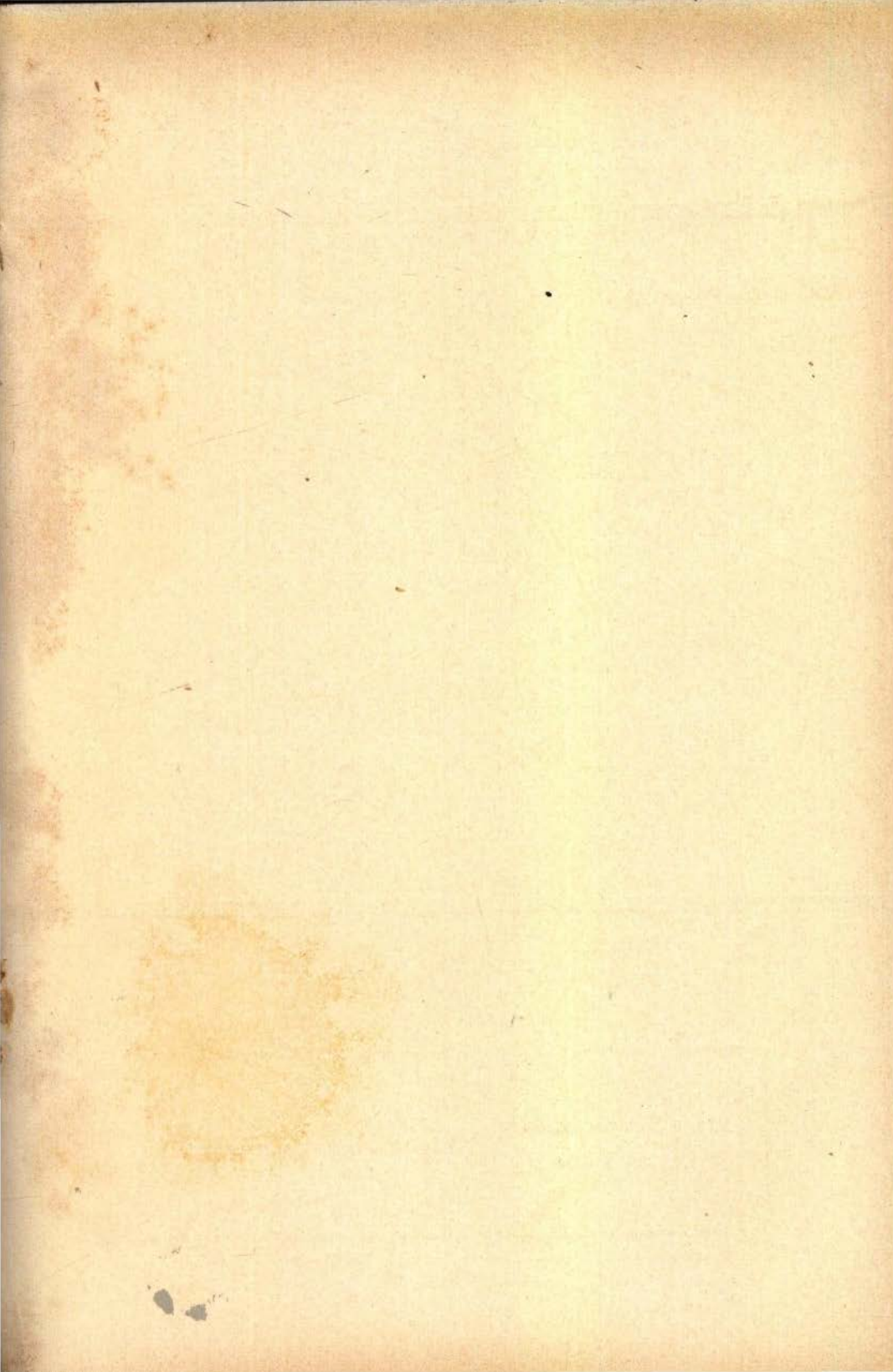
**Brasília :**

**AVENIDA W-3 — QUADRA 9-B — LOJAS 7 E 8**

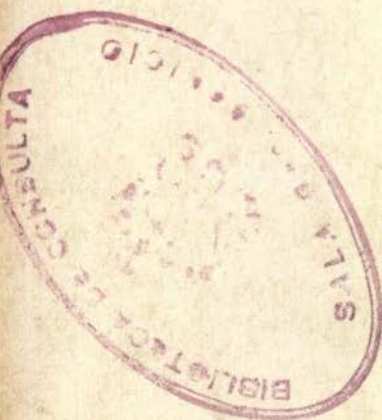
**Belo Horizonte :**

**RUA CARIJÓS, 572**









Preço dêste exemplar

NCr\$ 0,50

S Ge Ex  
IMPrensa DO EXÉRCITO  
RIO DE JANEIRO — 1967